UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO

ALESSANDRA CANI GONZALEZ HARMEL

**Aspectos da Modalidade de Educação à Distância em Curso de Iniciação à Tradução
Jurídica**

Versão Corrigida

São Paulo

2018

ALESSANDRA CANI GONZALEZ HARMEL

**Aspectos da Modalidade de Educação à Distância em Curso de Iniciação à Tradução
Jurídica**

Versão Corrigida

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Letras.

Linha de Pesquisa: Tradução e Corpora
Projeto: Ensino de Tradução Escrita e Oral

Orientadora: Profa. Dra. Angela Maria Tenório Zucchi.

São Paulo

2018

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): ALESSANDRA CANI GONZALEZ HARMEL

Data da defesa: 18/10/2018

Nome do Prof. (a) orientador (a): ANGELA MARIA TENÓRIO ZUCCHI

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 07/01/2019

Profª. Dra. Angela M. T. Zucchi

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

HHarm 287a	<p>Harmel, Alessandra Cani Gonzalez Aspectos da Modalidade de Educação à Distância em Curso de Iniciação à Tradução Jurídica / Alessandra Cani Gonzalez Harmel; orientadora Angela Maria Tenório Zucchi. - São Paulo, 2018. 216 f.</p> <p>Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Letras Modernas. Área de concentração: Estudos da Tradução.</p> <p>1. Tradução. 2. Ensino e aprendizagem. 3. Educação à Distância. I. Zucchi, Angela Maria Tenório, orient. II. Título.</p>
------------	---

Folha de aprovação

Nome: HARMEL, Alessandra Cani Gonzalez

Título: Aspectos da Modalidade de Educação à Distância em Curso de Iniciação à Tradução Jurídica

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Letras

Aprovado em: _____ / _____ / _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

A todos os meus amados, caros e queridos que compartilharam e que compartilham desta jornada comigo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, Pai e Divino Criador, que em Sua infinita Luz e Sabedoria nos mostra o caminho.

Ao meu pai, Joaquim (*in memoriam*) e à minha mãe, Emília Clara, meus pilares; também a André, meu irmão, pelo amor, paciência e dedicação em muitos momentos.

Ao Carlos Eduardo Harmel: meu marido, companheiro, colega, amigo de todas as horas, sempre me guardando... Sempre comigo.

À Caríssima Professora Doutora Angela Maria Tenório Zucchi, desde o início de nosso convívio em sala de aula, por sua simpatia e disposição, além de toda atenção e apoio, guiando-me pela mão durante o processo de orientação.

Às caras e queridas Profa. Dra. Tinka Reichmann e Profa. Dra. Luciana Latarini Ginezi pelas sugestões de valor inestimável e sua disposição, delicadeza e carinho ao lidar com minhas dúvidas e propostas e por aceitarem participar de minha Qualificação.

Aos meus tão queridos e inesquecíveis primeiros Mestres nos Estudos de Tradução, Profa. Dra. Ana Júlia Perroti-Garcia, Prof. Dr. André Luiz Glaser, Profa. Ms. Eliane Gurjão Silveira, Prof. Esp. Fátima Abbate e Profa. Dra. Maria Cecília Lopes, por me mostrarem “o caminhos das pedras” e sempre me incentivarem na profissão tradutor/docente.

Aos mui estimados e altamente valorosos Professores do Departamento de Estudos de Tradução da FFLCH, em especial o Prof. Dr. John Milton, o Prof. Dr. Francis Heinrik Aubert, a Profa. Dra. Stella Esther Tagnin, a Profa. Dra. Diva Cardoso de Camargo, a Profa. Dra. Adriana Zavaglia, a Profa. Dra. Heloísa Cintrão, o Prof. Dr. Álvaro Faleiros, o Prof. Dr. Reynaldo José Pagura, a Profa. Dra. Luciana Carvalho e a Professora Dra. Anna Maria Grammatico Carmagnani, pois com eles tive a honra e o privilégio de conviver em aulas e eventos de grande saber e que sempre se mostraram acessíveis, cordiais e considerados.

Aos meus alunos e colegas de profissão docente, que participaram do meu projeto e com seu interesse me propiciaram chegar até aqui.

“Vivimos tiempos de cambio, no solo geopolítico, generacional, social, o de un Nuevo milenio. Vivimos en una época de cambio de paradigmas.”

Raúl Rodríguez

RESUMO

HARMEL, A.C.G. Aspectos da Modalidade de Educação à Distância em Curso de Iniciação à Tradução Jurídica 2018. 216 f. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

A pesquisa para desenvolvimento da presente dissertação teve como objetivo demonstrar o uso de recursos de tecnologia de informação e comunicação na modalidade de Educação à Distância (EAD) para a viabilização de um curso de tradução na área de especialidade jurídica no par de idiomas Inglês-Português. A proposta surgiu com base na necessidade e interesse de tradutores em formação, atuantes no mercado e estudiosos da tradução em se aperfeiçoarem nessa área cada vez mais exigente e competitiva. A dificuldade de locomoção de interessados, que estejam localizados em regiões que não contemplem a possibilidade de cursos em suas proximidades ou ainda a não compatibilidade de tempo em horários pré-estabelecidos por cursos presenciais propiciam a busca por alternativas que venham a satisfazer tal demanda. A pesquisa objetivou descrever e verificar a implantação e o desenvolvimento de um curso no que concerne a aspectos didático-pedagógicos para capacitação, aprimoramento, aperfeiçoamento e desenvolvimento de tradutores. Sua fundamentação teórica teve por base, entre outros, estudos de Knowles (1984) e Mendes (2012) no que tange aos princípios de Andragogia e ensino-aprendizagem de adultos, Presas (2000), Hurtado Albir (1999) e Pym (2006 a 2012) com relação à formação e treinamento de tradutores, Aubert (1998), Chaffey (1997) e Reichmann (2102), Sarcevic (1997) sobre tradução jurídica e Morán (2009), Mendes (2012) e Simão Neto (2002) sobre Educação à Distância. As ferramentas utilizadas na aplicação do curso à distância na fase piloto, assim como nas duas edições seguintes, foram as dos serviços Grupos do Google e Google Drive. Dentre os inscritos no EAD contamos com um total de 35 participantes e com 12 no curso presencial ofertado como grupo de controle para comparação. A descrição dos resultados revelará como se deu a interação e alguns aspectos sobre o desempenho dos participantes, assim como o nível de satisfação e de aproveitamento de acordo com a pesquisa de opinião realizada ao final do curso.

Palavras-chave: Ensino de Tradução, Tradução Jurídica, Formação de Tradutores, Educação à Distância.

ABSTRACT

HARMEL, A.C.G. Aspects of Online Learning in an Introduction to Legal English Course 2018. 216 p. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

This thesis research aimed to demonstrate the use of information and communication technology in online learning by means of a course in the area of legal translation in the language pair English-Portuguese. It is based on the needs and interests of translators who are professional, scholars or in training and wish to improve in the translation area, which has become highly demanding and competitive. When the issue is either related to commuting for prospects that are located in areas which do not offer the intended courses nearby or conveniently located, or when course pre-established time table offers are not compatible, the search for alternatives to suit such demand begins. The research aimed to verify the viability and describe the implementation and development of a course as to didactical and pedagogical aspects in translators' training, development and improvement. The studies of Knowles (1984) and Mendes (2012) with regard to the principles of Andragogy and adult learning-teaching; Presas (2000), Hurtado Albir (1999) and Pym (2006 to 2012) as to translator's training; Aubert (1998), Chaffey (1997), Reichmann (2102), and Sarcevic (1997) for legal translation and Morán (2009), Mendes (2012) and Simão Neto (2002) for online learning, among others, are the theoretic basis for the research. The tools offered in the Google Groups and Google Drive services were used in the online course pilot, as well as the two subsequent versions. There was a total of 35 participants who enrolled for the online course and 12 participants for the face-to-face course offered as a means of comparison. The description of the results will reveal the participants' interaction and some aspects of their performance as well as their level of approval and improvement according to the survey conducted at the end of the course.

Keywords: Translation Teaching, Legal Translation, Translator's Training, Online Learning.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	52
Tabela 2:	69
Tabela 3:	70
Tabela 4:	120
Tabela 5:	120
Tabela 6:	126
Tabela7:	126
Tabela 8:	129
Tabela 9:	129
Tabela 10:	132

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A– Plano de ensino da IES para o 1º. Semestre de 2017	143
APÊNDICE B – Plano de ensino da IES para o 2º. Semestre de 2017	146
APÊNDICE C- Recursos Online - Caixa de entrada de email da Professora contendo mensagens dos Interessados em realizar a inscrição	150
APÊNDICE D- Recursos Online - Caixa de entrada de email da Professora contendo mensagens enviando aos Interessados a ficha de inscrição.....	151
APÊNDICE E– Formulário de Inscrição.....	152
APÊNDICE F– Alunos Inscritos para o Segundo Semestre de 2016 – Grupo Piloto.....	154
APÊNDICE G- Formulário de Inscrição EAD Primeiro Semestre de 2017 – Grupo EAD II.....	155
APÊNDICE H- Alunos Inscritos para o Primeiro Semestre de 2017 – Grupo EAD II	157
APÊNDICE I- Formulário de Inscrição EAD Segundo Semestre de 2017 – Grupo EAD III	158
APÊNDICE J- Alunos Inscritos para o Segundo Semestre de 2017 – Grupo EAD III	159
APÊNDICE K- Formulário de Inscrição Primeiro Semestre de 2017- Grupo Presencial	160
APÊNDICE L- Alunos Inscritos para o Primeiro Semestre de 2017 – Grupo Presencial	162
APÊNDICE M- Idade dos participantes dos Grupos EAD e Presencial	163
APÊNDICE N- Recursos Online – Grupos do Google - Participantes no Segundo Semestre de 2016 – Grupo Piloto	164
APÊNDICE O- Recursos Online – Grupos do Google - Participantes no Primeiro Semestre de 2017– Grupo EAD II	165
APÊNDICE P- Recursos Online – Grupos do Google - Participantes no Segundo Semestre de 2017– Grupo EAD III.....	166
APÊNDICE Q- Recursos Online – Grupos do Google - Participantes no Primeiro Semestre de 2017– Grupo Presencial.....	167
APÊNDICE R- Lista De Presença - Grupo Presencial – Primeiro Semestre de 2017	168
APÊNDICE S– Amostra de Recursos Online – Grupos do Google - Interface do Fórum de Discussão – Grupo Piloto	169
APÊNDICE T- Amostra de Recursos Online – Grupos do Google - Interface da Proposta de Atividade – Amostra da Aula 1	170
APÊNDICE U- Amostra de Recursos Online – Grupos do Google - Interface do Fórum com sequência de interação dos participantes	171

APÊNDICE V- Amostra de Recursos Online – Grupos do Google - Interface do Fórum de Discussão do Curso Presencial	173
APÊNDICE W- Amostra de Recursos Online – Grupos do Google - Interface do Fórum de Discussão – Devolutiva da Atividade 1 com arquivo de sugestão de tradução e comentários gerais	174
APÊNDICE X- Amostra de Recursos Online – Grupos do Google - Interface do Fórum de Discussão – Postagens dos alunos com as atividades e comentários e respostas com devolutivas da professora	175
APÊNDICE Y– Pesquisa de Opinião - Formulário e Resultado da Pesquisa de Opinião do Grupo Piloto - 2o. Semestre/2016	176
APÊNDICE Z– Pesquisa de Opinião - Formulário e Resultado da Pesquisa de Opinião do Grupo EAD II - 1o. Semestre/2017	180
APÊNDICE AA– Pesquisa de Opinião Formulário e Resultado da Pesquisa de Opinião do Grupo EAD III - 2o. Semestre/2017	184
APÊNDICE BB– Pesquisa de Opinião - Formulário e Resultado da Pesquisa de Opinião do Grupo Presencial - 1o. Semestre/2017	189
APÊNDICE CC– Certificação - Certificado de Conclusão do Curso de Tradução Jurídica na Modalidade EAD	193
APÊNDICE DD– Certificação - Certificado de Conclusão do Curso de Tradução Jurídica na Modalidade EAD	194

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 – Conteúdo do Curso – Textos para leitura 1e 2 (Extratos)	195
ANEXO 2 – Conteúdo do Curso – Atividade de Tradução - Gênero: Petição de Divórcio	197
ANEXO 3 – Conteúdo do Curso – Atividade de Tradução - Gênero: Procuração	198
ANEXO 4 – Conteúdo do Curso – Atividade de Tradução - Gênero: Extrato de Balanço Patrimonial	199
ANEXO 5 – Conteúdo do Curso – Atividade de Tradução - Gênero: Alteração Contratual	200
ANEXO 6 – Conteúdo do Curso – Atividade de Tradução - Gênero: Contrato de Licenciamento	201
ANEXO 7 – Conteúdo do Curso – Atividade de Tradução - Gênero: Despacho Judicial.....	211
ANEXO 8 – Conteúdo do Curso – Atividade de Tradução - Gênero: Certidão de Nascimento I	212
ANEXO 9 – Conteúdo do Curso – Atividade de Tradução - Gênero: Certidão de Nascimento II	213
ANEXO 10 – Conteúdo do Curso – Atividade de Tradução - Gênero: Atestado de Antecedentes Criminais em Português para versão	214

SUMÁRIO

Introdução	16
i. Proposta	19
ii. Objetivos, Objetivo Geral, Objetivos Específicos	21
iii. Justificativa	23
Capítulo 1 - Pressupostos Teóricos	26
1.1 Princípios de Andragogia	27
1.2 Ensino de Tradução e Formação de Tradutores	29
1.3 Ensino de Tradução Jurídica	35
1.3.1 Cursos Livres para Ensino de Tradução Jurídica	37
1.4 Educação à Distância.....	39
1.4.1 Metodologias Ativas e Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)	45
Capítulo 2 - Procedimentos Metodológicos	50
2.1 O Curso de Tradução Jurídica nas Modalidades EAD e Presencial.....	52
2.2 Etapas de Inscrição, Participação e Conclusão para o Curso nas Modalidades EAD e Presencial	54
2.3 Conteúdos do Curso	56
2.4 O Processo do Curso em Modalidade EAD	58
2.4.1 Apresentação do Curso Piloto	59
2.4.2 Apresentação dos Grupos do Curso EAD I e EAD II	59
2.5 O Processo do Curso em Modalidade Presencial	62
2.5.1 Apresentação do Curso em Modalidade Presencial	63
2.5.2 Desenvolvimento do Curso na Modalidade Presencial	64
Capítulo 3 - Desempenho e Desenvolvimento nos Grupos EAD e Presencial	67
3.1 Desenvolvimento do Curso com os Recursos Disponíveis na EAD	68
3.1.1 Observações Sobre o Desempenho e Desenvolvimento de Competência Tradutória na Modalidade EAD	77
3.1.2 O papel do Professor-Tutor na Modalidade EAD	113
3.1.3 Pesquisa de Opinião e <i>Feedback</i> dos Participantes dos Grupos EAD	119
3.2 Desenvolvimento do Curso com os Recursos Disponíveis na Modalidade Presencial...	123
3.2.1 Observações Sobre o Desempenho e Desenvolvimento da Competência Tradutória na Modalidade Presencial	124
3.2.2 Pesquisa de Opinião e Feedback dos Participantes do Grupo Presencial	125

3.3 Comparação entre as Pesquisas de Opinião das Modalidades EAD e Presencial	128
Considerações Finais	132
Referências Bibliográficas.....	137
Apêndices	143
Anexos.....	195

INTRODUÇÃO

Em um mundo globalizado e com montante de informações incessantes, percebemos cada vez mais a necessidade de comunicação em tempo real e rápida, a fim de nos mantermos sempre atualizados. Isso é fator de relevância e que faz parte da formação. Com base na formação profissional e acadêmica desta pesquisadora, que é Bacharel em Direito, Tradutora Pública e Intérprete Comercial (TPIC) e docente de Ensino Superior para cursos de Graduação e Pós Graduação em Letras e Tradução e Interpretação, iniciamos a presente proposição.

Exercendo a função de tradutora pública e intérprete comercial, a rotina pressupõe o recebimento de documentos que são apresentados nos mais diversos formatos, configurações e tipologias, tanto no sentido de língua estrangeira para serem traduzidos para o idioma português assim como documentos no idioma português a serem traduzidos, ou como dispõe a Deliberação da JUCESP (Junta Comercial do estado de São Paulo) no. 1 de 1/2/2017 que regulamenta o ofício, “vertidos”, para idioma ou idiomas estrangeiros, conforme requeira o caso. Dentre essas tipologias de documentos, proporcionalmente a maior frequência se dá pelo recebimento de instrumentos jurídicos.

Com relação à experiência na docência da área de estudos de tradução e na de formação e especialização de tradutores, que fazem parte da rede de relacionamento desta pesquisadora, com base nas solicitações recebidas, pode-se testemunhar a necessidade e o objetivo de alunos e de tradutores profissionais quanto ao conhecimento e prática da área de especialidade a fim de corresponderem às demandas e de obterem desenvolvimento adequado de suas habilidades e competências.

No ano de 2012, já como docente e ministrante de palestras, oficinas e cursos para colegas tradutores e após lograr o término de curso de Pós Graduação em Gestão e Metodologias em Educação à Distância, esta pesquisadora apresentou a arguição do Trabalho de Conclusão de Curso à banca. O tema da monografia versava sobre a proposta de um curso de Inglês Jurídico na Modalidade EAD. Durante a exposição, várias questões foram levantadas pelos examinadores sobre a área de especialidade e como um curso na modalidade seria aceito e qual seria seu objetivo e justificativa. As respostas e análises dadas foram satisfatórias e a banca foi explícita ao sugerir que esta pesquisadora deveria considerar e prosseguir no desenvolvimento de pesquisa para uma dissertação uma vez que versava sobre um tema de grande relevância. Com dedicação, um projeto de pesquisa foi se formando com o objetivo de comprovar a hipótese de que a formação e aperfeiçoamento de tradutores pode se

dar com o mesmo nível de eficiência e grau de satisfação tanto em cursos presenciais quanto na modalidade de Educação à Distância.

Concomitantemente à realização da Especialização mencionada acima, esta pesquisadora iniciou sua participação como aluna especial em disciplinas oferecidas pela Pós Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Com as disciplinas oferecidas e cursadas – que tão oportunamente versavam sobre Tradução Juramentada, Tradução Jurídica e de Áreas de Especialidade – aos poucos foi se alinhavando um projeto que unisse a Especialização em EAD e a experiência como professora atuante ministrando disciplinas na modalidade à distância para os cursos de Ensino Superior assim como para as disciplinas na modalidade presencial em Estudos de Tradução na Área de Especialidade. A partir de então, a pesquisadora iniciou, de forma empírica e mais objetiva, um processo de observação e recolhimento de dados. Com base em sua prática e com atenção melhor direcionada, pôde perceber que os alunos de cursos de Graduação e de Pós Graduação em Tradução, assim como os tradutores atuantes que fazem parte de sua rede de relacionamentos, não lidam com a área jurídica especificamente, mas passam a ter contato com ela por fazer parte do currículo oferecido principalmente em cursos de especialização *lato sensu*. Como os cursos geralmente possuem módulos com carga horária e programas já determinados, os alunos geralmente tendem a demandar mais exposição e prática nessa área que possui léxico e termos bem específicos, além de uma infinidade de situações e previsões. Nesse ínterim, foi possível igualmente observar, durante simpósios e congressos dos quais a pesquisadora participa regularmente, que tradutores profissionais de outras áreas de especialidade se interessam e procuram os cursos e oficinas de tradução jurídica para melhor conhecê-la e estarem preparados para desempenhar suas funções com maior competência.

Para isso, as questões relativas a aspectos práticos e de otimização de tempo podem levar tradutores a fazer uso dos mais diversos recursos tecnológicos a fim de estarem em sintonia com as demandas específicas de suas áreas de atuação. Assim, uma proposta de curso na modalidade à distância em tradução na área de especialidade jurídica pode vir a satisfazer essa demanda e necessidade dos tradutores atuantes e futuros, assim como estudiosos da tradução que são dedicados a essa área, que necessitem administrar sua carga horária e que não possam contar com cursos especializados em suas regiões. Quando e se oferecidos presencialmente, por vezes devem se deslocar por longas distâncias a fim de participar. Existe um público que já os faz; todavia, existem os que não têm essa possibilidade que compreenderia a administração de recursos logísticos ou financeiros dos quais poderiam eventualmente carecer. Nesse panorama, uma proposta de curso de tradução jurídica na

modalidade à Distância poderia contribuir para essa realidade, pois traria a esse público recursos de aprendizagem que não teriam de outra forma.

Ao considerar uma pesquisa sobre o tema a intenção foi a de melhor podermos nos inteirar sobre as ferramentas disponíveis e sobre as necessidades de um público alvo em fazer uso da modalidade de ensino-aprendizagem à distância. Para isso, seguiu-se uma linha tomando por base aspectos didático-pedagógicos observados pela viabilização de um curso online de tradução na área de especialidade jurídica. A linha de pesquisa na qual se procura inserir a proposta é de Tradução e Corpora e o projeto em Ensino de Tradução Escrita e Oral.

i. PROPOSTA

A proposta desta pesquisa foi a elaboração de um curso na modalidade de educação à distância para prática de tradução na área de especialidade jurídica. Para Educação à Distância, referida no meio acadêmico e profissional por EAD, o ensino-aprendizagem se caracteriza por um curso não presencial, que é ministrado por meio de recursos tecnológicos, utilizando-se um computador, internet e acesso à mesma, de qualquer lugar, de forma síncrona (com interação dos participantes ao mesmo tempo) ou assíncrona (com a interação dos participantes em momentos diferentes).

Assim, tendo como metodologia o desenvolvimento do curso na modalidade à distância, o fundamento para realização da pesquisa está na formação e aperfeiçoamento de tradutores que, por uma questão de preferência e de conveniência na otimização de recursos, teria essa opção caso não pudessem frequentar um curso presencial. Partindo da ideia de que dentro do mundo globalizado e com montante de informações incessantes, percebe-se a maior necessidade de comunicação a fim de nos mantermos sempre atualizados quer no campo pessoal quer no profissional. O profissional tradutor pode ser considerado como uma “ponte” entre as culturas e relações internacionais. Pressupõe-se, portanto, que tenha proficiência quanto à competência linguística e conhecimento de mundo assim como conhecimento sobre as áreas de especialidade técnica. Pressupõe-se que sua formação deva igualmente contemplar sua competência organizacional e administrativa. Idealmente, faz parte dessa formação compreender que serviços e projetos são realizados em tempo real e com base em prazos e o êxito também poderá ser pautado em sua organização, rede de relacionamentos e acesso pertinente a pesquisas. Este estudo procurou então verificar e demonstrar resultados quanto à relevante questão de otimização de tempo que leva os profissionais, docentes e pesquisadores a fazer uso dos mais diversos recursos tecnológicos a fim de estarem sempre em sintonia com as demandas de suas áreas de especialidade e atenderem às necessidades de seus clientes e pares. Igualmente pressupõe que os envolvidos devam estar a par das ocorrências e das mais recentes atualizações em suas áreas. A globalização contemporânea proporcionou essa realidade; portanto, é necessária a adequação a ela.

Pelo exposto, a proposta de um curso de prática de tradução jurídica em nível introdutório ministrado totalmente à distância parece ser uma metodologia pertinente com a finalidade de se verificar se a modalidade é compatível com o desenvolvimento proposto, se o conteúdo ministrado produz aprendizagem a um público de tradutores em formação em um

curso de graduação e se o nível de satisfação e desenvolvimento dos participantes é compatível e concorrente ao de um curso ministrado na modalidade presencial.

ii. OBJETIVOS

Objetivo geral:

A presente pesquisa tem o objetivo de descrever o uso de ferramentas e recursos tecnológicos e a modalidade de Educação à Distância (EAD) na formação e aperfeiçoamento de tradutores pela viabilização de um curso de tradução na área de especialidade jurídica como alternativa para os interessados que não poderiam fazer parte de um curso presencial por questões diversas e também para os que optem pela modalidade por questões de preferência e conveniência. Por meio do curso, verificar a eficácia da modalidade EAD quanto ao início do desenvolvimento das competências tradutórias com textos jurídicos (direção inglês-português) e, caso seja possível, estabelecer a comparação com um curso presencial que emprega o mesmo conteúdo.

Por meio dos procedimentos, visa-se observar resultados advindos da prática dos participantes; partindo das observações feitas no decorrer das edições do curso aplicado tanto na modalidade à distância quanto na presencial, a pesquisadora procurará, idealmente se as edições das modalidades forem oferecidas no mesmo número de vezes, analisar e tecer considerações a respeito de sua eficácia e propor sugestões e argumentos sobre a modalidade aplicada aos estudos e aperfeiçoamento de tradutores atuantes e em formação. A procura pelo aperfeiçoamento e especialização em tradução tem se mostrado expressiva e o intuito é o de se confirmar a hipótese de que a Educação à Distância, aliada a recursos tecnológicos, didáticos e acadêmicos, pode vir a proporcionar uma oportunidade de aprendizagem eficaz, com a utilização de material genuíno e autêntico, mediando e orientando a pesquisa e ainda criando uma interessante rede de informações e contatos.

Objetivos específicos:

Prioritariamente, o objetivo da pesquisa e da análise de seus resultados é o de estabelecer em que medida um curso em EAD em tradução da área de especialidade jurídica é eficaz. Para tal, a estratégia aplicada na metodologia proposta pela pesquisa – que vem a ser o oferecimento do curso - é de se comparar o desempenho dos alunos e do instrutor/professor com os recursos online ao de um curso oferecido simultaneamente, sobre o mesmo tema e com o mesmo conteúdo programático, na modalidade presencial. Desta forma, a partir da verificação dos dados, do desempenho e dos resultados espera-se também verificar se a

modalidade EAD permite ao docente condições similares às da modalidade presencial na criação e execução de estratégias e abordagens que levam ao desenvolvimento das competências tradutórias. A análise dessa comparação será idealmente realizada se ambas as modalidades forem oferecidas no mesmo número de vezes, o que pode vir a ocorrer ou não. Deixaremos essa instância para a análise, no decorrer desta dissertação.

Outras questões que se mostram de relevância e para as quais se pode abstrair conteúdo para análise:

- Existem diferenças entre o curso EAD e o presencial em relação às respostas aos estímulos e aos comportamentos a esses estímulos?
- Existem diferenças entre as modalidades quanto à motivação e interesse?
- Qual o papel do professor/instrutor e dos participantes enquanto colaboradores no compartilhamento de informações e de desenvolvimento das competências na modalidade EAD e na presencial?

Além de buscar respostas às questões propostas, pretende-se:

- Verificar o aproveitamento e a aprendizagem do conteúdo apresentado e trabalhado relativo à prática tradutória em si, com relação aos textos de área de especialidade, no caso os textos jurídicos.
- Levantar as diferenças entre a utilização de recursos online ou offline quando na modalidade à distância e os mesmos recursos tecnológicos utilizados presencialmente como, por exemplo, uso de *corpora* e de dicionários.
- Verificar se existe diferença com relação a como foram produzidas as atividades propostas e à devolutiva dos textos produzidos pelos alunos nas duas modalidades.

No caso de que não seja possível realizar idealmente uma análise comparativa entre as modalidades devido a diferenças no número de formação de grupos, o objetivo será o de se verificar os pontos acima com os resultados obtidos a partir dos dados coletados fornecidos participantes e suas produções assim como seus desempenhos e opiniões.

iii. JUSTIFICATIVA

A escolha pela área de especialidade de tradução jurídica se deu, a princípio, por ser recorrente como prática na área de atuação desta pesquisadora em sua rotina enquanto tradutora pública e intérprete comercial, como docente na área de prática de tradução de textos técnicos e comerciais e também como apresentadora de comunicações em eventos da área de tradução. Pela experiência na prática docente assim como na profissional, percebeu-se a necessidade dos alunos e de colegas tradutores em se aperfeiçoar mais na área devido a suas especificidades com relação à terminologia própria dos diferentes sistemas jurídicos. Para isso propõe-se a viabilidade e implantação de um curso nessa modalidade a fim de observar aspectos didático-pedagógicos para capacitação, aprimoramento, aperfeiçoamento e desenvolvimento de tradutores.

Dois pontos serviram como base para o presente trabalho de pesquisa. O primeiro foi o de oferecer compartilhamento de informações e técnicas para a prática de tradução na área de especialidade jurídica e conhecimento tanto lexical e terminológico quanto dos diferentes sistemas jurídicos existentes. A partir de então, surge a questão de como satisfazer a necessidade dos estudantes em formação ou daqueles já estabelecidos em prática profissional que não pudessem participar de um curso presencial por motivos diversos. Uma opção didática e metodológica é a Educação à Distância que, de acordo com Morán (2008), é o processo no qual o ensino-aprendizagem é mediado por tecnologias e se dá quando professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente, diferindo da educação presencial, na qual alunos e professores se encontram em locais determinados e ao mesmo tempo. A modalidade EAD foi escolhida com a finalidade de se oferecer uma opção para satisfazer a demanda. Assim, o oferecimento do curso em tradução jurídica para os fins da pesquisa visou descrever e analisar resultados obtidos a partir de sua implantação e de seu desenvolvimento de acordo com metodologia e conceitos previamente delineados. Como segundo ponto, por meio da modalidade EAD tentou-se verificar se e como a ministrante teria a oportunidade de desempenhar atividade docente em qualquer local em que se encontrasse uma vez que, em um ambiente virtual com os recursos oferecidos teria como compartilhar suas experiências e conhecimento, viabilizando assim mais possibilidades à área de Ensino. Procurou-se demonstrar a atuação e comprometimento da ministrante como um exemplo para os participantes do curso a fim de que os objetivos de aprendizagem com qualidade fossem atendidos e satisfeitos. Em Santos (2012, p. 41) lemos que “na formação em educação à distância, o formador é também um aprendiz em formação... Cada público, cada projeto

possui uma necessidade diferente e, também por isso, ainda está engatinhando na questão da formação em EAD”.

De acordo com as metas e a legislação concernente à EAD e ao Ensino/Aprendizagem, destaca-se a importância e a evolução das ferramentas online para que se possa atingir o maior número de pessoas em tempo mais otimizado. Isso vem ao encontro de compartilhamento pautado em princípios considerados democráticos com relação ao movimento crescente rumo à informação de forma igualitária e acessível, em qualquer lugar a qualquer tempo. O embasamento legal para a prática está preconizado no artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no. 9394/96 na qual se lê “O poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de Ensino à Distância, em todos os níveis e modalidade de ensino, bem como de toda educação continuada.” (Lei No. 9394 de 20 de Dezembro de 1996, p. 27839). Este artigo foi regulamentado, inicialmente, pelo Decreto 2494 de 10 de Abril de 1998 e os artigos 11 e 12 foram alterados pelo Decreto 2.561 de 27 de Abril de 1998. Em 2005, o Decreto No. 5.622 de 19 de Dezembro de 2005 revogou os Decretos 2.494 e 2.564 e estabeleceu, por exemplo, que as instituições de ensino superior que oferecessem cursos de nível superior ou em nível tecnológico, deveriam credenciar-se junto ao MEC, solicitando autorização de funcionamento para cada curso oferecido e esse processo seria analisado então por uma Comissão de Especialistas da SES (Secretaria de Educação Superior) cuja função seria emitir parecer final. Esse trâmite é o mesmo aplicado ao credenciamento de cursos presenciais o que estabelece uma igualdade no tratamento dado ao projeto pedagógico (ORTH, 2010). Isso determinaria os indicadores de qualidade.

A mais recente disposição do Poder Executivo com relação à EAD está no Decreto No. 9.057 de 25 de Maio de 2017 que regulamenta o art. 80 da Lei No. 9.394 de 1996 e que veremos a seguir em item de capítulo mais detalhadamente.

O curso proposto para fins desta pesquisa entra na categoria de Curso Livre. Aos Cursos Livres não é requerido que sejam submetidos a credenciamento do Ministério da Educação. De acordo com o disposto no site da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, o Curso Livre à distância é “uma modalidade de educação não formal, de duração variável, destinada a proporcionar aos estudantes e trabalhadores conhecimentos que lhes permitam profissionalizar-se, qualificar-se e atualizar-se para o trabalho”. Também com a LDB de 1996, passou a integrar a modalidade de Educação Profissional. Como estão assim qualificados, têm como base Legal o Decreto No. 5.154 de 23 de Julho de 2004. Por meio do embasamento legal, há que se denotar o reconhecimento da modalidade para a educação na formação, no desenvolvimento e aperfeiçoamento de profissionais.

Assim é no Brasil e no mundo: são oferecidos cursos em diversos níveis de formação, capacitação e especialização que procuram ir além de certificar indivíduos. Eles podem prover aos participantes em localidades das mais longínquas, ampla disponibilidade a áreas de especialidade e de interesse, assim como noções e acesso a recursos tecnológicos dos quais poderão fazer uso em suas pesquisas e na execução de seu trabalho, proporcionando assim o desenvolvimento de suas habilidades e competências. Além disso, os cursos movimentam o mercado para os profissionais docentes transformando a informação e o conhecimento em um sistema contínuo e acessível, o que poderia ser considerado como justificativa do que preconiza o Direito Fundamental disposto no “caput” do artigo 205 de nossa Constituição Federal: da Educação e Cultura: “a educação é um direito de todos e será incentivada pela sociedade.” E no inciso II do art. 206: “a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar pensamentos, a arte e o saber”.

CAPÍTULO 1 - Pressupostos teóricos

Neste capítulo, procuraremos demonstrar quais pressupostos teóricos nortearam nossa pesquisa e que foram de importância para que se pudesse descrever, estabelecer e delimitar a metodologia aplicada e corroborar seus resultados. Serão abordados aspectos dos princípios de Andragogia, Ensino de Tradução e Formação de Tradutores, o Ensino de Tradução Jurídica, os Cursos Livres para o Ensino de Tradução Jurídica, a Educação à Distância e seu embasamento legal, a comparação entre o Ensino Presencial e o Ensino à Distância, o que é Ambiente Virtual de Aprendizagem.

1.1 Princípios de Andragogia

Desde a antiguidade, no que nos transmite a História, a educação, a formação e o conhecimento foram transmitidos a adultos e a crianças. Mendes (2014) propõe a relevância de se diferenciar a Pedagogia e a Andragogia, ambas ciências dedicadas aos estudos e observações sobre as práticas de ensino e aprendizagem. De acordo com Litto e Formiga, (2009, apud MENDES, 2014, p.105), ambos os termos vêm do grego, sendo que Pedagogia tem sua raiz em *paidós* que significa criança, e *agogós* que significa “guiar, conduzir, educar”; já *andros* significa adulto e o termo Andragogia foi cunhado e utilizado pela primeira vez em 1833, pelo professor alemão Alexander Krapp (MENDES, 2014).

Outro teórico e estudioso igualmente relevante dessa área é Knowles (1973, 1984), que desenvolve uma teoria da Andragogia, especificamente voltada à aprendizagem de adultos, que enfatiza que eles são autodirecionados e que esperam ter liberdade de escolha e autonomia sobre suas decisões. Desta forma, os programas desenvolvidos para adultos deverão se embasar neste aspecto que se mostra fundamental. O autor, em sua obra de 1973 (pp. 44-49), no que tange à aprendizagem de adultos, tem por base quatro princípios assim identificados:

1. sua base experiencial, isto é, o repertório e conhecimento prévio que já possuem;
2. seu envolvimento no problema;
3. perceber a sua relevância imediata; e,
4. serem orientados pelo mencionado problema a encontrarem sua solução.

Com base nesses princípios, de acordo com sua teoria, Knowles propõe que, partindo de seu autoconceito, o adulto terá motivação, orientação e prontidão para aprendizagem e, com sua experiência e o conhecimento agregado, chegará satisfatoriamente ao objetivo de atingir o conhecimento pretendido.

Para chegar a esse resultado, as melhores práticas se dão por meio de atividades que compreendam estudos de caso, investigação guiada, simulações, experimentos e projetos criativos e de desempenho. Ao final, os adultos aprendizes deverão perceber também um processo de avaliação autêntica que valoriza o processo tanto quanto o produto final, integrado ao ensino e aprendizagem. Por meio dessa avaliação, poderão medir sua habilidade diretamente com abordagem construtiva, assim como medir a relevância e interesse genuínos

que lhes tenham sido despertados. E essa avaliação autêntica também poderá demonstrar sua aplicação contextual e significativa dos conhecimentos e habilidades adquiridos, assim como as habilidades analíticas em um ambiente de integração de aprendizagem que conte com colaboração, comunicação, pensamento crítico, síntese de informação e criação de produto.

Para isso, os adultos deverão estar envolvidos no processo de planejamento e de avaliação de sua aprendizagem e orientação e deverão estar cientes de participação ativa, mesmo com apresentação de eventuais erros, já que esses fazem parte do processo de aprendizagem. Vale também ressaltar que adultos demonstram mais interesse em aprender sobre temas e propostas que apresentem maior relevância imediata para seu trabalho ou seus interesses pessoais e que a aprendizagem está mais direcionada à solução do problema do que obtenção de conteúdo (KNOWLES, 1973, pp. 112-123).

1.2 Ensino de Tradução e Formação de Tradutores

“Qualquer processo de ensino envolve três elementos fundamentais: o conhecimento ou competências a serem adquiridas, os aprendizes que deverão adquirir tal conhecimento ou tais competências e o professor que deverá guiar os aprendizes no processo de aprendizagem” (PRESAS, 2000, p.19).

Lê-se em Presas (2000) que, desde Harris (1977, p.19), aqueles que são bilíngues poderiam ser considerados “tradutores naturais” já que o fato de terem adquirido competência em pelo menos duas línguas faz com que a habilidade de converter de um idioma para o outro pareça inerente. Não obstante, com a ocorrência de um número considerado abundante de traduções com muitos problemas, estudos indicam que o fato de ser bilíngue não é garantia suficiente para competência tradutória. A competência linguística de quem tem a habilidade de se expressar em dois idiomas é um meio para o desenvolvimento da competência tradutória. Esta implica em “dois tipos de mudanças qualitativas nas estruturas mentais do aprendiz” (PRESAS, 2000, p. 29). Pode-se inferir que uma pessoa bilíngue seja detentora de uma base psicolinguística sobre a qual se torna possível construir competência tradutória. No entanto, caso tal pessoa não tenha, como esta pesquisa pretende indicar, o conhecimento sobre as estruturas e sistemas jurídicos, deverá ser treinada na área de especialidade no que tange aos sistemas e terminologia, a fim de que possa realizar tradução competente.

Chesterman (2000) em seu artigo sobre estratégias de ensino para tradução¹, igualmente nos remete ao desenvolvimento das competências no treinamento de tradutores. Apresenta, por meio de fases ou estágios, como são adquiridas essas competências que vão do estágio um, no qual o aprendiz começa a operacionalizar alguns termos com atividades, depois, o estágio dois do que poderíamos denominar “falso iniciante”, cuja experiência já é maior, mas ainda deve melhor contextualizar as tarefas e começa a ter mais apropriação de instrumentos e a exercitar autonomia. No estágio três, dá-se o prosseguimento à competência com o crescimento da experiência e do reconhecimento de características relevantes. Aqui, o

¹ Original. “Stage four is that of proficiency. So far, trainees have been following rules, processing information and making rational choices. At the proficiency level, personal experience and intuition play more of a role.” P. 82: Search strategies are used for solution of specific comprehension or production problems, often terminological; use of the Internet, brainstorming a colleague, phoning that friend at the Ministry, checking through parallel texts, and so on”. (CHESTERMAN, *Strategies for Emancipatory Translation*. 2000, p. 78)

processo de decisões por escolhas tradutórias com seleção mais apropriada se mostraria. Também marca o “elemento de responsabilidade” nas escolhas, que não mais seriam randômicas.

Segue-se o estágio quatro que é o de proficiência, pois a informação processada já forma um conhecimento prévio o que permite que a “intuição tenha um papel mais definitivo” (2000, p.78, Tradução Nossa) apesar de o caráter analítico e racional ainda se fazerem presentes pela questão da responsabilidade já mencionada. No estágio final, a especialização *per se* na qual a intuição já se faria fator definitivo e mostra que o tradutor e o texto traduzido já podem se tornar um. Para se conseguir chegar a esse estágio final, devem ser desenvolvidas estratégias de pesquisa, de criatividade, textuais por meio de “utilização de Internet, trocar ideias com um colega, telefonar para um amigo no Ministério, cotejar textos relacionados” etc. (CHESTERMAN, 2000, p. 82). Pretende-se que todas essas estratégias façam parte da metodologia aplicada nos cursos que servem de base para a pesquisa, a fim de que se alcance o objetivo.

Qual seria então o objetivo principal do tradutor? Seria o sentido de se buscar expertise? Afinal, esta é uma das justificativas pelas quais os tradutores buscam cursos e aperfeiçoamentos.

De que maneira se buscar essa expertise? Segundo Hurtado Albir (1999, p.15), existe um enfoque tradicional que demonstra a identificação da didática de línguas com a didática da tradução, que na realidade evidencia que seria “a aula de tradução, na verdade, uma continuação da aula de língua estrangeira, na qual o único interesse são questões léxicas e gramaticais da língua estrangeira, sem nem ao menos se considerar o perfil contrastivo”² (HURTADO ALBIR, 1999, p. 17). Em sua obra, ao citar Berenguer (1996, 1997), concorda que se deve planejar, de forma lógica, questões relacionadas a problemas de tradução e preparar questões e atividades que venham a destacar e causar questionamentos e soluções para a realização desses problemas a fim de que possa dar uma formação mais completa aos tradutores.

² Original: En esta didáctica se confunde enseñar a traducir con enseñar lenguas. La clase de traducción es, en realidad, una continuación de la clase de lengua extranjera, en la que lo único que interesa son cuestiones léxicas y gramaticales de la lengua extranjera, sin tener siquiera, por lo general, un cariz contrastivo. (HURTADO ALBIR, 1999. p. 15)

A autora igualmente propõe que a tradução jurídica, enquanto prática de tradução especializada, que aqui introduzimos e adiantamos como uma corroboração ao próximo item deste capítulo, carece de estudos mais frequentes e atualizados, pois ainda se mostram mais descritivos. Ela explica que a tradução jurídica, assim como a de outras áreas técnicas, é marcada pela importância sobre o conhecimento da área de especialidade e dos diferentes sistemas jurídicos existentes que por vezes podem não apresentar equivalências para se resolver a tradução.

Assim, quando Hurtado Albir (1999, p. 16) elenca no capítulo 1 os pressupostos teóricos sobre conceito de tradução, sua classificação, a definição de tradução como “processo interpretativo e comunicativo de reformulação de um texto, que se desenvolve em um contexto social” e pensa na tradução como processo mental do tradutor em compreender e reexpressar, a autora oferece uma base teórica para a fundamentação desta pesquisa.

Existe ainda, de acordo com a autora, uma carência com relação a estudos sobre metodologia e didática de ensino no que tange a Estudos de Tradução. A discussão se faz necessária e interessante a seu ver. De acordo com a autora em sua obra *Enseñar a traducir* (1999), ela propõe a divisão do ensino de tradução em quatro tópicos gerais: 1. Fundamentos; 2. O ensino de línguas e a formação de tradutores, que compreende o ensino da primeira língua estrangeira, de uma segunda língua e o da materna; 3. A iniciação à tradução direta e a tradução entre línguas maternas e o Ensino da Tradução especializada que se divide em tradução técnica e científica, jurídica, literária e audiovisual e 4. O Ensino de Interpretação. Os aspectos sobre uma proposta didática global indicam dois conceitos: o curricular com os objetivos de aprendizagem (Delisle, 1980) e o outro metodológico, que se embasa no enfoque reconhecido como “Task-Based Approach”.

Esse enfoque vem a ser uma abordagem com base em tarefas, na qual a língua estrangeira é ensinada centrando-se nos alunos como protagonistas e o papel do professor é o de propor as tarefas e ser responsável pela dinâmica interativa. Ao professor cabe programar, de acordo com as necessidades dos alunos, os projetos e atividades e incentivá-los durante o processo uma vez que, de acordo com a autora, a melhor maneira de se aprender as línguas é utilizando situações simuladas e reais. Isto porque um dos pressupostos do ensino de tradução vem justamente do “saber fazer”. O professor passa a ser “um guia, um estruturador, um animador” (HURTADO ALBIR, 1999, p.48).

Enquanto guia e estruturador, cabe também ao professor utilizar-se do conceito TPACK (Technology, Pedagogy, Content and Knowledge) que vem a ser o design atual e

moderno para formação de professores, instrutores e desenvolvedores com o manuseio e construção de Tecnologia, Pedagogia, Conteúdo e Conhecimento nas práticas de ensino-aprendizagem.

Galán-Mañas (2009), orientanda de Hurtado Albir, em sua Tese de Doutorado discorre sobre planificações curriculares e tarefas de tradução, competências específicas na formação de tradutores, ensino de tradução especializada, ensino de tradução jurídica, e ensino de tradução na modalidade semipresencial, com autonomia, emotividade em torno do virtual, o papel do professor, as ferramentas e a avaliação. Na parte I de seu texto, ela discorre sobre o processo de desenvolvimento de competência e de subcompetências de acordo com o modelo elaborado pelo grupo PACTE (Hurtado Albir, 201, p. 406) que é um processo de aprendizagem “dinâmico e cíclico e consiste de um processo de reestruturação e desenvolvimento desde um conhecimento novo, que requer uma competência de aprendizagem na qual se produz reestruturação e desenvolvimento integrado” (GALÁN-MAÑAS, 2009, pp. 22-24). A autora, citando Gamero (2001, p. 48, apud GALÁN-MAÑAS, 2009), explica que ele relaciona que “as características de funcionamento dos textos técnico e as competências requeridas para a tradução técnica” também estão relacionadas ao desenvolvimento de subcompetências, e que as de maior relevância são:

- a subcompetência extralingüística, que são os conhecimentos da cultura de partida e da de chegada, os conhecimentos enciclopédicos ou conhecimento de mundo e os conhecimentos temáticos, quais sejam os de âmbitos específicos; e
- a subcompetência instrumental, que vem a ser o conhecimento sobre as fontes documentais e tecnologias de informação aplicadas à tradução, assim como o mercado laboral e as fontes de pesquisa.

Ainda tendo como tema de ensino de tradução e formação de tradutores, citamos Anthony Pym em *Training translators – ten recurrent naiveties*, propondo que o treinamento em tradução não tem necessariamente que ser realizado em universidades, pois:

... muitos tradutores ainda recebem treinamento em seus locais de trabalho; outros aprendem muito a partir sua prática; alguns recebem treinamento em nível de pós-graduação (quando suas graduações forem em outra área), e outros ainda são profissionais que estão em constante retreinamento, participando de uma série de cursos de curta duração. Há uma vasta gama de possibilidades de oportunidades de treinamento, algumas em universidades, muitas fora delas, e um número crescente de tradutores que treinam outros tradutores, e valores são cobrados pelas instituições a fim de obterem seus selos de qualidade (2006, p. 1)³

³Original...many translators are still trained on-the-job; others learn a great deal from practicums; some are trained at postgraduate level (having done a first degree in something else), and still others are professionals who

O treinamento e aprendizagem de tradução na área de especialidade jurídica pode oferecer vantagens aos profissionais que dele queiram ou necessitem participar pois, como também discutido e argumentado academicamente, a Tradução não é aprendizagem de idiomas pura e simplesmente; ainda de acordo com Pym (2006, p.3): “Ter boas habilidades linguísticas não se faz suficiente para se tornar um bom tradutor (em qualquer segmento), apesar de serem necessárias. Isso é simples de se notar. A questão real é saber de onde vêm essas habilidades”.⁴ Ele ainda coloca que a aprendizagem de idiomas é parte do processo mas não precisa ficar restrita às salas de aula presenciais. Por isso, igualmente, vemos que essa é uma realidade recorrente e que os profissionais poderiam se beneficiar com tal prática nessa modalidade.

Continuando com os pressupostos teóricos, no que tange à área de especialidade em si, vemos em Bhatia (1997, p. 202) que a importância de “análise linguística no ensino-aprendizagem de tradução é recorrente”, mas o autor indaga: “Por que membros de uma comunidade de discurso específico usam a língua da forma que usam?” Para responder a isso, vários recursos que vão desde os estudos sociolinguísticos até estudos em outras disciplinas, devem ser considerados. De acordo com o autor, a tradução não é “meramente uma questão de transferência linguística, mas sim um ato genuíno de comunicação... talvez mais complexo do que a comunicação em um sistema semiótico singular” (BHATIA, p. 204). Diz respeito ao processo de se transmitir a mensagem de alguém em outro idioma o que compreende outra cultura, outro sistema e outro processo sócio-cognitivo. Especificamente na área de especialidade que foi a utilizada nesta pesquisa, que é a jurídica, há algumas habilidades que deverão ser, de acordo com o autor, desenvolvidas como, por exemplo, compreender porque instrumentos jurídicos são escritos de determinada forma, como esses documentos são elaborados, interpretados e usados, fazer sua leitura com a finalidade de beneficiar o entendimento de leigos e, principalmente, desenvolver a autoconfiança e sensibilidade no uso dos gêneros textuais jurídicos.

Por meio desta pesquisa, com a oferta de um curso com ferramentas que procuram levar o original e autêntico, com a apresentação de diversos gêneros e tipologias textuais, talvez se possa verificar se, assim como em outras áreas de especialidade, não só o

constantly retrain, taking a series of short-term courses. There is a whole range of possible training situations, some in universities, a lot outside universities, and an increasing number involve practitioners training practitioners, with universities charging fees for their stamp of approval. (PYM, 2006, p.1)

⁴ Original “Good language skills are not enough to make a good translator (in whichever segment), but they are necessary. That much is easy. The real question is where those skills come from.” (PYM, 2006, p.3)

conhecimento linguístico seja suficiente para se realizar uma tradução; há que se ter também o conhecimento dos diferentes conteúdos e sistemas pertinentes, com base nos motivos apresentados pelos estudiosos citados.

Ademais, verifica-se ainda que a tradução em área de especialidade em sua prática é realizada por tradutores que realizam serviços para agências e para clientes tanto com vínculo empregatício como autonomamente e que o fazem também à distância. Existe hoje um vasto contingente de agências que são virtuais ou que se localizam em outros países e que contratam os profissionais também utilizando a modalidade à distância. Por conseguinte, o treinamento e habilitação tanto na técnica de tradução da área de especialidade quanto no manuseio dos recursos oferecidos pelo mercado de trabalho requerem profissionais treinados com maior autonomia.

Alcina (2008), quando discorre sobre a utilização de tecnologias na formação de tradutores, no quesito formar com competência para o mercado de trabalho e com autonomia, afirma que tanto os tradutores quanto os professores ou instrutores de tradução foram “pioneiros no uso do computador como ferramenta... integrado ao sistema de processo do trabalho” com a utilização de ferramentas de tradução que são programas de tradução assistida, e que se firmaram com “o desenvolvimento de dicionários eletrônicos e bancos de dados terminológicos com a internet e suas inúmeras possibilidades de pesquisa, documentação e comunicação” (2008, p. 80)⁵. Na sequência relaciona-se ainda a digitação de conteúdos e a “computarização”, como propõe a autora, de “instituições, organizações, empresas particulares e locais de trabalho profissional”, uma vez que estes fazem parte do universo de solicitantes dos serviços de tradução que justificam a necessidade do preparo profissional no que concerne ao conhecimento e especialização assim como às competências e ao manuseio de tecnologias aplicadas à atividade.

Esses fundamentos teóricos foram tidos como base para os procedimentos metodológicos desta pesquisa e dessa forma procuraremos verificar se a proposição de tarefas desenvolvidas nos cursos oferecidos em EAD e presencialmente, que façam uso de recursos

⁵ Original Translators and teachers of translation have been pioneers in the use of the computers a tool that is fully integrated into the work process, at least as far as the field of language-related professions is concerned. Although the relationship between translation and the computer began with the development of software for machine translation, the real boom of translation technologies was marked by the development of electronic dictionaries and terminological databases, the arrival of the Internet with its numerous possibilities for research, documentation and communication, and the emergence of computer-assisted translation tools. The digitization of content generated at the source, and translation tools. Theandltwentieth organizations, private businesses, professional work places, etc. also played a significant role (ALCINA, 2008, p. 80).

tecnológicos e de suas possibilidades, foram satisfatórias aos alunos participantes de acordo com seus desempenhos e suas impressões coletadas.

1.3 Ensino de Tradução Jurídica

No que tange aos aspectos de Tradução Jurídica enquanto área de especialidade, a proposta é a de se iniciar pela própria definição ou entendimento do que vem a ser Inglês Jurídico. De acordo com Carvalho (2014), em sua apresentação “Tradução Jurídica e Choque Cultural” em evento de Congresso da ABRATES⁶, “existem diversos pontos de choque em potencial” assim como “sutilezas culturalmente marcadas” da atividade dos tradutores dessa área. Por essa base, a autora expõe que a Linguagem Jurídica “descreve ações, missões e eventos na Lei, expressa uma cultura jurídica e dá acesso à cultura por meio da linguagem jurídica”, criando significados e fazendo-nos compreender mais sobre os outros diversos sistemas existentes. Só que mais do que adquirir conhecimento sobre diferentes sistemas, somos levados, no caso de tradução do inglês para o português, a fazer estudo mais aprofundado e específico sobre o nosso próprio sistema, a fim de que se possa satisfazer a tradução de documentos de forma mais aproximada possível de equivalências pertinentes.

De acordo com Chaffey (1997), tradutores podem considerar que a tradução jurídica possui características tão particulares que parece impossível de ser realizada. Isso se deve ao fato de existirem tantos sistemas (Jurídicos) diferentes. No entanto, apesar de “a própria expressão tradução jurídica parecer uma contradição, documentos jurídicos e legislação pertinente são traduzidos” (p. 69). Ao citar Sapir (1929), Chaffey (1997, p. 70) dispõe que “nenhuma língua é suficientemente similar à outra ao se considerar a representação da mesma realidade social”⁷. Portanto, a tradução jurídica, por sua característica de área de especialidade e que representa diferentes culturas e sociedades em interação que gerarão relações futuras, pode ser considerada de suma importância como proposta de trabalho e de pesquisa. Além disso, apresenta desafios inerentes ao estudo da sua terminologia própria, de sua linguagem plena de chavões, jargões, registro e especificidades que poderão somente ser devidamente transpostos por aqueles que tenham a competência para desenvolver tal atividade nessa área.

⁶ABRATES Associação Brasileira de Tradutores e Intérpretes.

⁷Original “No two languages are ever sufficiently similar to be considered as representing the same social reality” (CHAFFEY, 1997, p. 70).

Por meio de estímulo à pesquisa utilizando recursos tecnológicos para acesso à terminologia, terminografia e corpus que vem a ser base para o desenvolvimento do curso, pretende-se também destacar o papel das definições legais que são consideradas por Sarcevic (1997) como “assistentes na interpretação que promove clarificação ao reduzir indeterminação e auxilia na aquisição de consistência”. Porém, não só isso: “Acima de tudo, promove interpretação e aplicação uniforme facilitando aos tribunais com certo grau de certeza se um conjunto de fatos específicos leva a uma categoria específica para os propósitos das consequências jurídicas” (SARCEVIC, 1997, p. 153).

Aubert (2001) assinala que, em 1988, quando então os recursos tecnológicos ainda não eram tão abundantes, já os tradutores formavam um dos principais grupos que utilizam a terminologia como fonte de trabalho e necessitavam de pesquisa e ao mesmo tempo eram responsáveis por gerarem soluções terminológicas bilíngues. Esta é uma proposição interessante, haja vista que hoje em dia, mais intensamente ainda, são utilizados os recursos tecnológicos de ponta, cada vez mais atualizados como memórias de tradução, tradução automática, plataformas wiki, dicionários e glossários compartilhados além da Linguística de Corpus. O fato de esses recursos serem oferecidos online ou offline poderia fornecer subsídios para justificar a prática de tradução compartilhada e disponibilizada em curso pela modalidade EAD, com o intuito de estimular a autonomia de pesquisa para o encontro de equivalências e de melhor qualidade na tradução.

Além da questão de pesquisa terminológica, com base em recursos tecnológicos, há que se incutir e compartilhar também com os aprendizes a questão das “equivalências funcionais”, como dispõe Reichmann (2012, p. 44), quando contempla que a tradução no caso de textos jurídicos vem a requerer do tradutor “conhecimentos dos sistemas jurídicos das culturas fonte e alvo a fim de poder ponderar sobre a melhor tradução dos termos técnicos que ocupam referências extratextuais e campos semânticos diferentes nos dois sistemas.” Tais equivalências funcionais podem proporcionar soluções tradutórias dos “termos que não existem ou que apresentam equivalências parciais no outro sistema jurídico”, conforme a autora acima citada.

Pensando no fato de os sistemas e as relações jurídicas serem dinâmicas e estarem em transformação e em evolução contínua, a necessidade de atualização deve ser da mesma forma enfatizada, o que justifica a busca por mais recursos de aprendizagem e prática nesse sentido. Para o desenvolvimento da metodologia utilizada na elaboração do curso com o objetivo de ensinar tradução jurídica, pensou-se no uso de estratégias de análise macrotextual com base nas unidades de tradução apresentando gêneros e padrões retóricos, e o uso de

análise microtextual para distinguir traços gramaticais e lexicais pertinentes aos gêneros e padrões retóricos específicos, como coloca Magalhães, pois dessa forma “o leitor traz seu conhecimento prévio de mundo para ajudá-lo a processar cada parte do texto e fazer hipóteses sobre o seu provável desenvolvimento subsequente” (2000 p. 71-72).

1.3.1 Cursos Livres para Ensino de Tradução Jurídica

Iniciaremos o tópico com uma definição e informações legais sobre cursos livres. Eles têm como base legal o Decreto Presidencial N° 5.154, de 23 de julho de 2004. O Curso livre, que pode ser ministrado de forma presencial, semipresencial assim como também à distância, é uma modalidade de educação não formal de duração variável, destinada a proporcionar aos estudantes e trabalhadores conhecimentos que lhe permitam profissionalizar-se, qualificar-se e atualizar-se para o trabalho.

A Constituição Federal em seu Artigo 205, “caput”, prevê que a educação é direito de todos e será incentivada pela sociedade. Tal prática é defendida também pelo Artigo 206 que prevê que o ensino será ministrado com base em alguns princípios e em seu inciso II: “a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar pensamentos, a arte e o saber”. Também na Lei n° 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Curso Livre passou a integrar a modalidade de Educação Profissional. Esta, por definição, trata de educação não formal de duração variável, destinada a proporcionar aos estudantes e trabalhadores conhecimentos que lhe permitam profissionalizar-se, qualificar-se e atualizar-se para o trabalho.

A Lei n°. 9394/96 (LDB), o Decreto n°. 5.154/04 e a Deliberação CEE 14/97 (Indicação CEE 14/97) citam que os cursos chamados “Livres” não necessitam de prévia autorização para funcionamento nem de posterior reconhecimento do Conselho de Educação competente. Verifica-se que tampouco existe no momento legislação específica que regulamente estes cursos e, por isso, os cursos livres não são passíveis de regulação por parte do Ministério da Educação (MEC). Desta feita, vê-se aqui uma justificativa pela não exigência de escolaridade anterior.

Pode-se abstrair desse princípio que a categoria Curso Livre se justifica pelo propósito de atender a população com objetivo de oferecer profissionalização rápida para diversas áreas de atuação no mercado de trabalho. Por sua definição e proposições, o fato de ser livre significa que não exista a obrigatoriedade de carga horária mínima, podendo essa variar entre algumas horas ou vários meses de duração, e nem de quantidade mínima de disciplinas, assim

como tempo de duração, certificação, diploma ou formação anterior. Desse modo, a oferta desses cursos não depende de atos autorizativos por parte do MEC, quais sejam: credenciamento institucional, autorização e reconhecimento de curso.

Pode-se citar como exemplo a “Instituição Cursos Online EDUCA” que oferece esse tipo de curso. Desta feita, a instituição pode emitir e ao aluno cabe o direito de receber certificado em conformidade com a Lei nº 9394/96, com o Decreto nº 5.154/04 e com a Deliberação CEE 14/97 (Indicação CEE 14/97) já anteriormente mencionados. Os certificados emitidos têm validade legal para diversos fins. Nesse sentido, a jurisprudência do Conselho Nacional de Educação tem sido a de declarar-lhes a equivalência, de acordo com regras amplas e flexíveis.

O princípio demonstrado é o de que as pessoas que realizam Cursos Livres qualificam-se mais para suas carreiras, podem vir a superar os concorrentes a posições e promoções, e os que se encontram desempregados ou, por algum motivo, fora do mercado de trabalho, preparam-se para assim se qualificarem mais rapidamente para um novo emprego, cargo ou função. Assim, um ponto de relevância seria uma breve observação com relação ao discurso adotado por instituições que oferecem cursos nessa modalidade. Ela nos dá a perceber que embora os cursos livres sejam isentos de fiscalização e reconhecimento pelo MEC, os critérios acadêmicos e didático-pedagógicos exigidos a qualquer outra modalidade de cursos, sejam eles “livres” ou não, presenciais ou à distância não são dispensados. Essa fundamentação nos leva a considerar que os cursos livres, assim como qualquer outra proposta de aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional ou acadêmico, quando planejados e geridos de forma satisfatória e competente, apresentam alternativa a um público que busca os resultados por eles oferecidos. E se esse público tem o perfil que necessita de otimização de tempo e de recursos, tem conhecimento e certa afinidade com a utilização dos recursos tecnológicos e pretende assumir a autonomia das metodologias ativas, a modalidade à distância pode servir ao propósito de aplicação de cursos livres, como se pretende verificar nesta pesquisa.

1.4 Educação à Distância

A sigla EAD significa Educação à Distância e por esse motivo devemos nos referir a ela como “a” EAD. A educação evidentemente compreende o Ensino, só que este último trata de uma parte do processo ensino-aprendizagem que perfaz o sentido e o todo da Educação. Há algumas críticas e resistências quanto à sua denominação, inversamente ao que poderia apontar, pois não existe necessariamente uma distância no que tange à EAD. Autores como Silva (2003, 2006, 2010) preferem a expressão *On-line* ou *online learning*, *virtual learning*, *networked learning*, *web-based learning* e ainda a bem conhecida *e-learning*, que sinalizaria a interatividade possibilitada pelas novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). As TIC são as ferramentas e tecnologias utilizadas para comunicação, transmissão e gerenciamento de informações como a internet.

Como definição, podemos adotar a de Maia e Matar (2007): “A EAD é uma modalidade de educação em que professores e alunos estão separados, planejada por instituições e que utiliza diversas tecnologias de comunicação”. Assim, pelo fato de as tecnologias de comunicação serem usadas com recursos que podem vir a ser altamente compensadores em questões didático-pedagógicas, segundo os autores essa noção de “distância” deveria ser suprimida. Podemos dizer que a distância é relativa ao espaço físico e as TIC proporcionam a proximidade para a interação.

Nossa vivência hoje nos faz testemunhar que a tecnologia permeia a maior parte dos campos da vida e do conhecimento no mundo. Atualmente, desde a mais tenra idade as pessoas já estão envolvidas com o manuseio de dispositivos e se adequando a aplicativos trazendo o lúdico e virtual para o real. Morán, em artigo sobre a mudança que as metodologias ativas trouxeram à educação, resume a relação do homem atual com a tecnologia:

O que a tecnologia traz hoje é integração de todos os espaços e tempos. O ensinar e aprender acontece numa interligação simbiótica, profunda, constante entre o que chamamos mundo físico e mundo digital. Não são dois mundos ou espaços, mas um espaço estendido, uma sala de aula ampliada, que se mescla, hibridiza constantemente. Por isso a educação formal é cada vez mais *blended*, misturada, híbrida, porque não acontece só no espaço físico da sala de aula, mas nos múltiplos espaços do cotidiano, que incluem os digitais. O professor precisa seguir comunicando-se face a face com os alunos, mas também digitalmente, com as tecnologias móveis, equilibrando a interação com todos e com cada um. (2015, p. 16)

Da importância e do fato inequívoco de que as Tecnologias de Informação e Comunicação devem fazer e fazem parte do processo educacional e de ensino aprendizagem,

as instituições educacionais devem estar atentas às mudanças a fim de escolher as estratégias mais apropriadas com a finalidade de atingir o alvo da educação que é a formação e o desenvolvimento de competências. Fala-se aqui primariamente sobre a educação formal e a justificativa para a garantia de sua gestão e manutenção foi introduzida anteriormente. A EAD tem importância conferida pelo embasamento legal da própria Constituição Federal em seus artigos 205 “caput” e 206, inciso II e pela Lei de Diretrizes e Base No. 9.394 de 1996, em seu artigo 80 que mais recentemente, em maio de 2017, recebeu regulamentação do Decreto No. 9.057. Segue aqui o corpo da premissa legal, do qual se pretende tecer alguns comentários e análises:

DECRETO No - 9.057, DE 25 DE MAIO DE 2017

Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, caput, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 e na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, DECRETA:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Para os fins deste Decreto considera-se educação à distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.

Art. 2º A educação básica e a educação superior poderão ser ofertadas na modalidade à distância nos termos deste Decreto, observadas as condições de acessibilidade que devem ser asseguradas nos espaços e meios utilizados.

Art. 3º A criação, a organização, a oferta e o desenvolvimento de cursos à distância observarão a legislação em vigor e as normas específicas expedidas pelo Ministério da Educação.

Art. 4º As atividades presenciais, como tutorias, avaliações, estágios, práticas profissionais e de laboratório e defesa de trabalhos, previstas nos projetos pedagógicos ou de desenvolvimento da instituição de ensino e do curso, serão realizadas na sede da instituição de ensino, nos polos de educação à distância ou em ambiente profissional, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Art. 5º O polo de educação à distância é a unidade acadêmica e operacional descentralizada, no País ou no exterior, para o desenvolvimento de atividades presenciais relativas aos cursos ofertados na modalidade à distância. Parágrafo único. Os polos de educação à distância deverão manter infraestrutura física, tecnológica e de pessoal adequada aos projetos pedagógicos ou de desenvolvimento da instituição de ensino e do curso.

Art. 6º Compete ao Ministério da Educação, em articulação com os órgãos e as entidades a ele vinculados:

I - o credenciamento e o credenciamento de instituições de ensino dos sistemas de ensino federal, estaduais e distrital para a oferta de educação superior na modalidade à distância; e

II - a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos superiores na modalidade à distância de instituições de ensino integrantes do sistema federal de ensino, respeitadas as prerrogativas de autonomia.

Art. 7º Os sistemas de ensino, em regime de colaboração, organizarão e manterão abertos ao público os dados e atos referentes a:

- I - credenciamento e credenciamento institucional para oferta de cursos na modalidade à distância;
- II - autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos na modalidade à distância; e
- III - resultados dos processos de avaliação e de supervisão da educação na modalidade à distância.

CAPÍTULO II DA OFERTA DE CURSOS NA MODALIDADE A DISTÂNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Art. 8º Compete às autoridades dos sistemas de ensino estaduais, municipais e distrital, no âmbito da unidade federativa, autorizar os cursos e o funcionamento de instituições de educação na modalidade à distância nos seguintes níveis e modalidades:

- I - ensino fundamental, nos termos do § 4º do art. 32 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
- II - ensino médio, nos termos do § 11 do art. 36 da Lei nº 9.394, de 1996;
- III - educação profissional técnica de nível médio;
- IV - educação de jovens e adultos; e
- V - educação especial.

Art. 9º A oferta de ensino fundamental na modalidade à distância em situações emergenciais, previstas no § 4º do art. 32 da Lei nº 9.394, de 1996, se refere a pessoas que:

- I - estejam impedidas, por motivo de saúde, de acompanhar o ensino presencial;
- II - se encontrem no exterior, por qualquer motivo;
- III - vivam em localidades que não possuam rede regular de atendimento escolar presencial;
- IV - sejam transferidas compulsoriamente para regiões de difícil acesso, incluídas as missões localizadas em regiões de fronteira;
- V - estejam em situação de privação de liberdade; ou
- VI - estejam matriculadas nos anos finais do ensino fundamental regular e estejam privadas da oferta de disciplinas obrigatórias do currículo escolar.

Art. 10. A oferta de educação básica na modalidade a distância pelas instituições de ensino do sistema federal de ensino ocorrerá conforme a sua autonomia e nos termos da legislação em vigor.

CAPÍTULO III DA OFERTA DE CURSOS NA MODALIDADE A DISTÂNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Art. 11. As instituições de ensino superior privadas deverão solicitar credenciamento para a oferta de cursos superiores na modalidade à distância ao Ministério da Educação.

§ 1º O credenciamento de que trata o caput considerará, para fins de avaliação, de regulação e de supervisão de que trata a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a sede da instituição de ensino acrescida dos endereços dos polos de educação à distância, quando previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional e no Projeto Pedagógico de Curso.

§ 2º É permitido o credenciamento de instituição de ensino superior exclusivamente para oferta de cursos de graduação e de pós-graduação *lato sensu* na modalidade à distância.

§ 3º A oferta de curso de graduação é condição indispensável para a manutenção das prerrogativas do credenciamento de que trata o § 2º.

§ 4º As escolas de governo do sistema federal credenciadas pelo Ministério da Educação para oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* poderão ofertar seus cursos nas modalidades presencial e a distância.

§ 5º As escolas de governo dos sistemas estaduais e distrital deverão solicitar credenciamento ao Ministério da Educação para oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* na modalidade à distância.

Art. 12. As instituições de ensino superior públicas dos sistemas federal, estaduais e distrital ainda não credenciadas para a oferta de cursos superiores na modalidade à distância ficam automaticamente credenciadas, pelo prazo de cinco anos, contado do início da oferta do primeiro curso de graduação nesta modalidade, condicionado à previsão no Plano de Desenvolvimento Institucional.

Parágrafo único. As instituições de ensino de que trata o caput ficarão sujeitas ao credenciamento para oferta de educação na modalidade à distância pelo Ministério da Educação, nos termos da legislação específica.

Art. 13. Os processos de credenciamento e credenciamento institucional, de autorização, de reconhecimento e de renovação de reconhecimento de cursos superiores na modalidade à distância serão submetidos à avaliação *in loco* na sede da instituição de ensino, com o objetivo de verificar a existência e a adequação de metodologia, de infraestrutura física, tecnológica e de pessoal que possibilitem a realização das atividades previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional e no Projeto Pedagógico de Curso. Parágrafo único. Os processos previstos no caput observarão, no que couber, a disciplina processual aplicável aos processos regulatórios da educação superior em geral, nos termos da legislação específica e das normas expedidas pelo Ministério da Educação.

Art. 14. As instituições de ensino credenciadas para a oferta de educação superior na modalidade à distância que detenham a prerrogativa de autonomia dos sistemas de ensino federal, estaduais e distrital independem de autorização para funcionamento de curso superior na modalidade à distância. Parágrafo único. Na hipótese de que trata o caput, as instituições de ensino deverão informar o Ministério da Educação quando da oferta de curso superior na modalidade à distância, no prazo de sessenta dias, contado da data de criação do curso, para fins de supervisão, de avaliação e de posterior reconhecimento, nos termos da legislação específica.

Art. 15. Os cursos de pós-graduação *lato sensu* na modalidade à distância poderão ter as atividades presenciais realizadas em locais distintos da sede ou dos polos de educação à distância.

Art. 16. A criação de polo de educação à distância, de competência da instituição de ensino credenciada para a oferta nesta modalidade, fica condicionada ao cumprimento dos parâmetros definidos pelo Ministério da Educação, de acordo com os resultados de avaliação institucional.

§ 1º As instituições de ensino deverão informar a criação de polos de educação à distância e as alterações de seus endereços ao Ministério da Educação, nos termos a serem estabelecidos em regulamento.

§ 2º A extinção de polo de educação à distância deverá ser informada ao Ministério da Educação após o encerramento de todas as atividades educacionais, assegurados os direitos dos estudantes matriculados e da comunidade acadêmica.

Art. 17. Observado o disposto no art. 14, os pedidos de autorização, de reconhecimento e de renovação de reconhecimento de cursos superiores na modalidade à distância, ofertados nos limites dos Estados e do Distrito Federal nos quais estejam sediadas as instituições de ensino dos sistemas estaduais e distrital, deverão tramitar nos órgãos competentes de âmbito estadual ou distrital, conforme o caso, aos quais caberá a supervisão das instituições de ensino.

Parágrafo único. Os cursos das instituições de ensino de que trata o caput cujas atividades presenciais forem realizadas fora do Estado da sede da instituição de ensino, estarão sujeitos à regulamentação do Ministério da Educação.

Art. 18. A oferta de programas de pós-graduação *stricto sensu* na modalidade à distância ficará condicionada à recomendação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, observadas as diretrizes e os pareceres do Conselho Nacional de Educação.

Art. 19. A oferta de cursos superiores na modalidade à distância admitirá regime de parceria entre a instituição de ensino credenciada para educação à distância e outras pessoas jurídicas, preferencialmente em instalações da instituição de ensino, exclusivamente para fins de funcionamento de polo de educação à distância, na forma a ser estabelecida em regulamento e respeitado o limite da capacidade de atendimento de estudantes.

§ 1º A parceria de que trata o caput deverá ser formalizada em documento próprio, o qual conterá as obrigações das entidades parceiras e estabelecerá a responsabilidade exclusiva da instituição de ensino credenciada para educação a distância ofertante do curso quanto a:

I - prática de atos acadêmicos referentes ao objeto da parceria;

II - corpo docente;

III - tutores;

IV - material didático; e

V - expedição das titulações conferidas.

§ 2º O documento de formalização da parceria de que trata o §1º, ao qual deverá ser dada ampla divulgação, deverá ser elaborado em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional de cada instituição de ensino credenciada para educação à distância.

§ 3º A instituição de ensino credenciada para educação a distância deverá manter atualizadas junto ao Ministério da Educação as informações sobre os polos, a celebração e o encerramento de parcerias, na forma a ser estabelecida em regulamento, a fim de garantir o atendimento aos critérios de qualidade e assegurar os direitos dos estudantes matriculados.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 20. Os órgãos competentes dos sistemas de ensino poderão, motivadamente, realizar ações de monitoramento, de avaliação e de supervisão de cursos, polos ou instituições de ensino, observada a legislação em vigor e respeitados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Art. 21. O disposto neste Decreto não afasta as disposições específicas referentes aos sistemas públicos de educação à distância, à Universidade Aberta do Brasil e à Rede e-Tec Brasil.

Art. 22. Os atos de credenciamento para a oferta exclusiva de cursos de pós-graduação *lato sensu* na modalidade à distância concedidos a instituições de ensino superior serão considerados também para fins de oferta de cursos de graduação nesta modalidade, dispensado novo credenciamento ou aditamento.

Art. 23. Os processos de credenciamento para oferta de educação à distância e de autorização de cursos a distância vinculados, em tramitação na data de publicação deste Decreto, cujas avaliações *in loco* na sede tenham sido concluídas, terão a fase de análise finalizada pela Secretaria competente no Ministério da Educação.

§ 1º Os processos de autorização de cursos à distância vinculados de que trata o caput protocolados por instituições de ensino detentoras de autonomia, sem avaliação *in loco* realizada na sede, serão arquivados e a autorização ficará a cargo da instituição de ensino, após o credenciamento.

§ 2º Nos processos mencionados no caput, somente serão considerados para fins de credenciamento de polos de educação à distância os endereços nos quais a avaliação *in loco* tenha sido realizada, e aqueles não avaliados serão arquivados, sem prejuízo de sua posterior criação pela instituição de ensino, conforme o disposto no art. 16.

§ 3º O disposto no § 2º se aplica, no que couber, aos processos de aditamento de credenciamento de polos de educação à distância em tramitação na data de publicação deste Decreto.

§ 4º Eventuais valores de taxas recolhidas para avaliações não realizadas ficarão disponíveis para utilização em outros processos de avaliação referentes à mesma instituição de ensino.

§ 5º As instituições de ensino poderão optar pelo não arquivamento dos endereços não avaliados, na forma a ser estabelecida em regulamento.

Art. 24. Ficam revogados:

I - o Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005; e

II - o art. 1º do Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Art. 25. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de maio de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER José Mendonça Bezerra Filho

Inicialmente, já na observância das Disposições Gerais do Decreto, destaca-se a definição de que trata o assunto sobre Educação à Distância – e não Ensino à Distância, por caber aí uma visão mais abrangente sobre a modalidade e seu escopo. O Ensino está inserido na educação como parte do processo. Isso é fato. Mas Educação é o universo a ser abrangido com máximo de alcance. Os termos utilizados estão também explícitos como Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC) e acessibilidade. A norma também prevê e explicita o preparo e qualificação de pessoal assim como estrutura para que se processe toda a operacionalidade da modalidade. As Disposições Gerais, por si só, já remetem à observância de isonomia e adequação de qualidade equiparada a de ensino na modalidade presencial. Os artigos de 2 a 5 seguem especificando essa observância. Os artigos 6 e 7 tratam sobre a competência de órgãos sobre autorização, reconhecimento e credenciamento de cursos na modalidade à distância, reiterando a previsão de garantia de igualdade de expectativas quanto aos resultados.

Os Capítulos III e IV tratam da oferta de cursos e de programas em nível de Graduação e Pós-Graduação *lato sensu e stricto sensu* de acordo com diretrizes e pareceres. Também o regime de parceria entre instituições com dados específicos e relevantes quanto à oferta de “I - atos acadêmicos referentes ao objeto da parceria, II – corpo docente, III – Tutores, IV – material didático e V – expedição de titulações”. Estas postulações possuem relevância pois, mais uma vez, conforme o que preconiza a lei, propõem as mesmas condições e exigências de autorização e aceitação aferidas a cursos na modalidade presencial.

O Capítulo II, apesar de tratar de oferta de cursos na modalidade à distância na Educação Básica, traz uma especificidade que é relevante para a presente pesquisa: o inciso III enuncia a educação profissional técnica de nível médio. Este embasamento é o que norteia a modalidade para o curso proposto e que serviu à metodologia e análise para este trabalho.

A recente homologação do Decreto mostra um cenário de maior destaque no que concerne a políticas públicas em âmbito nacional, principalmente para a formação de professores. São eles que deverão desenvolver competências – tanto próprias quanto de seus alunos – e a EAD vem a ser uma alternativa importante para essa implementação de programas de formação. Só que para isso, de acordo com Schlüzen (2015) tal implementação

“ainda implica na superação de uma série de preconceitos e barreiras... muitas herdadas do entendimento da EAD... como educação de ‘massa’, aligeirada, de baixa qualidade e pobre em avaliação.” O autor ainda justifica que “O Brasil, com suas características continentais, desigualdades regionais e com suas significativas carências educacionais, encontrou na EAD uma alternativa importante para implementação de programas de formação” (SCHLÜZEN, 2015). Isso se dá pelo fato de a modalidade presumir e estimular a interação e de viabilizar acesso à informação a fim de garantir um trabalho de qualidade.

1.4.1 Metodologias Ativas e o Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA

Morán (2016, p. 1), em texto sobre como são realizadas transformações progressivas e profundas no currículo, destaca que “As metodologias ativas são caminhos para avançar para um currículo mais flexível, mais centrado no aluno, nas suas necessidades e expectativas”. Ele ainda dispõe que essas mudanças devem estar presentes, pois para que os indivíduos sejam formados para a sociedade atual eles devem aprender a “integrar conhecimentos amplos, valores, projetos de vida através de problemas reais, deságios relevantes, jogos, atividades e leituras individuais ou em grupo; presenciais e digitais”.

Em outro texto sobre a educação com metodologias ativas, Morán (2015, p.16) lucidamente descreve que “com a internet e a divulgação aberta de muitos cursos e materiais, podemos aprender em qualquer lugar, a qualquer hora e com muitas pessoas diferentes”. Assim, vemos que a internet vem então, uma vez mais, mostrar que ao disponibilizar informação e pesquisa, ferramentas e recursos, propicia o desenvolvimento dos indivíduos pela Educação à Distância.

A Educação à Distância se caracteriza pela utilização de recursos que têm a função de reproduzir temas, conteúdos e práticas que seriam desenvolvidos presencialmente, como modalidade que visa, de acordo com Simão Neto (2002, p. 52) “vencer distâncias, otimizar o tempo de estudo, ampliar as escolhas, facilitar o acesso, diversificar o espaço, aumentar a colaboração e mudar as formas de ensinar e aprender”. Aponta o estudioso que são cinco os modelos mais difundidos, partindo da classificação proposta por Gilbert Paquette (1998, apud SIMÃO NETO) da Télé-Université canadense, “apresentados segundo a perspectiva de trocas comunicativas entre os agentes – isto é, do grau de interatividade crescente e das mídias utilizadas” (p.52). Resumimos assim esses modelos:

1. A sala de aula virtual: é conhecida como “escola sem paredes”. Os alunos e os professores estão separados espacialmente, porém não temporalmente (modalidade

síncrona). As atividades realizadas são bem similares aos de uma sala presencial: o professor ministra o conteúdo, os alunos ouvem e fazem as tarefas solicitadas, assim como realizam perguntas e participam conforme possibilidade e autorização dadas pelo professor. Elas podem incorporar mais estímulos visuais e auditivos do que as presenciais pois, no momento da emissão o professor poderá dispor de recursos multimídia como scanner, câmera documental, softwares de apresentação, acesso a canais da web, etc.

2. As mídias educacionais: esse modelo é o mais conhecido provindo dos tempos dos cursos por correspondências. Alunos e professores são separados no tempo e no espaço e as formas assíncronas constituem o padrão de comunicação entre os participantes. O estudo é realizado na estação de trabalho do aluno e a aula chega por um meio de suporte físico: áudio, vídeo, software ou qualquer outro. Para dirimir dúvidas ou correção de exercícios, a realização normalmente se dá por vias de correio: quer seja físico ou eletrônico, ou ainda por fone ou demais mídias de comunicação. Uma das formas mais difundidas desse modelo é o CBT (computer-based training) com sua versão online na WBT (Web-based training) que podem incluir imagens fixas ou em movimento, sons, textos, visualizações em 3D e outros estímulos audiovisuais disponibilizados. Esse modelo é bem difundido e ligado a treinamento e válido em situações nas quais se deseja a aquisição de novas habilidades pelo acesso a informações e procedimentos recomendados. As trocas de comunicação não são intensas mesmo quando meios potencialmente interativos são empregados, a não ser que sejam propostas pelos orientadores. Dentre os principais aspectos positivos deste modelo estão a necessidade do planejamento cuidadoso e da sistematização dos conteúdos e atividades que a produção exige.
3. A internet educativa ou educacional vem a ser uma ampliação do modelo anterior, e pode até, de acordo com Simão Neto mais precisamente ser considerada ensino à distância. De sua própria estação de trabalho, o aluno se conecta à rede que propõe a oferta de cursos pela internet em diversos níveis e naturezas, sobre os mais diversos assuntos e ele mesmo constrói seu currículo, “matriculando-se nos cursos online aos quais tiver acesso, pesquisando, navegando, aprendendo na medida do seu esforço e dedicação.” A proposta se ampara na necessidade de educação permanente e nas vantagens do estudo individual à distância. Por isso a gama é, de acordo com o autor, diversificada e conta com cursos em nível de especialização,

mestrados e outros graus universitários. Não obstante, uma de suas características ainda parece ser a de necessitar de uma organização sistematizada da informação realizada por especialista, no caso o professor ou tutor, o que poderia se tomar como um pressuposto pedagógico conservador e passível de crítica, já que a informação pode vir a ser transmitida de forma tradicional apesar dos recursos tecnológicos. De qualquer forma, os benefícios parecem ser maiores no que tange à sua distribuição que tem como características facilidade, rapidez, abrangência e baixo custo, além da linhagem multimidiática, com múltiplos estímulos com a possibilidade de maior interação devido à ampliação do acesso. (2002, p. 61)

4. A rede colaborativa já busca “formas mais interativas e cooperadas, nas quais alunos e professores estão engajados em tarefas comuns, mesmo que separados espacial e em muitos casos também temporalmente”. Ela um ambiente interativo com ferramentas e recursos que forma a base sobre a qual são propostas as tarefas e solução de problemas e desafios e onde ocorre a interação entre os alunos e professores colaborativamente. Os recursos multimídia são utilizados como suporte para conteúdos, assim como na modalidade de internet educativa, mas a colaboração e interação entre os agentes é que mostra o avanço em relação aos modelos anteriores (2002, p. 61).
5. O sistema de suporte integral, proposto pela TéléUniversité de Québec “leva ao limite a ideia de que o responsável pela aprendizagem é o próprio aluno”. Para isso, ele deve contar com um sistema de “apoio integral e permanente” a fim de obter os melhores resultados e desenvolver suas competências e capacidades ao máximo (2002, p. 61).

Pode-se perceber que a sequência dos modelos mostra-se evolutiva. Os princípios, no entanto, pousam no interesse de aprender e nos meios de ensinar com a utilização de recursos tecnológicos e de colaboração. De acordo com Morán (2017, p. 23),

Num mundo em profunda transformação a educação precisa ser muito mais flexível, híbrida, digital, ativa, diversificada. Os processos de aprendizagem são múltiplos, contínuos, híbridos, formais e informais, organizados e abertos, intencionais e não intencionais. Hoje há inúmeros caminhos de aprendizagem pessoais e grupais que concorrem e interagem simultânea e profundamente com os formais e que questionam a rigidez dos planejamentos pedagógicos das instituições educacionais.

A fim de evitar a rigidez mencionada, que poderia espelhar ainda os modelos mais tradicionais de ensino-aprendizagem e em nada fazer os tanto recursos tecnológicos disponíveis surtir o efeito desejado, deverão ser seguidos princípios como conhecer as expectativas dos alunos assim como suas dificuldades concretas e planejar as atividades e os caminhos a fim de que essas dificuldades sejam sanadas. A integração é a fórmula para isso e para que ela seja estimulada, pode-se perceber que “aumenta a integração entre plataformas mais estruturadas, como o Moodle com aplicativos e redes mais abertos” (MORÁN, 2014, p. 28). Esse é um exemplo de Ambiente Virtual de Aprendizagem, ou AVA. Outros exemplos que podem ser mencionados são Blackboard, WebCT, Eureka, AulaNet, e o Google Classroom. O Ambiente Virtual de Aprendizagem é um Sistema de Gestão de Aprendizagem (SGA). Instrumentalmente é uma plataforma desenvolvida para fins didático-pedagógicos que utiliza recursos tecnológicos de multimídia e da internet, com a finalidade de proporcionar possibilidade de ensino-aprendizagem aut centrada, de forma síncrona ou assíncrona. Esse tipo de plataforma foi desenvolvido para organizar, como o próprio nome prediz:

1. os objetivos de aprendizagem: o que se deseja que os alunos aprendam;
2. as atividades de aprendizagem: atividades que contem com oportunidades que encorajem a aprendizagem ativa e colaborativa, alinhada aos objetivos de aprendizagem;
3. os recursos de aprendizagem como, por exemplo, uma biblioteca virtual, livros, artigos, sites e mídias;
4. a interação entre o facilitador e o(s) estudante(s);
5. a interação entre os estudantes.

A plataforma desse ambiente oferece a estrutura para o desenvolvimento das tarefas e das interações desde o início de uma proposta, orientando e instruindo tanto o professor/tutor/mediador/facilitador, quanto os alunos participantes de forma didática e com objetivo de clareza e simplicidade. Por vezes, mesmo assim, existem dificuldades e resistências ao acesso e participação. Não obstante, com certa dose de dedicação, essas resistências são vencidas e o processo se torna amigável. Essas instruções são dadas desde o aviso de boas vindas, que é recebido por todos os participantes inscritos a realizarem o curso de sua escolha, até as atividades que são propostas e publicadas, ou como se diz no meio, “postadas”. Essas postagens são realizadas em campos como os de “Atividades” ou mesmo no “Fórum” que é o ambiente dentro do AVA no qual os alunos/participantes farão suas

perguntas, questionamentos, compartilhamentos e interação. Eles serão acompanhados pelo professor/tutor que estará presente, de forma síncrona ou assíncrona, que os estimulará a fazer suas propostas, compartilhar suas dúvidas e necessidades e propor soluções para os desafios. Tudo isso deverá se desenrolar em um tom amistoso e ético, no qual o bom senso e a *netiqueta* (princípios éticos de comportamento na internet) deverão ser respeitados e seguidos.

O ambiente conta ainda com recursos de correção de tarefas, avaliação, classificação ou atribuição de notas e *feedback*. Sem dúvida, a utilização desses sistemas vem sendo cada vez mais frequentes em diferentes níveis de qualificação e ensino em instituições que buscam satisfazer as necessidades de seu alunado e de um público alvo em prospecção.

Para fins desta pesquisa, o recurso utilizado para orientação, atribuição de tarefas, compartilhamento de informações e interação entre os participantes, não foi o das plataformas citadas anteriormente. Os recursos utilizados, de acordo com os modelos propostos, foram o email, e o *Google Groups* ou Grupos do Google. Essa ferramenta à época do início da pesquisa mostrou-se mais acessível e prática e seus recursos eram suficientemente práticos e amigáveis para o propósito de facilitação ao acesso e menor resistência do público participante quanto a ter de se adaptar a um Ambiente Virtual de Aprendizagem com o qual não tinham ou teriam familiaridade. Da mesma forma que teria sido realizada em outra plataforma de SGA, havia o recurso de aviso a todos os participantes ao mesmo tempo coletiva ou individualmente, atribuição de tarefas, publicação de mensagens, fórum de discussão, anexo com mídias e outros recursos. Tudo o que seria necessário ao escopo do curso, sem nenhum custo, bastando apenas que os participantes tivessem um endereço de email para cadastro. Durante o desenvolvimento, tanto do piloto quanto dos cursos subsequentes, a ferramenta atendeu as necessidades e diretrizes dos cursos propostos.

Com base nesses fundamentos e nessa experiência, logra-se chegar a um princípio de que todo o processo que se utilize dos recursos e modelos de educação à distância deve ser desenvolvido e acordado pelos envolvidos e a interdisciplinaridade, aliada à tecnologia, à comunicação e educação como proposta comum, devem ser de responsabilidade e de gestão de todos para que se logre chegar ao objetivo que é o de desenvolvimento de competências e ensino-aprendizagem de qualidade (SIMÃO NETO, 2002, p. 67).

CAPÍTULO 2 - Procedimentos metodológicos

“A pesquisa é uma atividade para a investigação de problemas teóricos ou práticos por meio do emprego de processos científicos” (CERVO, BERVIAN e DA SILVA, 2007). Segundo Strauss & Corbin (1988), o método de pesquisa é “um conjunto de procedimentos e técnicas utilizados para se coletar e analisar os dados.” E ele que “fornece os meios para se alcançar o objetivo proposto” e tem a função de “ferramentas das quais fazemos uso para responder nossa questão” (p. 48). Em seu tipo, a pesquisa pode ser qualitativa ou quantitativa. No caso da primeira, não se requer o uso de métodos ou técnicas estatísticas, mas a interpretação dos fenômenos e atribuição de significados. A segunda, por sua vez, já necessita desses dados e a interpretação se faz com base neles. Como veremos a seguir, a presente pesquisa faz uso de dados quantitativos como procedimento e análise dos dados e resultados obtidos, como veremos a seguir, quando dos números de alunos por grupo, participação, alunos concluintes, e pesquisa de opinião.

A criação de um curso para tradutores em formação ou que desejem melhor se inteirar sobre a área de especialidade jurídica partiu da hipótese de interesse de estudantes e profissionais da área que desejariam realizar tal prática, mas que não teriam a possibilidade de se locomover a um curso presencial por motivos como localização, incompatibilidade de horários, ou ainda recursos logísticos e financeiros. Nesses casos, a Educação à Distância poderia vir a ser uma alternativa viável, demonstrar eficiência e eficácia no ensino de tradução jurídica para tradutores em formação, demonstrar interação entre profissionais ou pesquisadores com oferta de conteúdo com materiais genuínos e autênticos, recursos online e offline, assessoria com recursos como fórum de discussão e orientação para expansão de prática e sugestões para pesquisa. A fim de se demonstrar se há eficiência e eficácia na modalidade, fez-se igualmente a proposição de um curso presencial para comparação.

Como fim, esta vem a ser uma pesquisa descritiva uma vez que visa demonstrar se a modalidade de Ensino à Distância pode ser uma alternativa a um público que não poderia fazer parte de curso presencial e se pode ser considerada como prática de ensino-aprendizagem de nível e de qualidade tão satisfatórios quanto aos da modalidade presencial. Para esse desenvolvimento, os procedimentos foram planejados pela pesquisadora/professora de forma a contemplar um conteúdo que fosse adequado às expectativas e necessidades dos participantes quanto a um curso de iniciação à tradução jurídica. Assim, o conteúdo e a sequência das atividades foram organizadas de maneira que os participantes pudessem, de acordo com suas possibilidades e conveniências de horário e de recursos, ter acesso à

informação atualizada, utilizar material original e autêntico, contar com assistência de professora especializada que ministraria as aulas, sanaria suas dúvidas, daria orientações e realizaria correções de maneira tão satisfatória quanto em um curso presencial. Demonstrar ainda se nessa modalidade, por meio da metodologia empregada e de acordo com os recursos oferecidos, o aluno/participante faria utilização de material e desenvolveria as tarefas propostas, se haveria interação com os colegas na resolução das atividades, se perceberia aproveitamento do conteúdo aprendido e se haveria diferenças quanto à interação e ao desempenho comparadas às do curso também oferecido presencialmente.

Foi feita uma proposta de criação de metodologia com base nos fundamentos teóricos que versam sobre formação de tradutores e suas competências como argumenta Presas (2000), com o intuito de desenvolver as habilidades dos participantes com autonomia (CHESTERMAN, 2000; HURTADO ALBIR 1999; MAGALHÃES, 2000), utilizando recursos tecnológicos (ALCINA, 2009; PYM, 2008) na área de especialidade jurídica e suas especificidades (AUBERT, 1998; REICHMANN, 2012).

A modalidade para pesquisa EAD foi considerada com o intuito de se utilizar os recursos tecnológicos plenamente e demonstrar que a “distância” pode se tornar praticamente inexistente quando tais recursos são utilizados com competência, proporcionando autonomia e facilidade de comunicação entre professor e alunos participantes, sem prejuízo da qualidade de aprendizagem (MORÁN, 2009).

Assim, com a finalidade de se verificar se a modalidade à distância apresentaria resultados tão eficientes e eficazes quanto um curso presencial, foi oferecido, concomitantemente em um dos períodos, um curso presencial como módulo de comparação. Os conteúdos abordados e os referidos pressupostos foram os mesmos e aplicados tanto nos três períodos do curso oferecidos na modalidade EAD quanto no curso oferecido na modalidade Presencial.

2.1 O Curso de Tradução Jurídica nas Modalidades EAD e Presencial

Foi criado um curso de tradução jurídica em modalidade de Educação à Distância (EAD), ministrado em três semestres no período compreendido entre o segundo semestre de 2016 e nos dois semestres do ano de 2017 e um curso em modalidade presencial no primeiro semestre de 2017, com o mesmo conteúdo programático, oferecido simultaneamente ao de modalidade EAD. O primeiro curso foi realizado como projeto piloto, no segundo semestre de 2016 para um grupo de alunos de graduação de instituição de Ensino Superior do setor privado. O segundo curso, que podemos considerar como segunda edição do primeiro, foi oferecido no primeiro semestre de 2017, para os alunos da mesma instituição de Ensino Superior da rede particular. Neste primeiro semestre, a título de comparação para esta pesquisa, foi oferecido simultaneamente, um curso presencial nos mesmos moldes do curso EAD. Essa oferta foi feita no intuito de se instaurar uma comparação entre as duas modalidades no que se relaciona à receptividade das modalidades, reação de estímulo dos participantes por uma modalidade ou pela outra, seus desempenhos nas duas modalidades, e os resultados avaliativos, assim como o feedback dos participantes ao final dos cursos. Vale observar que o curso na modalidade presencial também foi oferecido no segundo semestre de 2017, porém não houve adesão de participantes à modalidade oferecida nessa ocasião.

Períodos	EAD	Presencial Matutino	Presencial Noturno
2º. Semestre 2016	PILOTO	NÃO	NÃO
1º. Semestre 2017	SIM	SIM	NÃO
2º. Semestre 2017	SIM	NÃO	NÃO

Tabela 1. Quadro demonstrativo dos cursos nos períodos e sua frequência.

Utilizando ferramentas e recursos dos Serviços Google que são os formulários, Google drive, Grupos do Google, email e Skype por oito semanas os alunos obtiveram conteúdo para leitura, atividades a serem realizadas e compartilhadas, *feedback* e correções além de debates em fórum de discussão. Os cursos contaram com alunos voluntários que participaram da pesquisa e dos cursos gratuitamente obtendo, também, horas de atividades complementares de seu currículo do curso de graduação Bacharelado em Tradução além de certificado de participação de curso de tradução jurídica na modalidade EAD (Apêndices A e B, Planos de Ensino).

Para uma comparação e se tecer uma análise sobre os dados provenientes dos cursos oferecidos em ambas às modalidades, a oferta do curso presencial, como já mencionado, simultaneamente ao da modalidade online, oferecia idênticas condições: oito encontros presenciais, com o mesmo conteúdo e nível, mesmas referências e mesma certificação.

2.2 Etapas da Inscrição, Participação e Conclusão para Curso nas Modalidades EAD e Presencial

Como parte da metodologia de pesquisa, foi elaborado um plano com etapas a serem seguidas no projeto piloto. Como seu resultado foi satisfatório, ele foi retomado em todas as edições do curso oferecidas aos alunos nas modalidades EAD e presencial nos semestres seguintes. Esse processo se deu também com a finalidade de se manter um registro de todos os interessados, dos que efetivamente se inscreveram, e dos participantes do curso desde o início do processo, para que os resultados pudessem ser apresentados com documentação e instrução apropriadas, desde a intenção de participação até a certificação ao término do curso. As etapas seguem descritas assim:

- I. Oferta do Curso: A oferta do curso em ambas as modalidades – tanto EAD quanto presencial - foi feita em sala, no primeiro dia de aula com a leitura e distribuição do Plano de Ensino e Plano de Aula, de acordo com a agenda da Instituição. Os alunos que se interessassem em realizar qualquer das modalidades do curso de Tradução Jurídica (EAD ou presencial) deveriam enviar um email para a professora com seu interesse na participação (Apêndice C). Foi também feita a oferta do curso na modalidade EAD a alunos egressos e que haviam expressado seu desejo ou necessidade de um curso nessa modalidade para a área de especialidade jurídica que haviam sido alunos da pesquisadora em semestres anteriores. De fato, uma graduada do ano anterior se interessou e participou do curso EAD, pois hoje em dia reside em outro município.
- II. Inscrição: Com o recebimento do email, foi enviado ao aluno interessado um formulário desenvolvido no serviço de Formulários Google (Apêndice D), que deveria ser preenchido e devolvido (vide Apêndices E, G e I para os cursos EAD e K para presencial). No grupo Piloto em EAD do segundo semestre de 2016 contamos com 11 (onze) participantes inscritos (Apêndice F), no primeiro semestre de 2017 com 11 (onze) (Apêndice H), no segundo semestre de 2017 igualmente com 11 (onze) (Apêndice J). Para o presencial, contamos com a inscrição de 12 participantes (Apêndice L).
- III. Desenvolvimento do Curso: Após o recebimento do email, foi feito, por meio do Serviço de Formulários do Google, o envio do formulário de inscrição ao interessado assim como o seu recebimento preenchido e com o seu aceite dos termos e condições de participação do curso. Na sequência foi feita a inclusão do respectivo participante no

Grupos do Google, na turma correspondente: EAD ou Presencial (Apêndices N, O, P e Q). A partir da inclusão do participante como membro do grupo, começaram a se dar as atividades de interação com recebimento de mensagens de boas vindas e de orientações. Todos os participantes do grupo recebiam suas mensagens concomitantemente, pois esse é um dos recursos do serviço Grupos do Google. Eles ainda poderiam ter a opção de enviar mensagem por email caso necessitassem de alguma orientação a respeito de acesso ao serviço em caso de alguma impossibilidade de envio. Talvez, neste momento já fosse oportuno informar que não houve, durante o período de três semestres no qual o piloto e os outros três cursos foram oferecidos, qualquer ocorrência fora do padrão ou falha de transmissão de comunicação e mensagens ou de postagem de atividades. Os prazos para a inscrição e para início dos cursos também foram respeitados de acordo com a proposta e programação.

- IV. Conclusão do Curso: Ao término das oito semanas de curso na modalidade EAD, aos participantes que houvessem submetido suas tarefas e participado dos fóruns de discussão, foi enviado certificado de conclusão do curso, também por via eletrônica, que pode ser arquivado e impresso pelo próprio participante. O modelo do certificado está disponível no Apêndice CC. Ao término das oito semanas de curso na modalidade Presencial, aos participantes que houvessem cumprido com a presença de 75 por cento e realizado suas tarefas foi enviado certificado de conclusão do curso, também por via eletrônica, que pode ser arquivado e impresso pelo próprio participante. O modelo do certificado está disponível no Apêndice DD. Ao final de cada curso, todos os participantes inscritos, sendo eles concluintes ou não, foram convidados a responder uma pesquisa para darem suas opiniões sobre seu respectivo curso. Os formulários utilizados foram criados no serviço de Formulários do Google como pode ser visto nos Apêndices Y, Z e AA.

2.3 Conteúdo do Curso

O conteúdo do curso, tanto na modalidade em EAD quanto Presencial apresenta os mesmos gêneros e tipologias textuais assim como os textos para leitura contemplando embasamento teórico. Eles foram escolhidos de acordo com a experiência da pesquisadora pelo tipo de instrumentos trabalhados durante sua carreira, como docente de disciplinas da área técnica e comercial para cursos de graduação e de pós-graduação, como treinadora de colegas em oficinas e simpósios e também como Tradutora Pública e Intérprete Comercial com dezoito anos de atuação na área de Tradução Jurídica. Além disso, quando a pesquisadora é convidada a participar de algum evento como palestrante ou como treinadora, a área de Tradução Jurídica é muito solicitada por suas especificidades e pela grande necessidade do conhecimento dos sistemas jurídicos dos diferentes países além do conhecimento lexical ou terminológico. Os gêneros textuais oferecidos nos cursos propostos perfazem, na verdade, uma introdução ao mundo dos instrumentos jurídicos mais comumente traduzidos pelos profissionais da área quer sejam eles tradutores *free-lancers* ou profissionais autônomos quer sejam Tradutores Públicos ou ainda os tradutores que trabalham para e com agências de tradução ou operadoras de Localização.

Além dos textos práticos, foram oferecidos também dois textos teóricos, com o escopo de reflexão além de referência bibliográfica de pesquisa como dicionários e glossários, tanto impressos quanto online. O objetivo foi o de proporcionar uma noção sobre o panorama e conscientizar os participantes sobre a realidade da tradução jurídica, suas especificidades e seus efeitos.

Foi assim composto o conteúdo:

Textos Teóricos:

- I. CHAFFEY, P. Language, Law and Reality in Zofia Rybinska on the Practice of Legal and Specialized Translation, Varsóvia, 1997.
- II. SOUSA, António Francisco. Tradução Jurídica. In: SOUSA Fundamentos da Tradução Jurídica Alemão-Português (Com incidência especial no direito administrativo). Ed. Saraiva. São Paulo, 2014. Parte I. 2.1.6.5, p. 221-228. Sobre A Utopia da Tradução Jurídica, Sobre a Interdisciplinaridade da Tradução Jurídica e Sobre A Responsabilidade do Tradutor Jurídico.

Textos para prática de tradução:

- I. Petição de Divórcio (Anexo 2)
- II. Procuração com fins específicos (Anexo 3)
- III. Balanço patrimonial (Anexo 4)
- IV. Alteração contratual (Anexo 5)
- V. Contrato de Licenciamento (sendo este dividido em três aulas por seu teor e comprimento) (Anexo 6)
- VI. Despacho judicial (Anexo 7)
- VII. Certidões e Atestados como de Nascimento, de Casamento, e de Antecedentes Criminais somente em Inglês no curso Piloto e em Inglês e em Português nos cursos seguintes para que os participantes pudessem também ter uma oportunidade de trabalhar no sentido Português-Inglês ao menos uma vez durante a experiência nos seus respectivos cursos. Essa foi a questão percebida pela pesquisadora quando ministrando a orientação para tradução, de como os participantes desconhecem os termos desse tipo de instrumento jurídico em língua portuguesa e a fez refletir que seria importante compartilhar com os participantes dessa experiência: conhecer o instrumento na língua pátria e levar à língua estrangeira para terem como fazer uma comparação. (Anexos 8, 9 e 10).

2.4 O Processo do Curso em Modalidade EAD

A oferta de um curso piloto no segundo semestre de 2016 e de outros dois grupos no primeiro e segundo semestres de 2017, para fins específicos de desenvolvimento desta pesquisa, teve os mesmos moldes em cada uma de suas edições. Em cada um dos semestres, foram oferecidas 12 (doze) vagas a alunos de Bacharelado em Letras - Tradução – Habilitação Inglês-Português, nos períodos matutino e noturno, que se inscreveram tendo ciência de que se tratava de um curso de Tradução de Língua Inglesa para Língua Portuguesa da Área de Especialidade Jurídica. Todas as vagas foram preenchidas por alunos interessados e devidamente inscritos.

O perfil dos participantes era na sua totalidade de alunos do quinto, sexto e sétimo semestres do curso de graduação em tradução, com idade entre 19 e 59 anos (sendo que a maioria dos participantes estava na faixa entre os 22 e 28 anos, Apêndice M) com nível de Língua Inglesa entre Intermediário a Avançado. Contamos com uma aluna egressa na edição do curso aplicado no primeiro semestre de 2017. Ela havia se formado no ano anterior e já estava entrando no mercado de tradução.

Os grupos foram oferecidos na modalidade EAD pelo período de 8 (oito) semanas, com seu conteúdo dividido em 8 (oito) etapas o que poderíamos considerar como uma aula por semana. O conteúdo oferecido foi formado por textos para reflexão e peças, documentos ou ainda instrumentos jurídicos a serem traduzidos. Juntamente à elaboração das traduções, havia o fórum de discussão e saneamento de dúvidas, participação, correção e acompanhamento além de autocorreção com resolução das traduções dos gêneros vistos. A participação era medida pelo envio dos arquivos referentes às atividades pelo fórum de discussão dentro do prazo estabelecido e também pela participação individual nos debates do mesmo fórum de discussão. Ao final do período, os alunos que obtiveram participação mínima de 75% do curso receberam certificados de conclusão. Além disso, o certificado obtido pelos alunos do curso oferecido contava como validação para Horas de Atividade Complementar para seu curso de graduação. No curso Piloto, oferecido no segundo semestre de 2016, receberam validação como Horas de Atividade Complementar Livre, por se tratar de um curso oferecido fora da instituição, de acordo com seu regulamento interno; no curso do primeiro semestre de 2017 receberam como Horas de Atividade Complementar Obrigatória, de acordo com o Plano de Ensino da Instituição de Ensino Superior na qual a pesquisadora é docente (vide Apêndice A), pois foi aplicado como sendo parte dos currículos das disciplinas oferecidas pela pesquisadora como docente da Instituição. No segundo semestre de 2017,

também foi oferecido como Atividade Complementar Obrigatória no Plano de Ensino (vide Apêndice B); porém, os alunos puderam optar pela modalidade de horas, de acordo com sua conveniência e necessidade.

2.4.1 Apresentação do Curso Piloto

O primeiro curso teve início em 03/10/2016. Foram oferecidas 12 (doze) vagas a alunos que cursavam o sexto semestre do curso de Bacharelado em Letras-Tradução Inglês-Português dos períodos matutino e noturno e que já haviam sido alunos da pesquisadora no quinto semestre e que agora eram alunos da pesquisadora em outra disciplina não relacionada à prática de tradução e sim à prática de Interpretação Consecutiva. O Curso de Bacharelado da Instituição é constituído por 7 (sete) semestres. Portanto, eram alunos prestes a se formar que realizaram o curso EAD. Esse perfil foi escolhido pelo fato de eles já possuírem conhecimento, que poderia ser considerado mais avançado no que tange às competências tradutórias, e por já haverem cursado outras disciplinas que fazem parte de seu currículo de tradução como Tradução de Textos Técnicos (no quarto semestre) e Tradução de Textos Comerciais (no quinto semestre). Contou com a inscrição de 11 (onze) alunos participantes inicialmente. Esse número de participantes, que praticamente perfez a disponibilidade total das vagas oferecidas, não parece muito significativo. Por amostragem, ao considerar que as duas turmas às quais o curso foi oferecido possuíam cerca de 40 alunos no total, o percentual de interesse e de efetiva inscrição foi de 27,5% sobre o número total de alunos e de *prospects* com perfil. No entanto, preencheu a proposta de oferecimento (11 em 12 vagas preenchidas) em 91,66. Pelo que se pode verificar, os motivos para a participação foram mais intrínsecos e podem ser abalizados pelo interesse pessoal em desenvolver as habilidades tradutórias além do cunho prático de receber as horas complementares de que necessitam para o cumprimento de sua carga horária do semestre letivo.

2.4.2 Apresentação dos Grupos EAD II e III

O segundo grupo teve início em 26/03/2017. Como no grupo piloto de 2016, foram disponibilizadas 12 (doze) vagas a alunos dos sexto e sétimo semestres. Diferentemente desta vez, as vagas foram também oferecidas a alunos que cursavam, o quinto semestre do Curso de

Bacharelado em Tradução Inglês-Português dos períodos matutino e noturno e que ainda não haviam sido alunos da pesquisadora em semestres anteriores. Isso se deveu ao fato de a pesquisadora ser agora professora das turmas de quinto semestre ministrando a disciplina de Tradução de Textos Comerciais e pela experiência anterior percebeu que os alunos dessas turmas poderiam fazer bom uso e ter aproveitamento adequado do curso de iniciação à tradução jurídica. Eles inclusive acharam oportuno. Novamente, contou com a inscrição de 11 (onze) alunos participantes, sendo que oito deles eram do quinto semestre, um do sexto e um do sétimo semestre. Uma aluna, bacharel egressa do curso, entrou em contato com a pesquisadora, por ter sido sua aluna anteriormente, pedindo referência de curso de Tradução Jurídica em modalidade EAD uma vez que ela estava residindo em outro município que não contava com cursos presenciais nessa área de especialidade. Assim, aceitou o convite quando foi oferecida a ela a oportunidade de fazer parte do curso.

Esse número de participantes do grupo, assim como no piloto, praticamente fez sua disponibilidade total – 11 (onze) inscritos para 12 (doze) vagas oferecidas (91,66%). Apesar de o número de *prospects* ser maior, uma vez ter sido oferecido a um contingente de 6 (seis) turmas, nos períodos matutino e noturno, com cerca de 100 alunos no total, ele se torna significativo por amostragem, pois contou com participante do sétimo semestre que estava prestes a se formar à época e que poderia ter como justificativa não participar por estar envolvido com seu Trabalho de Conclusão de Curso. Essa, aliás, foi a justificativa dada pela maioria dos alunos desse semestre em questão por não poderem participar do curso nesse momento. Ao considerar esse número total de alunos nas turmas às quais o curso foi oferecido, vemos que neste caso, como anteriormente, os motivos foram mais intrínsecos e podem ser abalizados pelo interesse pessoal em desenvolver as habilidades tradutórias além do cunho prático de receber as horas complementares das quais necessitam para o cumprimento de sua carga horária do semestre letivo.

Analisando por uma forma mais particular, pode-se notar algumas peculiaridades do público participante com relação ao público alvo. Essa turma contou com a participação de um aluno inscrito no Curso Piloto, que frequentava então o sexto semestre do Bacharelado em Tradução. Ele trancara a matrícula no segundo semestre de 2016 por motivo de doença, retornou no primeiro semestre de 2017 e quis se reinscrever no curso EAD. Houve ainda, nessa mesma turma, o caso já mencionado da inscrição da aluna já formada que mora em outro município. Discorreremos sobre esses casos mais adiante, com maior detalhamento. O terceiro grupo teve início em 27/09/2017. Igualmente aos grupos anteriores foram disponibilizadas 12 (doze) vagas a alunos dos quinto, sexto e sétimo semestres do curso de

Bacharelado em Tradução, nos períodos matutino e noturno, num total de 6 (seis) turmas que contavam com cerca de 110 (cento e dez) alunos. Todavia, na inscrição por via do formulário Google, conforme mostra o Apêndice J, houve 13 (treze) inscrições e a pesquisadora achou por bem manter o número de interessados inscritos (11,8% com relação aos *prospects*). Esse aumento se deveu, provavelmente, em decorrência do aumento do número de alunos que receberam o convite (de 100 para 110 comparado ao período anterior) e também devido ao fato de o público já conhecer um pouco mais sobre o trabalho de pesquisa que eventualmente era mencionado pela pesquisadora durante suas aulas. Ela pôde perceber, nesses momentos, que os alunos começavam a tomar maior consciência da importância e da necessidade de se aperfeiçoar na área de especialidade, assim como no desenvolvimento de suas competências tradutórias. Para os alunos, o oferecimento do curso seria uma oportunidade para isso, além dos outros quesitos que lhes seriam motivadores como as horas complementares (livres ou obrigatórias, de acordo com suas necessidades), e já igualmente demonstravam uma aceitação mais enfática sobre a modalidade como sendo propícia a seus objetivos e agendas pelo fato de poderem realizar suas atividades de forma assíncrona, com conteúdo a ser ministrado semanalmente, e com a possibilidade de conciliarem suas atividades do curso de graduação com o aperfeiçoamento. Esse terceiro e derradeiro semestre se mostrou bem significativo com relação a essas observações.

Um detalhe relevante a ser colocado é que aos alunos da modalidade EAD foi orientado que não poderiam, sob qualquer circunstância, em virtude de fazerem parte de uma pesquisa, fazer perguntas relacionadas ao curso de forma presencial. Toda e qualquer informação pertinente ao curso na modalidade EAD deveria ser feita pelo meio do fórum de discussão ou de mensagem. Esse quesito fazia parte do aceite do formulário de inscrição. Portanto, os alunos não poderiam, durante os momentos em que estivessem junto com a professora-pesquisadora em suas aulas das disciplinas presenciais do seu curso, sanar dúvidas, realizar perguntas ou tecer comentários sobre o curso na modalidade à distância.

2.5 O Processo do Curso em Modalidade Presencial

Foram simultaneamente ofertados, no primeiro e no segundo semestres de 2017, a título de comparação para esta pesquisa, um curso de Tradução Jurídica presencial similarmente ao curso em EAD. Assim como já visto anteriormente, igualmente 12 (doze) vagas foram oferecidas a alunos dos períodos matutino e noturno, pelo mesmo período de 8 (oito) semanas, com 8 (oito) aulas presenciais de 1 hora de duração, sendo também com a frequência de uma aula semanal. A proposta era a de que os alunos participantes realizassem o curso uma hora após suas aulas de graduação no período matutino e uma hora antes de suas aulas para o período noturno. O curso foi oferecido equiparado ao curso da modalidade à distância contando, para isso, com igual conteúdo (textos para reflexão e peças a serem traduzidas), participação em sala de aula com debates e discussão. Como em curso dado presencialmente nos dias atuais, foi também oferecida aos alunos a utilização de email para o envio dos arquivos das peças e gêneros a serem traduzidos e dos recursos dos serviços Grupos do Google, com a abertura de um fórum online para eventuais saneamentos de dúvidas, participação, correção e acompanhamento, além de autocorreção com resolução das traduções das peças dadas em sala de aula. Assim, o envio de material a ser trabalhado era feito anteriormente ao dia do encontro presencial, normalmente uma semana antes do encontro, a fim de que os alunos tivessem tempo hábil para elaborar suas leituras, pesquisas e elaboração das traduções. O envio era feito tanto via email quanto via Grupos do Google oferecendo mais uma oportunidade para mobilizar e estimular mais um meio de comunicação com a turma e participantes. Como referência, esta metodologia de classe invertida já é uma prática adotada pelos alunos da Instituição para fins didáticos e acadêmicos. A presença era registrada com lista de chamada assinada pelos participantes presentes em aula (Apêndice R). Ao final do período, os alunos que participaram de 75% das aulas presenciais receberam certificados de conclusão que valeram também como Horas de Atividade Complementar Livres, de acordo com o Plano de Ensino. As Horas Complementares Livres não fazem parte do descritivo no Plano de Ensino – como as Horas Complementares Obrigatórias o fazem - mas fazem parte do rol de sugestões de atividades (cursos) que os alunos podem fazer para contar suas horas complementares para cumprimento da carga horária e créditos para graduação, que estão presentes e descritas no Regulamento Interno da Instituição.

Como mencionado ao início deste item, o curso presencial foi oferecido tanto no primeiro como no segundo semestre de 2017. Ele foi efetivamente aplicado no primeiro semestre a uma turma no período matutino, como ofertado na proposta, e ministrado no

horário após as aulas regulares dos alunos de graduação. O período noturno não contou com adesão neste primeiro semestre. Esse fato já pode sinalizar a questão de disponibilidade de horários dos participantes que eventualmente se interessassem. Como os participantes são alunos de graduação da pesquisadora, foi a eles perguntado qual seria o motivo pelo qual não participariam o curso presencial no horário ofertado. O motivo principal que foi considerado e dado como resposta é o de que os eventuais interessados não teriam disponibilidade ou possibilidade de chegar no horário devido às suas agendas de trabalho ou de compromisso. Esse pode ser um dado a ser considerado. Eventualmente, o horário oferecido para o curso, às 18 horas, antes do início do curso na instituição que se inicia às 19 horas, pode ser incompatível com a possibilidade de os alunos conseguirem chegar por motivos de localização e de tempo. Essa inferência pode corroborar a hipótese de que alunos deixam de fazer os cursos de modalidade presencial por não terem a possibilidade de frequência presencial.

Igualmente no segundo semestre de 2017, foi oferecido o curso presencial nos dois períodos, também em horário posterior ou anterior às aulas, mas não houve adesão nem no período matutino e nem no noturno por essa ocasião.

2.5.1 Apresentação do Curso em Modalidade Presencial

Como já mencionado anteriormente, com a finalidade de comparação e constatação de dados entre as modalidades, foi oferecido, tanto no primeiro quanto no segundo semestre de 2017, o curso de Tradução Jurídica na modalidade presencial, concomitantemente ao da modalidade à distância. Ele aconteceu no primeiro semestre do ano, mas não teve inscritos no segundo semestre. O curso teve início, portanto, em 27/03/2017. Assim como para os grupos em EAD, Piloto em 2016 e os dois grupos de 2017, foram oferecidas 12 (doze) vagas a alunos que cursavam também o quinto semestre do Curso de Bacharelado em Tradução Inglês-Português dos períodos matutino e noturno e que ainda não haviam sido alunos da pesquisadora em semestres anteriores, seguindo o mesmo padrão e justificativa, assim como aos alunos dos sexto e sétimo semestres. Por se tratar do mesmo conteúdo de curso na modalidade à distância, o perfil foi escolhido pelo fato de os alunos do quinto semestre da instituição já possuírem conhecimento considerado adequado sobre as competências tradutórias e de já haverem cursado outras disciplinas que fazem parte de seu currículo de tradução como Tradução de Textos Técnicos (no quarto semestre) e que atualmente no quinto

semestre estão cursando a disciplina de Tradução de Textos Comerciais (no quinto semestre). Os alunos interessados deveriam enviar um email à professora, demonstrando seu interesse. A esses alunos foi enviado um formulário desenvolvido no serviço de Formulários Google, da mesma forma como foi feito na modalidade EAD. Contou com a inscrição de 12 (doze) alunos do período matutino (Apêndice L), sendo que nove deles cursavam o quinto semestre e três cursavam o sétimo semestre.

Esse número de participantes do grupo do período matutino, que perfez integralmente sua disponibilidade de vagas, é significativo por amostragem, já que conta com três participantes do sétimo semestre que estavam em vias de se formar e que talvez não participassem por estarem envolvidos com seus Trabalhos de Conclusão de Curso – que é a justificativa dada pela maioria dos alunos desse semestre em questão. Também o fato de um deles já ter sido aluno do curso Piloto em modalidade EAD oferecido no segundo semestre de 2016. Sua justificativa é a de que tinha interesse em praticar mais e melhor se especializar. Sua idade (40 anos) revela que essa intenção pode ser característica de um perfil de aluno adulto, que tenha real interesse e se identifica com a área de especialidade para sua inserção no mercado e na pesquisa (KNOWLES, 1984).

Um dado a se considerar vem a ser que o curso foi oferecido nas duas modalidades ao mesmo número de turmas e aos mesmos alunos da Instituição de Ensino Superior. Não obstante, não foi verificada uma procura ou inscrição maior pela modalidade pelo fato de ser presencial. Os motivos para o interesse e a efetiva inscrição foram mais intrínsecos e podem ser abalizados pelo interesse pessoal em desenvolver as habilidades tradutórias além do cunho prático de receber as horas complementares das quais os alunos necessitam para o cumprimento de sua carga horária do semestre letivo.

2.5.2 – Desenvolvimento do Curso na Modalidade Presencial

Primeiramente, com base nos formulários de Inscrição preenchidos e enviados, um grupo foi formado no serviço Grupos do Google, com a finalidade de se manter mais um meio de contato que não só por email com os participantes do curso. Esse é um recurso comumente utilizado pelos alunos em sua vida acadêmica e poderia eventualmente mostrar se participantes fariam uso de recursos tecnológicos oferecidos para melhor se inteirar de conteúdos e de eventuais mensagens, mesmo sendo o curso ministrado na modalidade presencial. Note-se que de acordo com o formulário de inscrição e com a lista de presença

havia 12 (doze) alunos inscritos (Apêndice L). No grupo, no entanto, havia 09 (nove) alunos/participantes inscritos. A três alunos/participantes foi enviado o convite para integrar o grupo; porém eles optaram por não fazer parte do serviço e fazer parte somente do comparecimento presencial. Registrou-se ainda que um deles não integralizou o curso. A média de presença também ficou em 75%, como se pode verificar pela lista de presença que era assinada pelos participantes a cada aula (Apêndice R).

O primeiro contato foi feito anteriormente à primeira aula que era dada às segundas-feiras. Dias antes dessa primeira aula foi publicado um tópico de “Boas Vindas” no Fórum de Discussão do Grupos do Google no qual os participantes deveriam se apresentar e brevemente expor suas expectativas sobre o curso. A participação nesse tópico foi de 0% (zero por cento). Todavia, pode-se visualizar nos tópicos que visualizações do conteúdo no grupo ficaram registradas (Apêndice V). Essa expectativa de interação dos participantes se deu presencialmente, como será descrito mais adiante.

Nesse dia também, juntamente com o tópico de “Boas Vindas” foi postado o tópico da “Aula Atividade 1”, que já continha o conteúdo e as orientações para a primeira aula presencial. Cada Aula Atividade era enumerada, de 1 a 8, de acordo com a postagem na sua sequência semanal do curso. Os tópicos apresentavam o enunciado das atividades a serem realizadas assim como os anexos dos arquivos correspondentes a essas atividades e sugestões de outros materiais de pesquisa. Todas essas informações e enunciados foram igualmente enviados por email aos participantes do grupo, anteriormente à aula presencial. O envio antecipado de conteúdos de estudo e de tarefas é uma estratégia pedagógica de aula invertida e se mostra um recurso facilitador para o desenvolvimento das atividades. Podemos inferir que mesmo presencialmente as práticas atuais requerem que os alunos/participantes estejam aptos a responder às metodologias ativas, desenvolvendo suas atividades usando a tecnologia, interagindo e buscando as soluções de forma a se adequarem às necessidades de formação e também a suas aspirações profissionais e acadêmicas que certamente demandam a experiência e agilidade nas práticas e utilização dos recursos para o desempenho das tarefas.

Dando sequência ao curso, de acordo com o planejamento e organização das aulas, no primeiro dia de aula presencial os participantes assinaram lista de presença (Apêndice R) e os que ainda não se conheciam foram apresentados. A atividade que se desenvolveu foi a de uma explanação acerca de Tradução Jurídica. Foi também explicado aos participantes qual seria a agenda de aulas e que programa eles seguiriam: os arquivos seriam enviados semanalmente, por email e pelo grupo formado no *Grupo do Google* igualmente; eles deveriam realizar as traduções das peças, isto é, dos gêneros textuais selecionados e enviados durante a semana e,

na aula seguinte, seriam discutidas suas elaborações e impressões, com saneamento de dúvidas e comentários. Foi igualmente orientado que se eles tivessem dúvidas na elaboração das traduções, que poderiam e deveriam fazer uso do Fórum de Discussão do Google para agilizar o processo. Interessantemente, isso não ocorreu provavelmente devido a característica da proposta do curso. O que ocorreu, algumas vezes, foi que os participantes enviavam suas dúvidas por email ou ainda faziam consultas em aula durante a semana, em disciplina ministrada pela pesquisadora como sua docente do curso de tradução, solicitando orientação para a elaboração da atividade. Eles não tomavam como sendo impeditivo ou errôneo estabelecer diferença entre o curso oferecido e as disciplinas cursadas pela instituição. Eles provavelmente inferiram que uma vez que a professora era a mesma e nenhum tipo de objeção havia sido feita com relação a essa prática, e que não haviam recebido orientação anterior em contrário, eles poderiam livremente fazer perguntas sobre o curso presencial de tradução jurídica – tanto de cunho operacional como de conteúdo - em momentos de encontro com a professora.

Como mencionado anteriormente, os materiais enviados perfizeram o mesmo conteúdo do desenvolvido no curso EAD, o que vale dizer, os mesmos gêneros textuais. No entanto, as peças eram diferentes com a finalidade de contemplar também a quem já conhecia as peças realizadas no curso EAD. Assim, os participantes de ambas as modalidades realizaram traduções de diferentes Instrumentos Jurídicos como Petições, Procurações, Contratos e Certidões Cíveis.

Assim como na modalidade EAD, os conteúdos oferecidos eram originais e autênticos e fazem parte do acervo da professora enquanto Tradutora Pública e Intérprete Comercial, assim como o eram as sugestões das peças traduzidas que os participantes receberam. As sugestões de tradução eram sempre mostradas no dia da aula presencial cuja programação, como descrito anteriormente, consistia de correção e comentários. Eles as deveriam ler, analisar, cotejar, se autocorrigir e comentar com suas impressões e análise de aprendizado. Pelo que se pode verificar, essa metodologia contemplou a aprendizagem e desenvolvimento por tarefas, conforme enunciado na fundamentação teórica.

Capítulo 3 Desempenho e Desenvolvimento nos Grupos EAD e Presencial

Neste capítulo a intenção é a de verificar indicadores e resultados com base no desempenho e opinião dos alunos, e também na percepção durante o processo de desenvolvimento dos mesmos durante o processamento do curso nas modalidades EAD e presencial, a fim de aferir quais foram suas reações diante de determinados enunciados e exercícios, se os alunos fazem as mesmas perguntas ou têm as mesmas dúvidas ou dificuldades, assim como também o que foi bem aproveitado e entendido e, se fosse possível, qualificar e quantificar o nível dos alunos que participaram do curso em EAD e do presencial.

Neste item, pretende-se demonstrar quais foram os resultados apresentados no decorrer das edições do curso tanto na modalidade à distância quanto presencial, com relação ao processo de participação e de desenvolvimento das atividades dos alunos a fim de que se possa inferir se os objetivos foram alcançados no que se relaciona à pesquisa; quer seja, verificar se as atividades propostas, de acordo com os embasamentos teóricos nos quais as mesmas foram desenvolvidas, trouxeram os resultados esperados, ou mesmo os resultados que não foram os esperados.

O que se tornou foco de análise da pesquisa foi:

- verificar como os alunos participantes reagiram;
- comprovar o nível de motivação, de estímulo e o que mais os motivou ou estimulou;
- demonstrar como eles utilizaram as ferramentas disponíveis e se por sua utilização lograram seus objetivos de desenvolvimento das competências tradutórias;
- saber se obtiveram maior autonomia e apropriação da pesquisa terminológica, das conseqüentes escolhas e equivalências tradutórias;
- comprovar se houve desenvolvimento de seu networking e utilização do que foi aprendido em suas vidas nos âmbitos profissional e escolar ou acadêmico.

3.1 Desenvolvimento do Curso com os Recursos Disponíveis na EAD

Ao que chamaríamos de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) nesta pesquisa, e que foi oferecido como ferramenta metodológica para execução e desenvolvimento do curso, não vem a ser uma plataforma de Sistemas de Gerenciamento de Aprendizagem (SAG) já existente ou mesmo criada para esta finalidade, como anteriormente mencionado na fundamentação teórica. A pesquisadora tem experiência como professora e tutora para cursos de nível superior nas plataformas *Moodle* e *Blackboard*. A Plataforma Google Classroom já existia à época, mas seria necessário então ter credenciamento junto à instituição que disponibilizasse acesso ao qual a pesquisadora não tinha. Portanto, preferiu não se utilizar de SAG e lançar mão de ferramenta mais simples e acessível para esta empreitada especificamente. Assim, o recurso utilizado foi o serviço online do Grupos do Google uma vez que o escopo foi o de proporcionar um canal de comunicação assíncrona com os participantes para que pudessem receber o conteúdo do curso, elaborar suas atividades, trocar e falar sobre suas experiências durante as atividades, compartilhar conteúdos e pesquisas e sanar suas dúvidas em fórum de discussão ou individualmente. Ele foi escolhido por ser um serviço gratuito, de fácil acesso, e bem conhecido do público. Não requereu nenhum tipo de contratação ou adesão – a não ser o acesso por uma habilitação de conta do sistema Google - o que facilita em muito sua aceitabilidade. Esses foram os fatores que influenciaram na tomada de decisão sobre a sua escolha para o desenvolvimento das atividades. Apesar de as principais plataformas existentes e oferecidas como AVA adotadas por instituições de ensino serem bem desenvolvidas e descomplicadas para utilização do público acadêmico, o objetivo era o de se comprovar que para a comunicação e desenvolvimento de atividades do curso, mesmo um recurso mais modesto já seria condizente. A experiência durante o piloto, assim como nos cursos subsequentes, mostrou um serviço bastante eficiente e eficaz, não tendo apresentado em qualquer momento problemas de sistema, de memória, de acesso ou de dificuldades em seu entendimento de manuseio. Ele é amigável e simples, e bem popular entre os estudantes e acadêmicos para desenvolvimento de suas atividades e pesquisas.

Para cada grupo formado no serviço Grupos do Google, o primeiro contato foi postado em um tópico de boas vindas, no qual os alunos deveriam se apresentar e brevemente expor suas expectativas sobre o curso. A tabela a seguir mostra em números e percentuais a participação dos inscritos nos três cursos:

Curso	No. de inscritos	Participantes do tópico	% de Participação
Piloto (2º. Semestre 2016)	11	7	63,6%
EAD II (1º. Semestre 2017)	11	8	72,7%
EAD III (2º. Semestre 2017)	13	8	61,5%

Tabela 2: Participação de inscritos nos 3 grupos.

Nesse primeiro dia também foi postado o primeiro tópico de “Aula Atividade”. Cada Aula Atividade (que foram enumeradas de 1 a 8, a cada semana do curso) havia a postagem do enunciado das atividades a serem realizadas, os anexos dos arquivos correspondentes a essas atividades e mais sugestões de materiais e de pesquisa. A seguir, texto utilizado como enunciado da primeira aula-atividade:

Caros Alunos.

Esta é a proposta de nossa primeira aula. Conhecermos um pouco sobre a realidade da Tradução Jurídica. Segue um artigo para leitura para que nos afeiçoemos um pouco mais com os sistemas e terminologia.

Segue também aqui uma referência de dicionário online o qual costumo usar para minhas consultas: <http://www.thefreedictionary.com/> Ele possui uma guia especialmente voltada à terminologia/vocabulário jurídico em: <http://legal-dictionary.thefreedictionary.com/>

Há ainda este glossário bem interessante e completo disponível

em: https://www.judiciary.state.nj.us/interpreters/11783_glossary_portuguese.pdf que também anexo aqui.

Gostaria que vocês lessem o documento anexo que é um artigo de Chaffey sobre Legal English para que discutamos aqui em fórum neste tópico. Além desse, o arquivo de uma pequena introdução a uma peça para que possamos iniciar nossas atividades. Essa atividade de tradução deverá ser postada aqui até domingo, dia 09/10 até as 23:59. Após esse período a postagem não será avaliada.

Abraços e estou à disposição!

Alessandra Harmel

A tabela a seguir mostra a participação dos integrantes quanto a esse tópico da Atividade 1:

Curso	No. de inscritos	Participantes do tópico	% de Participação
Piloto (2º. Semestre 2016)	11	10	91%
EAD II (1º. Semestre 2017)	11	8	72,7%
EAD III (2º. Semestre 2017)	13	8	61,5%

Tabela 3: Participação Atividade 1

Pela movimentação inicial, poder-se-ia inferir que nem todos os participantes sentem a necessidade ou têm o interesse de se manifestar nesse primeiro contato que é de cunho mais pessoal e subjetivo. Por participação se entende a postagem ou envio da atividade e as opiniões e impressões dos participantes, além das respostas às solicitações da professora, explicitamente elencadas no fórum. No entanto, no tópico da Atividade de Aula 1, percebe-se que nem todos os inscritos enviaram suas atividades ou fizeram seus comentários, o que mostra que alguns dos inscritos, desde o seu início, já não participariam do curso, conforme se pode ver no decorrer dos tópicos do Fórum de Discussão. Houve poucos casos nos quais alguns dos participantes deixaram de realizar a primeira atividade com postagem no campo pertinente, mas enviaram sua primeira atividade em outro momento (via email, por exemplo), ou em outro tópico do Fórum. O envio da atividade foi validado, porém acabou influenciando nos percentuais aqui considerados.

Como já descrito no item referente ao conteúdo do curso, as peças a serem trabalhadas nesta primeira aula atividade constituíam material original e autêntico do gênero petição de Divórcio, e também ferramentas de pesquisa online como um dicionário e um glossário. Houve ainda um texto para uma reflexão sobre a questão da área de especialidade e suas especificidades com a finalidade de dar aos alunos um breve panorama da escrita acadêmica na pragmática área jurídica e ao mesmo tempo prover prática nessa área de especialidade. (Anexo A).

Com relação à participação dos alunos, podemos notar que desde esse primeiro momento existe predisposição e motivação para que eles exponham suas dúvidas e/ou dificuldades. As respostas são no sentido de motivar a pesquisa e fazer com que eles cheguem às suas conclusões, o que, na verdade, eles acabam fazendo (Apêndice S). Os extratos a seguir demonstram a participação:

Amostra de compartilhamento do Grupo Piloto:

Robson:

Olá, eu já iniciei a tradução e gostaria de discutir sobre o termo *respondent* e o termo inicial "IN RE". Na minha pesquisa encontrei a tradução para *respondent*, "inquirido" e também "requerido", e IN RE defini como "em questão do", gostaria de opiniões a respeito, obrigado.

Professora

Muito Bem, Robson!

Quanto ao termo inicial, pense que pode ser abreviação de algo. "Rings a bell"?

No caso de petitioner e respondent sim, respondent é requerido, E Petitioner, então? O que vem a ser? Lembre-se de que as partes são sempre polos passivo e ativo.

O que acham os demais colegas? Aguardamos suas contribuições.

Abraços,

Alessandra Harmel

Robson:

Encontrei um site que fala sobre o termo IN RE, segue o link;

http://www.proz.com/kudoz/english_to_portuguese/law_general/4333049-in_re_marriage_of_bond.html

Rafaela:

Re: [traducaojuridica] Re: Atividade Aula 1

Boa tarde Professora,

Comecei a fazer minha tradução e estou fazendo um glossário levantando os termos antes de fazer a tradução do arquivo em si.

Para "petitioner" encontrei como "Requerente" e para Respondent "Requerido (a)", sendo que o primeiro trata de quem está pedindo a ação, e o segundo, a pessoa que é contra essa ação.

"In legal proceedings initiated by a petition, the respondent is the person against whom relief is sought, or who opposes the petition. One who appeals from a judgment is a petitioner." -

Definição encontrada em um dos dicionários indicados no material.

Em questão do título PETITION FOR DISSOLUTION OF MARRIAGE, fiquei em dúvida se poderia ser "Petição de dissolução do casamento (matrimônio)" ou se poderia ser simplesmente "Petição de Divórcio".

Poderia tirar essa dúvida?

Agradeço desde já,

Rafaela.

Professora

Re: [traducaojuridica] Re: Atividade Aula 1

Olá, Rafaela.

Muito bom! procedimentos corretíssimos.

Pode ser a "Petição de Divórcio" mesmo.

Alessandra Harmel

Professora

Muito bem, Robson.

Esse é um site de Rede Social de Profissionais da Tradução. Muito oportuno fazer parte dele.

Abraços,

Alessandra Harmel

Amostra de compartilhamento do EAD II:

Lucas Henrique

Bom dia a todos!

Segue anexo à minha proposta de tradução para o primeiro texto.

A área jurídica é sempre um desafio para traduzir / verter, pois precisamos ter conhecimento pleno de ambos os sistemas jurídicos, saber como funcionam e suas peculiaridades. Um dicionário que descobri durante os meus trabalhos - e que ajuda muito - na compreensão dos termos jurídicos em inglês é este aqui: <http://www.duhaime.org/LegalDictionary/A.aspx> (a letra "A" pode ser substituída).

Amostra de Compartilhamento do EAD III:

Denise

Bom dia a todos!

No meu projeto de Estágio do 5º semestre fiz a tradução do texto do Chaffey, indicado para leitura. Estou compartilhando com vocês a tradução, ressaltando que não houve *feedback* de revisão, então possivelmente a tradução pode conter algum erro. Sintam-se à vontade para apontar correções ok? Creio que esse exercício, tanto de tradução quanto de revisão, será útil para todos nós.

Anexos (1)

Direito, Linguagem e Realidade - Patrick Nigel Chaffey.docx

38 KB [Visualizar](#) [Download](#)

Olá, Denise!

Agradeço muito por compartilhar! Será uma ótima oportunidade para que já conversemos sobre o tópico.

Ficamos então no aguardo dos comentários dos colegas!

Abraços,

Alessandra Harmel

Denise:

Em tempo: Para a atividade, consultei o site <http://www.proz.com/search/>, o qual foi de grande ajuda. Tive dúvidas sobre a sigla SS#, o que teria sido evitado se tivesse feito uma leitura completa antes de iniciar a tradução, e também na última linha, pois não consegui lembrar como se dá o processo de nomeação de tabelião nos EUA, embora já tenha tido uma aula sobre esse tema (sorry teacher!!)

Os comentários dos outros participantes e a interação continuam no decorrer do processo. Os participantes fizeram as postagens de suas atividades de tradução e posteriormente elas foram comentadas pela professora individualmente. Todavia, os colegas participantes deveriam igualmente ler as postagens dos colegas, fazer as comparações e tirar suas conclusões. O procedimento que de fato ocorreu nas aulas subsequentes, tanto no Piloto quanto nos outros dois cursos dados, foi o de interação mais com a professora do que entre eles. Não houve, apesar da orientação dada pela professora-tutora, comentários dirigidos aos participantes de seus colegas, sobre seus escritos e elaborações. Por vezes eles comentavam que haviam comparado com os dos colegas e visto o que haviam errado. Um exemplo dessa ocorrência:

Levi:

Olá, professora!

Minha tradução está anexa.

E sobre o processo, já tive dificuldades no título para traduzir "circuit court" (vi que ficou bem diferente da tradução dos colegas). As partes destacadas em vermelho no arquivo são as que não consegui traduzir.

Usei o glossário que a sra. disponibilizou para traduzir "respondent" e o The Free Dictionary para verificar "in re" e "ss.", além do WordReference para algumas palavras ou termos.

A correção e os comentários para as aulas 4, 5, 6, 7 e 8 foram feitos pelos próprios participantes uma vez que sugestões para as traduções foram postadas pela professora e eles deveriam fazer sua autocorreção assim como postar seus comentários a respeito da atividade. Esse *feedback* foi raramente dado pelos participantes. Percebe-se que eles recebiam as sugestões de tradução, faziam suas correções, mas não postavam suas comparações ou inferências descritivamente. Por vezes comentavam o que haviam entendido e o que haviam errado, mas não entravam em pormenores ou análises. Esse dado pode levar à reflexão sobre a necessidade de se insistir mais nesse *feedback* com algum tipo de estímulo. Pode-se citar exemplo de outros cursos na modalidade EAD realizados pela pesquisadora, tornar obrigatória a elaboração de um número mínimo de comentários (dois tem sido a frequência) sobre as elaborações entre os participantes, para validar como presença/participação e consequente certificação.

Outrossim, um dado interessante foi o do compartilhamento de informações e procedimentos por eles acolhidos ou desempenhados. Os participantes compartilhavam com os colegas, como havia sido solicitado pela professora-tutora, quanto tempo levavam nas elaborações de suas atividades tradutórias, se e quais ferramentas ou softwares haviam sido utilizados, os sítios de pesquisa, glossários e dicionários consultados, quais suas facilidades e dificuldades e, mesmo que brevemente, dando suas impressões sobre suas experiências no decorrer da atividade (Apêndice S).

Eles, mesmo que não na totalidade de participantes, também corresponderam de forma satisfatória ao expor a reflexão com base na leitura dos textos teóricos. Nessa atividade eles inclusive declaram que realmente foi útil a leitura para dar a eles maior embasamento para o “pensar jurídico”. Pode-se perceber a preocupação com relação à responsabilidade de se traduzir corretamente e encontrar as equivalências referentes a tipologias e gêneros textuais. Esta, na verdade, foi uma questão esclarecedora e positiva relacionada ao objetivo da pesquisa.

Com relação ao entendimento de enunciados, não foram percebidos problemas ou questionamentos com relação às tarefas a serem realizadas. Não houve necessidade de qualquer emenda ou de rephrasear enunciados para se realizar as atividades. As perguntas feitas pelos participantes eram, no geral, sobre orientação e esclarecimentos de dúvidas quanto a pesquisas principalmente de cunho terminológico ou de gênero textual ou ainda com relação aos diferentes sistemas.

Exemplo desta instância:

Bianca:

Bom dia!

Estou com uma dúvida, se alguém puder dar uma ajuda, eu agradeço. No trecho "... and settling all marital and non-marital property and debts of the parties..." poderia ser traduzido por "... e o acerto/liquidação de contas e dívidas de todos os bens matrimoniais e não matrimoniais das partes..."?

Obrigada!

Professora:

Olá, Bianca.

Settling nesse caso não seria liquidação. Está sendo feito um acordo de partilha. O acerto caberia mais, ou então "composição" ou ainda "divisão".

Abrços,

Alessandra Harmel

Bianca:

Obrigada, professora!

Mailson:

Boa tarde, professora!

O texto "In the circuit court of cole county, Missouri" deve ser traduzido e postado aqui ou apenas a leitura, entendimento e discussão do assunto?

Professora

Olá, Mailson,

A tradução deve ser postada aqui para correção e discussão.

Abrços,

Alessandra Harmel

3.1.1 Observações Sobre o Desempenho e Desenvolvimento de Competência no Processo Tradutório na Modalidade EAD

Como parte do processo metodológico e para uma referência dos participantes quanto ao seu desenvolvimento e produtividade, desde as primeiras atividades foi a eles solicitado pela professora-tutora que compartilhassem e, se pudessem, descrevessem quais as fontes de pesquisa, se e quais as ferramentas utilizavam e quanto tempo levavam para realizar cada elaboração de tradução das peças oferecidas. Esses dados eram importantes para seu conhecimento e sua percepção no sentido de se ter a noção de quanto conseguiam trabalhar traduzindo o que os prepararia igualmente para o mercado de trabalho no que tange à administração de tempo e de recursos. Também de quanto eles conseguiriam evoluir em seus trabalhos conforme o nível de dificuldade da peça e o número de palavras do projeto em questão.

Um dado percebido no decorrer das semanas do curso foi que os diferentes gêneros foram tratados de forma singular e individual quanto ao processamento da atividade tradutória. Não obstante, as reações e relatos na participação continuaram sendo similares aos reportados anteriormente. À medida que as atividades foram sendo anunciadas e processadas, mais dados eram inseridos e mais materiais originais e autênticos foram apresentados também, pelos próprios participantes. Foi interessante perceber que os participantes igualmente buscavam outras fontes para satisfazer a pesquisa e as compartilhavam com os colegas. Esse dado é relevante no tocante ao objetivo de se perceber autonomia na pesquisa e motivação para busca de melhor adequação.

As dúvidas que surgiam eram relacionadas a questões terminológicas, semânticas e de adequação aos gêneros apresentados e da relação de sua existência no universo jurídico. Pode-se também perceber, por exemplo, que o fato de não conhecerem o suficiente sobre o sistema jurídico brasileiro, colocava certos obstáculos para a compreensão ou causavam questionamentos quanto às escolhas tradutórias. No entanto, também se pode perceber que os

alunos participantes já se tornavam mais sagazes ao fazer suas buscas pelo termo correto ou adequação mais coerente, quer fosse terminológica, quer fosse semântica.

Além da questão de correção ortográfica, sintática, semântica e terminológica, deve-se atentar também, na prática de tradução jurídica, para a importância de se conhecer os diferentes sistemas jurídicos para que as elaborações façam sentido, mantenham coerência e atinjam seu propósito de servir à legislação tanto do idioma alvo quanto do de origem.

Uma das questões que podemos observar com a prática tradutória em linguagem de especialidade é a de que aqueles que são bilíngues não poderiam ser considerados “tradutores naturais” como aponta Presas (2000). A competência tradutória envolve o conhecimento linguístico, porém não só. Envolve o conhecimento sobre áreas específicas que devem ser estudadas e pesquisadas, tanto na língua de partida quanto na de chegada, assim como todas as nuances e sutilezas a elas inerentes. Ademais, exige igualmente a atualização constante para que as adequações sejam corretas e satisfatórias. E pode-se observar pelos relatos e participações dos alunos em fórum que eles perceberam essa importância de forma bem significativa. Como anteriormente mencionado, os participantes não interagiam uns com os outros com direcionamento individual; todavia, publicavam suas impressões e experiências sobre o processo de suas elaborações com atenção e com propriedade: por vezes de forma mais lacônica e objetiva, por vezes mais detalhadamente. Aqui alguns excertos de suas participações que denotam coerência no processo e que podem referenciar desenvolvimento de suas competências.

Alguns comentários de participantes do primeiro grupo Piloto no segundo semestre de 2016:

Vanessa:

Olá, Profa. Alessandra

Segue anexa a tradução para correção e consulta dos colegas.

Abs,

Vanessa.

Lais:

Boa tarde,

Terminei de ler o texto de Chaffey e achei coisas interessantes, como a parte em que o aturo diferencia a tradução literária da tradução jurídica, na qual a primeira tem um cunho mais poético, portanto é mais comum fazer uso de sinônimos, ser mais poético e até mesmo "criar", já na tradução jurídica não fazemos uso de sinônimos, a repetição de termos é importante, não há nada de poético em um texto jurídico, assim, devemos nos ater àquilo que está sendo dito, para sermos o mais claro possível.

Também me lembrei de quando tratamos em sala de aula a questão da tradução de documentos que possuem imagens/logos, os quais temos a opção de descrevê-los na tradução. O autor também diz que devemos nos manter nos padrões do documento original, mas isso seria realmente necessário? Pois os documentos legais são diferentes em cada país, nesse caso não seria mais correto adaptar o documento? Digo, a formatação poderia ser a mesma, mas algumas coisas na estrutura não teriam de ser modificadas?

Segue em anexo a tradução do arquivo "in the circuit court of cole county" para avaliação da professora e consulta dos colegas.

Laís.

Patrick:

Boa tarde.

Segue em anexo a tradução desta atividade que realizei.

Mesmo que o não seja muito relacionado ao arquivo ou a discussão proposta, eu encontrei um freeware no qual pode ser usado como ferramenta de tradução como o MemoQ e o Trados, o nome do aplicativo é OmegaT, e você pode colocar os termos em um glossário deles e realizaras traduções.

Sobre o texto, eu achei interessante como o autor faz essa barreira entre a tradução literária e jurídico, de como fazer uma diferença e a tradução entre elas e a importância do mesmo uso dos termos e como isso pode afetar a tradução de ambos os gêneros.

Att.

Patrick

Natália:

Boa tarde, professora!

Segue em anexo minha tradução do texto 01. Achei esse texto relativamente agradável de traduzir, a meu ver, os termos estavam simples para procurar então não tive muita dificuldade e gostei do resultado final, houve algumas dúvidas na hora de formular a sentença como no item "c" da petição, também fiquei em dúvida se poderia deixar como "Comarca de Cole Country", apesar de ter achado na internet as referências a "circuito judicial".

Sobre os links úteis, gostaria de comentar que gosto do The Free Dictionary, mas nunca tinha usado a parte do "legal dictionary", achei as definições bastante úteis.

O glossário de termos jurídicos também é muito bom e me ajudou com algumas coisas na hora da minha tradução.

Att,

Natália

Rafaela:

Boa noite Professora,

Segue em anexo a tradução do texto 1.

Durante a tradução, foi interessante refletir sobre alguns aspectos que foram levantados no artigo de Chaffey, como por exemplo, as diferentes leis de um país para o outro, muitas vezes a falta de um correspondente específico na língua alvo, a formatação da tradução que deve permanecer na formatação do original para que o leitor da tradução tenha noção de que o que está lendo é uma tradução de um outro "sistema de leis".

Att,

Rafaela

Leandro:

Boa tarde professora e colegas.

Anexei minha tradução. Acredito que não haja maiores observações relacionadas a essa tradução. Minha pesquisa basicamente focou nas ferramentas de busca do ProZ, do glossário oferecido pela professora e a referência vinda de aulas anteriores da professora Alessandra.

Por enquanto é isso.

Atenciosamente,

Leandro

Igor:

Segue anexa minha tradução. Abaixo, algumas considerações:

ACERCA DA LEITURA DO TEXTO DE CHAFFEY

Dos pontos apresentados, chamou-me a atenção:

1. Em linhas gerais, o texto retoma a questão da equivalência e dificuldades na tradução. No entanto, reforça que devemos buscar a tradução "mais adequada" e respeitando a "forma" dos documentos/materiais que trabalhamos.
2. Devemos pensar não somente no destinatário, mas também na fonte do documento. Diferentemente de outros gêneros, a tradução jurídica deve se preocupar com a origem dos materiais para evitar a "descaracterização".

ACERCA DA TRADUÇÃO PROPOSTA

1. Tenho dúvidas se devemos traduzir expressões do Latim, como a expressão "*in re*" no início do documento;
2. O título do documento (*Petition for dissolution of marriage*) demandou uma enorme pesquisa e não estou satisfeito com a tradução. Optei por deixar "requerimento para dissolução de casamento" seguindo alguns critérios (i.e.: palavra próxima a uma palavra em nosso vocabulário). Também pesquisei que o divórcio é um dos tipos de dissolução de casamento * (juntamente com a Separação de Fato, Separação Litigiosa, Separação e Divórcio

Consensuais), então eliminei a possibilidade da utilização de palavras como "divórcio, nulidade, separação etc".

3. Localizei o termo "*contraíram casamento*" como tradução possível para o termo "*were married*". A combinação (e as possíveis conjugações do verbo) "contrair casamento" não apareceu no *corpus* do português que utilizei, mas encontrei certa frequência em textos pela internet. Também achei discussões em fóruns questionando a estranheza que estas palavras causam. Deixei esta combinação em minha tradução apenas para que possamos discutir/refletir sobre a adequação do termo.

4. Encontrei dificuldade em entender os termos "*a true and correct copy*". Refere-se a uma "cópia autenticada" ou "cópia completa e precisa"? Optei pela segunda opção, após pesquisa.

5. Outros termos também exigiram reflexão para que considerasse a tradução satisfatória. Listo: "Child Care Plan", "social security number", "prays for its orders" e "granting such other and further relief". Adicionei todos eles a meu glossário pessoal.

COMENTÁRIOS ADICIONAIS

Sou grato pela proposta da atividade. As pesquisas realizadas permitiram aquisição de nova bagagem e conhecimento específico da área. Considero também que atividade auxiliou na coleta de novas bases de pesquisa, a serem validadas como efetivas em futuras atividades.

Alguns comentários de participantes do EAD II, no primeiro semestre de 2017:

Bianca:

Bom dia!

Estou com uma dúvida, se alguém puder dar uma ajuda, eu agradeço. No trecho "... and settling all marital and non-marital property and debts of the parties..." poderia ser traduzido por "... e o acerto/liquidação de contas e dívidas de todos os bens matrimoniais e não matrimoniais das partes..."?

Obrigada!

Olá, professora e colegas do grupo!

A leitura prévia do texto de Chaffey (na verdade, só li até a página 74 e finalizo no fim de

semana), reforça o conceito de que cada sociedade possuiu uma maneira própria de representação de mundo. O cuidado da tradução legal, que é técnica, deve ser impecável e difere de outros tipos de tradução. Ele aborda também a aparência característica de alguns documentos e o efeito semiótico que produz, por exemplo, uma pessoa inglesa reconhecerá facilmente um estatuto pela sua forma. Aqui, no Brasil, reconhecemos uma certidão de nascimento ou uma matrícula de imóvel só de bater o olho. É importante também manter o mesmo *layout* da língua-fonte para que o leitor saiba de que se trata de um documento emitido numa língua estrangeira, ou seja, numa outra representação de mundo.

Para a atividade proposta, consultei o Cambridge Dictionary on-line, o Free Dictionary, o WordReference, a Terminologia do ProZ, o glossário anexo e o Google. Também pesquisei alguns modelos de petição na língua portuguesa a fim de deixar a tradução fluente, mas, mesmo assim, ainda estou com algumas (ou várias) dúvidas:

- a. A escolha lexical para traduzir Petitioner/Respondent. Optei por Requerente/Requerido. Caberia também Autor/Réu ou tantas outras traduções (*petitioner*: peticionário, suplicante, autor, impetrante; *respondent*: replicante, réu, depoente, reclamado)?
 - b. Poderia usar no lugar de “esposa” “o ex-cônjuge mulher”?
 - c. Divisão dos bens matrimoniais ou patrimoniais?
 - d. A abreviação “ss.” (*sworn statement*). Não achei o equivalente em português para “declaração juramentada”. É isso mesmo?
 - e. Não utilizei ferramenta de tradução, mas vou experimentar o OmegaT para as próximas. Bem, por enquanto, acho que é isso.
- A atividade segue anexa.

Um abraço e bom fim de semana a todos!

Bianca

Elaine:

Olá, Professora, fiz a tradução hoje. Comecei às 3:45 e terminei às 17:45. Usei a plataforma Omega para tradução e achei bem mais rápida e fácil de usar; usei também algumas ferramentas de tradução como o Cambridge dictionary, usei a tradução deles como você já tinha nos dito que é mais fácil revisar. tenho o glossário que você disponibilizou. Usei também o Free Dictionary e o Google.

Postarei aqui na plataforma minha tradução logo mais à noite porque preciso ver como faço para transportar o arquivo.

Elaine

Estela:

Olá!

Utilizei a ferramenta de tradução SmartCAT, estou usando ela desde o começo do ano letivo e tenho gostado bastante. Também usei para auxílio da tradução o Google, WordReference, The Free Dictionary, os glossários anexos e o dicionário Houaiss.

Tive dúvidas em como deixar o endereço, pois em inglês o número da casa vem antes do número da rua e aqui fazemos ao contrário; também tive dúvidas de como traduzir “Petitioner e Respondent”.

Segue anexa a minha tradução.

Obrigada e um bom fds a todos!

Estela.

Anna:

Olá Professora e colegas do grupo. Levei aproximadamente duas horas para fazer a tradução. Usei o "Cambridge Dictionary of American English", o "Legal Dictionary" <http://legal-dictionary.thefreedictionary.com/> e o Google para fazer algumas pesquisas sobre o assunto. Desejo um bom domingo a todos!

Mailson:

Boa noite, professora.

A tradução está em anexo. E com relação ao texto proposto para a leitura, eu achei o texto muito interessante e já ampliou meus horizontes com relação à tradução jurídica. A primeira parte da leitura quando autor informa a ordem correta das palavras do título do livro que dever ser “reality, language e law”, já percebemos que tem algo a mais na tradução jurídica. O segundo ponto é distinguir a tradução jurídica da tradução literária, pois nem sempre um termo equivalente quer dizer a mesma coisa quando nós estamos nos referindo às leis. O

comportamento das pessoas é diferente em cada país, sendo assim, não devemos interpretar à lei das pessoas de outra cultura e outro pensamento do mesmo modo das leis do nosso país. O tradutor deve mostrar um trabalho em que ambas as partes possam entender, ou a tradução não será satisfatória.

Alguns comentários de participantes do EAD III no segundo semestre de 2017:

Raul:

Olá, professora Alessandra!

Tradução da atividade em anexo. Coloquei minhas dúvidas e justificativas em relação à tradução nos comentários do Word.

Até mais,

Raul

Denis:

Boa tarde profª e amigos.

Segue minha atividade em anexo.

Apesar de me causar certo medo em ter que trabalhar com material jurídico (pois eu não tenho praticamente nenhum conhecimento dessa área), a tradução transcorreu bem.

O maior desafio foi procurar a definição de alguns termos e saber como encaixá-los na tradução.

Boa sexta a todos!

Letícia:

Olá, Professora!

Aqui está a minha tradução.

Meu comentário a respeito da atividade é que senti que minha tradução ficou um pouco "amarrada" e que não fluiu como eu gostaria, mas como é a primeira atividade e estamos no início do curso, acho que errar é válido.

Para consulta utilizei as indicações.

PS: sem querer acabei publicando o rascunho de minha resposta, devo ter apertado algum atalho que desconheço e acabei enviando algo totalmente sem intenção.

Rayllen:

Boa tarde a todos!

Segue em anexo a minha tradução para a atividade.

Gostaria de comentar que em meu trabalho, diariamente, lido com este tipo de documento, mas na área de conferência e formatação, chega a ser engraçado estar familiarizada com os termos, mas na hora de associá-los me vem um "branco" a mente e acabo não sabendo os termos certos. Não tive muita dificuldade em traduzir em sim, mas assim como os colegas, a questão "juridiquez" foi a qual me atrapalhou um pouco. Como referência utilizei os arquivos compartilhados pela professora e alguns materiais utilizados em sala em semestres passados.

Abrços e bom fim de domingo a todos.

Rayllen

Richard:

Boa noite a todos!

Segue anexa minha tradução.

Tive dificuldade em traduzir o "circuit court" e os itens b e c:

- No título, ia traduzir "circuit court" para "tribunal regional" ou "tribunal de apelações"

conforme pesquisei em um dicionário jurídico. Entretanto, mudei de ideia após ver um "modelo de divórcio" em português, no qual se lia no título "Vara de Família" ou "Vara Cível"; portanto, escolhi "Vara Cível".

- No item b, traduzi "marital property" e "non-marital property" para "bens conjugais" e "bens não conjugais", respectivamente. Porém, não tenho certeza se isso é o correto.

- No item c, pesquisei a tal frase no Google e vi uma frase semelhante, bem como uma explicação dizendo que se tratava de uma frase padrão nesse tipo de documento. Contudo, não soube adaptar esse tipo de frase para a tradução.

Ademais, pesquisei "IN RE." no FreeDictionary.com, lá pude perceber que essa expressão é padrão também; está apenas para identificar o assunto de que trata o documento.

O termo "SS#" consegui identificar que era na verdade "Social Security" porque era o mesmo número onde se lia "Social Security" mais abaixo no texto. Caso contrário, teria procurado em sites como "Abbreviations.com" ou "Acronymfinder.com".

"Case" procurei no glossário disponibilizado e encontrei como "Processo".

Em suma, foi um tanto difícil traduzir o texto em virtude desses trechos citados acima.

Danielle:

Boa noite.

Foi muito interessante trabalhar com essa peça. Alguns termos precisei checar no dicionário e no glossário que a professora nos indicou, mas de uma forma geral não houve complicação.

O artigo de Chaffey também foi de suma importância e me deu uma base para começar a tradução.

Espero ter feito um bom trabalho.

Abraços.

Pelos comentários e compartilhamentos, pode-se perceber que os participantes, em boa parte, expressaram suas experiências de forma satisfatória, compartilhando-as com os colegas e fazendo inferências interessantes, como, por exemplo, quando um dos participantes coloca suas impressões:

“Localizei o termo "*contraíram casamento*" como tradução possível para o termo "*were married*". A combinação (e as possíveis conjugações do verbo) "contrair casamento" não apareceu no *corpus* do português que utilizei, mas encontrei certa frequência em textos pela internet. Também achei discussões em fóruns questionando a estranheza que estas palavras causam. Deixei esta combinação em minha tradução apenas para que possamos discutir/refletir sobre a adequação do termo.”
(IGOR).

Podemos perceber que houve aqui a percepção da presença de uma colocação e demonstrou saber fazer uso de ferramentas sugeridas ou que já conhecesse anteriormente. Percebe-se também que, apesar do compartilhamento interessante e de eventuais leituras por parte dos colegas, não foram feitos comentários a respeito dessas descobertas. Como reflexão, deve-se pensar em estimular mais essa interação pós-produção.

Com relação ao desenvolvimento das atividades, um dado que pareceu patente e recorrente, na maioria das produções foi o de correção ortográfica e de sintaxe, além da questão da coerência que por vezes pareceu comprometida. Isso se deu, de acordo com as postagens e comentários sobre as produções, para os participantes que se acharam mais seguros e garantidos por terem utilizado tradução assistida por computador, ou seja, ferramentas de tradução. Os participantes se fixavam muito na responsabilidade das escolhas mais adequadas e, por vezes recorrentes, pecavam nesse critério de revisão. Exemplos podem ser citados no caso de se fazer tradução dos gêneros. Por vezes, a parte em uma petição, procuração ou contrato era uma mulher, ou seja, gênero feminino, e os adjetivos e qualificativos na identificação das partes em tal instrumento jurídico traduzido acabavam sendo erroneamente considerados e transcritos no gênero masculino. Isso nos parece típico da tradução no sentido Inglês-Português, uma vez não existir, no geral, determinação de gênero masculino ou feminino para os adjetivos em língua inglesa. Na tradução de máquina isso também pode ser recorrente.

Exemplo dessa instância, na produção de alguns participantes, nos três cursos aplicados:

TRIBUNAL DO CONDADO DE COLE, MISSOURI

Na união entre	)	
Jean Alicia [REDACTED]	)	
10 [REDACTED] Street	)	
Jefferson City, Missouri 65101	)	
SS#: [REDACTED]	)	
Requerente,	)	CASO NO. _____
	)	
E	)	Divisão _____
	)	
John Henry [REDACTED]	)	
123 [REDACTED] Drive	)	
Jefferson City, Missouri 65101	)	
SS#: [REDACTED]	)	
Requerido.	)	

PETIÇÃO PARA DISSOLUÇÃO DE CASAMENTO

Essa petição é para a dissolução do casamento, alegada sob juramento como o seguinte:

1. **O Requerente** reside em 10 [REDACTED] Street, Jefferson City, Missouri 65101 e residia no estado do Missouri por pelo menos noventa (90) dias antes do arquivamento dessa petição.
2. **O Requerente e o Requerido** casaram-se em 14 de janeiro de 2000, no estado do Missouri e o casamento foi registrado no Condado de Cole, Missouri.
3. As partes se separaram em 24 de Março de 2001.

No caso demonstrado, Jean Alicia era a Requerente, e a tradução do termo ficou no masculino (O Requerente) tirando o sentido da peça no que se refere à qualificação da parte.

PROCURAÇÃO

DEBI XXXX, endereço XXX W. Rxxxxxxx, cidade de Sanford, estado da Flórida, Estados Unidos, por este instrumento nomeia e constitui sua procuradora Donna Pxxxx, endereço XXX Sxxxxxx Lane, cidade de Lansing, estado do Michigan, Estados Unidos, para agir em **meu nome**.

(Assinale todos os tópicos abaixo)

Por meio desta procuração, **autorizo** plenos poderes a procuradora, com todos os direitos para agir em **seu nome** em todos os atos que eu possa fazer pessoalmente, incluindo, mas não limitado a:

PROCURAÇÃO AD JUDICIA

DEBI XXXX, residente em XXX W. Rxxxxxx, cidade de Sanford, estado da Flórida, por este instrumento nomeia e constitui **seu bastante procurador DONNA PXXXXXXX**, com escritório em XXX Sxxxxxx Lane, cidade de Lansing, estado do Michigan.

Por meio desta outorga, concedo plenos poderes **à minha procuradora** para, em meu nome, executar todos os atos que eu possa fazer pessoalmente, incluindo, mas não limitado a:

No caso da Procuração acima, foi uma falta ou falha na revisão também por questão de gênero e de coesão pronominal. No primeiro caso, iniciou-se com a parte em terceira pessoa e depois o pronome possessivo utilizado foi o de primeira pessoa. Também a questão de acentuação – falta de crase. No segundo excerto, Donna Pxxxx Também é do gênero feminino e o masculino foi utilizado na qualificação enquanto “seu procurador”. No segundo parágrafo, retoma o gênero feminino.

São claramente casos típicos de quem realiza tradução com alguma ferramenta e que não se atenta à revisão do texto traduzido. Definitivamente, a atenção sobre esse quesito e a ênfase sobre sua importância foram dados. Assim, a partir dos comentários tecidos e das sugestões emitidas, a conscientização acabou por melhorar o mencionado quesito sensivelmente. Aprenderam, por exemplo, que mesmo que memórias de tradução e tradução assistida ou ferramentas e softwares sejam utilizados, deverão realizar revisão criteriosa de sua produção a fim de evitar erros e incongruências, assim como falha no sentido ou na coerência.

Seguindo essa linha didática, serão demonstradas a seguir, como era dado o *feedback* com relação às correções das produções. O objetivo não era o de corrigir os erros com acertos, mas apontá-los e fazer o participante refletir sobre o que errara e ele mesmo proceder às suas próprias correções. É uma estratégia que, de acordo com a experiência docente da pesquisadora, tende a promover o processo de internalização e o desenvolvimento a produção.

1. Olá, Vanessa.

Sugiro que faça uma revisão acurada de sua tradução a fim de verificar erros de digitação e ortografia. Também a verificação de alguns termos que ficaram muito literais como "alívio", por exemplo. Também que leia as sugestões dos colegas a fim de que cheguemos a escolhas bem madura e interessantes.

Abraços,

Alessandra Harmel

2. Olá, Laís!

Isso mesmo. O texto de Chaffey é realmente precioso nesse sentido de nos dar um bom panorama sobre a questão jurídica na tradução.

Sua tradução está de acordo com e sugiro somente algumas modificações: Quanto à forma e estrutura gramatical, geralmente não traduzimos o Present Perfect Literalmente. Ele fica como sendo o presente simples no Português. Quanto à terminologia como, por exemplo, número de seguro social, para social security number; ao invés de dividir, usamos partilhar, compareceu ao invés de comparecido; declarações ao invés de constatações.

Abraços e vamos nos falando...

Alessandra Harmel

3. Olá, Patrick.

Quanto à sua tradução, sugiro que você faça uma revisão ortográfica, pois existem vários erros que podem ser imputados também á digitação. Mas não só: você deixou tanto Requerente quanto requerido no masculino, por exemplo.

Social Security Number não é o CPF... algumas pessoas vêm a correspondência, mas não é o caso.

Em "PORTANTO, O Requerente responde por seus pedidos": não é jurídico. Ficou “muito de máquina” essa tradução. Veja as escolhas dos colegas e verifique quais fazem mais sentido para você...

Não se trata de bens "maritais", e sim de bens em comum.

Ao final, você também mudou a denominação das partes. Por favor, verifique...

Abrços,

Alessandra Harmel

4. Olá, Natália.

Quanto à sua tradução, sugiro que você faça uma revisão ortográfica, pois existem vários erros que podem ser imputados também á digitação. Mas não só: você deixou tanto Requerente quanto requerido no masculino, por exemplo.

Não usamos "problemas do casamento" e sim "questões quanto ao casamento ou matrimônio".

Não se trata de Queixa e sim de pedido ou requerimento ou ainda petição.

Reveja também o "irremediavelmente acabado".

Abrços,

Alessandra Harmel

5. Rafaela, sua petição está muito boa mesmo!

Linguagem apropriada e terminologia jurídica também! parabéns... sugiro somente que você defina com o artigo apropriado (feminino ou masculino) quanto à (neste caso) Requerida e ao Requerido. E ao invés de usar Divorcianda eu ainda usaria os termos originais, aqui no caso Requerente.

"CASO" também é literal. Aqui usamos "PROCESSO".

Abraços e continue o bom trabalho!

Alessandra Harmel

6. Olá, Carlos Henrique,

Sua petição também está bem traduzida. No entanto, sugeriria que revisse a questão de Social Security Number, que vem a ser número de seguro social.

Usa-se "A este tribunal" e não "esse tribunal". "CASO" também, lê-se como "PROCESSO".

Abraços,

Alessandra Harmel

7. Olá, Leandro.

Muito válida a execução de seu trabalho de tradução. No entanto, sugiro que você tenha como base os trabalhos realizados pelo Robson e pela Rafaela.

Eles estão bem adequados quanto às escolhas terminológicas. Por ex: no início não usamos, no título ou cabeçalho: "relação" e sim "referência". PROCESSO está correto! Parabéns!

"Petição de Divórcio", pois faz parte inicial de uma Ação.

No item # 3 o termo não pode ser outorgante, pois eles requisitam algo e não outorgam.

Social Security Number é número de seguro social mesmo.

Não se trata de propriedade "marital e não marital" reveja isto por gentileza. São bens compartilhados ou comuns.

Abraços e estou à disposição!

Alessandra Harmel

8. Olá, Thiago.

Sua execução está bem razoável mesmo. Sugiro, no entanto, que você leia as proposições de Robson e da Rafaela. Compare com a sua e veja o que deve ser modificado. As soluções deles são muito interessantes, inclusive para suas questões.

Em "CASO" usamos "PROCESSO", e Social Security Number é número de seguro social.

Abraços e continuo à disposição!

Alessandra Harmel

9. Caro Igor.

Sua reflexão e seu esforço são realmente uma satisfação de se saber. Esse é o meu objetivo ulterior. Obrigada por compartilhar...

O texto de Chaffey é realmente bem panorâmico nesse sentido, nos dando boa ideia da complexidade dos textos jurídicos, sem deixar de mostrar que se pode desmitificar a prática com relação a "problemas".

Quanto à sua tradução per se: Geralmente, "In Re", reduzimos para "Referência" somente. e

para "CASO" usamos "PROCESSO". Na realidade a Peça se denominada "Petição de Divórcio", pois é justamente a inicial de um processo para ação de divórcio (tanto consensual quanto litigioso).

Detalhe significativo: você não determinou o gênero do casal: neste caso especificamente, a Requerente e o Requerido pelos nomes das partes apresentadas.

Sugiro que você veja as petições do Robson e da Rafaela. Eles chegaram a escolhas muito interessantes em suas traduções.

Abraços e continue o bom trabalho!

Alessandra Harmel

Com essa estratégia, verificou-se que os participantes de fato usavam as elaborações dos colegas como referências e essa conscientização e evolução foram sentidas nas atividades posteriores. As atividades 4, 5 e 6 corresponderam à elaboração da tradução de uma peça única que foi um contrato de licenciamento. Este instrumento jurídico também original e autêntico, do acervo da pesquisadora, foi enviado aos participantes na íntegra, dividido em 3 (três) aulas-atividade por sua extensão, por sua complexidade e com a finalidade de proporcionar uma pesquisa mais extensa e específica a fim de que os participantes pudessem, com tempo hábil, melhor se apropriar de seu conteúdo e de suas especificidades. A estratégia tinha também o objetivo de verificar a evolução entre as etapas, uma vez vencidas as dificuldades iniciais de sua elaboração. Este é o texto da proposta que foi publicada no Fórum de discussão:

Caros Alunos,

Bem vindos à nossa quarta atividade!

Iniciaremos esta segunda metade do curso com uma peça única que levaremos por mais 3 ou até a derradeira aula. Trata-se de um contrato de licenciamento.

Sugiro a vocês que pesquisem então a empresa em questão e vejam no quê ela comercializa...

Para esta semana vocês deverão realizar as 5 primeiras cláusulas do contrato e postar. Peço também que façam uso de glossários de terminologia jurídica que vocês já possuam e que postem suas dúvidas e compartilhem com os colegas suas impressões.

Estou à disposição, as always...

Abraços,

Alessandra Harmel

Apesar de ter sido solicitado que os participantes comentassem sobre suas dificuldades, nem todos o fizeram. Aqui vão algumas das mensagens que acompanhavam as postagens, quando os participantes fizeram comentários nos cursos Piloto do segundo semestre de 2016, do primeiro semestre de 2017 e do segundo semestre de 2017, na sequência.

Grupo Piloto:

Rafaela:

Boa Tarde Professora,

Segue minha tradução.

Não tenho certeza se alguns termos estão corretos, mas fiz várias pesquisas e usei como base alguns contratos que encontrei de tema parecido com o desta atividade.

Bom final de semana

Att,

Rafaela

Natália:

Boa tarde, professora!

Está anexa minha tradução.

Confesso que não gostei do resultado final, mas estou postando de qualquer forma, talvez eu consiga revisar depois e melhorar, mas por hora é isso mesmo.

Tive dúvidas na construção das frases e algumas ficaram realmente estranhas em português, também fiquei em dúvida se eu traduziria ou não os "Vipo Rights" então deixei como estava no original, e também o "NAI" que eu não sabia se traduziria como a sigla que é explicada ou não.

Bom começo de semana!

Patrick:

Bom domingo, prof^a

Eu tive algumas dúvidas sob o texto, como o uso de Exhibit "A", eu encontrei como Item, Exibição e Anexo, eu escolhi como Anexo "A", mas não sei ao certo se seria o correto. Além disso, encontrei o nome do seriado em português e coloquei como o nome do produto/série de 26 episódios em vez do nome original, eu deveria ter mantido com o nome original, pois a tradução do nome da série das aventuras do cão voador deveria ser do licenciado que iria escolher ou não teria problema de realizar isso?

Por fim, eu acho que a minha tradução poderia ser um pouco melhor, porém fiquei satisfeito, pois foi um contrato diferente dos que eu realizo na empresa em que trabalho, nunca pensei que um contrato de uma série animada infantil teria tantas cláusulas e nº de vendas mínimas por mês e por ano, o licenciado realmente tem que ter coragem e saber como divulgar o trabalho.

Atenciosamente,

Patrick

PS: Gostaria de saber se é normal a ocorrência de tantos sub itens nesses contratos ou se isso varia de empresa, agradeço desde já.

Grupo EAD II:**Estela:**

Olá,

Demorei cerca de 3 horas para traduzir e fazer a revisão da primeira parte (4 páginas).

Utilizei a ferramenta de tradução SmartCAT, o Google e o dicionário online Wordreference.

Não tive muitas dúvidas ao fazer a tradução, apenas no termo “license” que traduzi como

“licença”, mas em alguns casos deixei como “licenciamento”.

Ótima semana a todos!

Anna Luiza:

Olá, Professora! Segue em anexo a minha tradução para o nosso quarto encontro. Tive um

pouco de dificuldade com os termos e acabei ficando um pouco confusa na hora de traduzir.

Demorei por volta de 2 horas para terminar.

Boa noite.

Milleny:

Olá, boa noite.

Segue em anexo a minha tradução, a qual levei em cerca de 1h30, no total, para realizar.

Levei 1h para traduzir e em torno de 30min para revisá-la.

Para auxiliar na tradução, utilizei o dicionário Cambridge e Oxford.

Boa semana a todos.

Lucas Henrique:

Boa tarde Professora!

O tempo total que utilizei foi: 90 minutos. 60' para traduzir e 30' para revisar.

Segue em anexo a minha proposta de tradução para esta primeira parte da tradução. Para não deixar o contrato "quebrado", traduzi até o fim da Cláusula 8.

Para fazer a tradução, uso a minha Memória de Tradução / Glossários no Wordfast.

Compartilho-os na minha próxima postagem.

Abrços!

Mailson:

Boa noite, professora!

Eu levei mais ou menos umas 5 horas para traduzir esse texto. Aqui estão algumas dúvidas que fiquei durante a tradução.

Fiquei na Dúvida se Traduziria o nome “VIPO-Adventures of the Flying Dog”

"Direitos Vipo" não sei se essa nomenclatura está correta em português

"NAI" (Valor Líquido Faturado) significa o valor faturado a todos os clientes do Licenciado.

Não sei se posso deixar essa parte dessa forma.

"Todas as exposições e anexos do presente Acordo fazem parte integrante do mesmo e deve ser lidas em conjunto" A palavra mesmo pode ser usado dessa forma? ela não sendo usada aí como pronome?

a palavra "Term" me deixou confuso nesse texto. Não soube como traduzir.

Outra coisa que ficou confuso é se tem diferença entre "Acordo e Contrato". Eu posso usar os dois?

Bianca:

Professora, boa noite!

Levei muito tempo para traduzir as 5 primeiras páginas, já que estou acompanhando uma obra aqui em casa... O barulho atrapalha muito... Bem, utilizei a ferramenta SmartCat, o WordReference e o ProZ. Não sei se é relevante ou não, mas optei por ocultar o "significa, quer dizer/means" e no lugar coloquei dois pontos (:). Às vezes me atrapalho na tradução de hereof, hereby etc e muitas vezes voltei na tradução para corrigir pequenos enganos que eu estava cometendo. Enfim, gostei muito desta tarefa e anseio pelos comentários. Professora, gostaria de saber se posso utilizar o material que estou traduzindo para fazer parte do meu portfólio, já que eu ainda não tenho. Quero selecionar cuidadosamente o que fará parte dele.

Uma boa noite!

Bianca

Elaine:

Olá, professora Alessandra. Boa noite!

Segue a tradução. Levei duas horas e meia para concluir a tradução e a revisão. Utilizei a ferramenta de tradução do Google e revisei. Uma ótima semana e até amanhã!

Rodrigo:

Bom dia,

Peço desculpas pelo atraso em enviar minha tradução e vou fazer o possível para ficar em dia o mais breve possível. Demorei três horas e meia para traduzir o trecho do contrato e utilizei os tradutores automáticos do google e o tradukka na tarefa.

Abraço

Rodrigo

Stephany:

Boa tarde professora, espero que esteja melhor da voz. Segue em anexo a tradução das 5 primeiras páginas do contrato, utilizei o tradukka e o Google tradutor como suporte de tradução. Abraços!

Grupo EAD III:**Raul:**

Bom dia, professora e colegas.

Segue anexa a primeira parte da tradução do contrato. Não senti muita dificuldade em relação à terminologia, tanto que usei o dicionário jurídico do Marcílio Moreira de Castro apenas para confirmar um ou outro termo. O que causou alguma dificuldade foram as situações com regências diferentes, tal como "in and in respect of", "known as and related to" etc.. Portanto, o desafio foi não deixar preposições isoladas na tradução.

Quanto ao tempo, levei cerca de 3 horas e meia para fazer a tradução.

Até mais,

Raul

Richard Wagner:

Boa tarde a todos!

Tradução anexa.

Até o momento neste contrato, achei no geral que não foi muito difícil, achei que a tradução fluiu bem sem precisar parar toda hora para pesquisar, foi mais tranquila.

Senti dificuldade em termos como "minimum year sales" e "license", ou "license fee". Preciso ficar lendo e relendo para entender do que se trata realmente o parágrafo e traduzir de forma adequada.

Levei cerca de 3 horas em sua realização.

Cordialmente,

Richard

Letícia:

Boa noite!

Achei que a tradução da primeira parte da peça fluiu bem, mas exigiu mais tempo do que as anteriores. Certas construções demandaram um pouco mais de tempo mesmo entendendo seu sentido, tentei ao máximo não deixa-las confusas e para alguns termos recorri ao dicionário do Marcílio Moreira de Direito, Economia e Contabilidade.

Levei quase 4 horas para concluir a tradução e revisar o texto.

Letícia.

Ana Márcia:

Boa noite,

Anexo segue a minha tradução. Foi bastante demorada e recorri ao dicionário on line que me ajudou bastante.

<http://context.reverso.net/traducao/ingles-portugues>

Demorei aproximadamente umas 4 horas.

Abraços, Marcia.

Denise:

Boa noite,

Esta tradução levou mais tempo que o esperado, tanto pelos termos quanto pela construção um pouco confusa de algumas cláusulas. Devido a essa dificuldade não deu tempo para acertar a formatação, me desculpe. Providenciarei para a próxima aula.

Levi:

Boa noite a todos.

Para esta parte, levei 3 horas para completar a tradução.

Utilizei o Dicionário de Direito, Economia e Contabilidade de Marcílio Moreira para solucionar alguns termos.

Fiquei confuso para traduzir "limited liability company"; não sei se minha solução enquadrava-se no texto.

Danielle:

Boa noite!

Não houve complicações ao traduzir essa peça, por ser um pouco extensa demorei um pouco mais de 3 horas para terminá-la, mas de uma forma geral foi uma boa experiência. Utilizei o dicionário que a professora nos indicou.

Abraços.

O que se verifica pelos comentários é que os participantes, no geral, tiveram realmente dificuldades para realizar a elaboração e não usaram o fórum para saneamento de dúvidas ou compartilhamento durante a semana. Isso se deve ao fato de que eles geralmente realizam suas atividades na véspera do envio. Todavia, realizaram pesquisa e compartilharam suas fontes também, mesmo que de forma simples e abreviada. O período de elaboração também variou entre 2 (duas) e 4 (quatro) horas entre eles, para realizar a tradução de um texto que possuía 1.284 palavras e cerca de 7 laudas (6.616 caracteres sem espaço), incluindo os que utilizaram tradução assistida e aqueles que acabaram por realizar a tradução de mais cláusulas, de mais conteúdo ou do contrato na íntegra, como explicaram posteriormente.

O *feedback* foi dado aos participantes, seguindo a mesma linha adotada para as atividades anteriores, pautando o que os participantes deveriam corrigir e observar em seus trabalhos e solicitando a eles que comparassem as suas com as elaborações dos colegas.

Seguem alguns comentários feitos pela professora-tutora com relação às atividades produzidas:

Olá, Letícia.

Sua elaboração também segue padrão bem aceitável. Todavia devo ainda salientar a necessidade de revisão ortográfica... essa é a parte mais sensível de nosso trabalho, não é mesmo?

Sugiro ainda, como fiz aos colegas, que verifique as questões comparando com o arquivo por mim enviado para cotejamento assim como comparação com as dos colegas para comentários.

Abraços e até o próximo!

Alessandra Harmel

Olá, Ana Márcia!

Que bom contar com sua colaboração aqui no fórum!

Vamos agora aos comentários: o contrato que é nossa peça da vez se trata de um Contrato de Licenciamento que não ficou especificado em sua elaboração. E a denominação das partes fica em: "Licenciante e Licenciado/a"

Interessantemente você decidiu por iniciar cada cláusula das definições por "Entenda-se". É um recurso; todavia, não muito utilizado.

Verifique que há ainda na tradução parte em inglês (vide 3.1 e 4)

Usamos taxa de licenciamento.

Sugiro que você faça um cotejamento a fim de comparar sua elaboração a dos colegas.

Abraços,

Alessandra Harmel

PS: You have caught up!

Olá, Denise.

E quanto tempo levou a tradução digo, em horas? É só para termos um comparativo...

Esta peça tem o título de Licenciamento e não licença... são termos diferentes.

De um modo geral sua elaboração também se mostra coerente. Como já dito anteriormente aos colegas, sugiro que revise fazendo cotejamento de outras sugestões.

Abraços e aguardo os comentários!

Alessandra Harmel

Olá, Levi.

Agradeço pelo compartilhamento das informações.

Sua dúvida realmente faz sentido: não é sociedade anônima e sim "de responsabilidade limitada". E esta peça se trata de um acordo de Licenciamento e não usamos aqui o termo Licença para sua denominação.

Sugiro que você igualmente faça o cotejamento com as sugestões dos outros colegas e com a que eu postei e produza seus comentários,

Abraços,

Alessandra Harmel

Olá, Danielle.

Sua elaboração ficou muito boa. Sugiro, todavia, que verifique um pequeno detalhe em: "Considerando", pois se considera Vipo Land como empresa (assim a denominou), a concordância deverá ficar no feminino também... no mesmo parágrafo, verifique a concordância verbal no plural. Ainda no tópico concordância, se você elegeu como "empresa" a concordância vai sempre para o feminino. Faça o cotejamento e comparação com as elaborações dos colegas e reveja esses itens.

Abraços,

Alessandra Harmel

Olá, Elaine.

Que bom que tenha utilizado o assistente. O tempo de exercício também adequado. A ideia é diminuir cada vez mais esse tempo.

Sugiro então agora que você visualize a tradução sugerida que foi enviada e faça suas considerações sobre o que você traduziu o que foi sugerido para discutirmos.

Abraços e bom trabalho!

Alessandra Harmel

Olá, Milleny.

Bom o tempo. Você utilizou alguma CAT para realizar a tradução? Seu tempo foi bem reduzido... se usou, qual?

Oriento então agora que você visualize a tradução sugerida que foi enviada e faça suas considerações sobre o que você traduziu o que foi sugerido para discutirmos por aqui.

Começando inclusive pelo tipo e nome do contrato.

Abraços e bom trabalho!

Alessandra Harmel

Além dos comentários sobre a produção dos participantes foi enviado a eles pelo Fórum de Discussão o arquivo contendo o trecho da peça, que já havia sido traduzida pela pesquisadora, com a seguinte solicitação:

Caros alunos,

Realmente tivemos outro bom trabalho realizado. Que satisfação!

Sugiro a todos que façam o cotejamento com as elaborações uns dos outros e proponho aqui a nossa sugestão de tradução produzida ao cliente. Trata-se de um Acordo de Licenciamento Exclusivo.

Façam seus comentários!

Abraços a todos,

Alessandra Harmel

Apesar de a solicitação ter sido feita e de o cotejamento ter sido realizado – o que será demonstrado nesta atividade da aula 5 (cinco) - não houve comentários postados. Será visto agora como foi a sequência dessa atividade com a proposta que é a segunda parte, ou seja, a continuação da elaboração da tradução do contrato, primeiramente com a postagem da professora com a proposta no primeiro quadro, e o que os participantes inferiram e demonstraram em suas publicações nos quadros seguintes. Novamente, aqui vão amostras das postagens e envios dos três grupos EAD nos três semestres do curso sequencialmente:

Caros alunos.

Como já anteriormente orientado na postagem da Aula 4, aqui vocês deverão postar a tradução que farão do mesmo contrato. Agora será iniciando da cláusula 6 até a cláusula até a cláusula 11.

Gostaria que nesta atividade vocês marcassem quanto tempo levaram para fazer as 7,2 laudas (1.235 palavras) que estão sendo propostas. Levem também em consideração que já possuem o conhecimento da comparação dos termos enviados a vocês no tópico da Atividade da Aula 4.

Excepcionalmente nesta semana, a postagem é até terça feira próximo, dia 8/11/2016, às

23:59 em virtude da Avaliação Integrada que será para vocês no dia 7/11 e para a qual vocês deverão estudar, não é mesmo?. Mas quanto às observações pedidas na atividade da aula 4, gostaria que fossem desenvolvidas no decorrer da semana...

Estou à disposição para perguntas e considerações, as always... e aos alunos que não postaram, aguardo seus envios até hoje...

Abraços e bom trabalho!

Alessandra Harmel

Interação do Grupo Piloto:

Rafaela:

Boa tarde Professora,

Já realizei a tradução da segunda parte. Levei 3 horas para realizar a tradução e mais 30 minutos de revisão. Considerando que muitas dúvidas em relação aos termos foram sanadas com a tradução que você nos enviou, a tradução se tornou mais rápida, e a repetição de certas estruturas também fez com que o trabalho fluísse um pouco mais.

Em anexo minha tradução.

Bom fim de semana

Att,

Rafaela

Vanessa:

Olá profª Alessandra, tudo bem?

Levei 2 horas para fazer a tradução.

Segue em anexo a tradução para avaliação e consulta dos colegas.

Bom fim de semana!

Atenciosamente,

Vanessa.

Lais:

Boa noite,

segue anexa minha tradução da cláusula 6 até 11.

Levei 2 horas e meia para realizar a tradução.

Ainda tive um pouco de dúvida em relação a colocação de algumas frases.

Bom fim de semana,

Laís

Patrick:

Boa tarde,

Segue em anexo o arquivo com todas as cláusulas até a 11 como foi pedida, eu realizei o arquivo em pequenas partes no decorrer da semana para poder realizar a tradução da última cláusula e revisar as demais.

Eu levei por volta de uma hora e meia para a tradução e trinta minutos para revisar sobre erros de concordância, gramática e pontuação.

Atenciosamente

Patrick

Robson:

Boa Tarde professora, eu me concentrei tanto na tradução que acabei traduzindo até a cláusula 16 e já estava terminado o Anexo A quando me dei conta da proposta. Desta vez a "montagem" do texto em Português foi facilitada devido à correção da primeira parte do Acordo, mesmo assim ainda encontrei dificuldades em certos termos. Realizei a tradução em duas etapas, que estão assinaladas com o horário em vermelho no texto, a primeira em 1 hora e 48 minutos e a segunda em 1 hora e 56 minutos, porém seguindo a proposta, creio que gastaria até 3 horas, somando-se a revisão textual, sem mais, obrigado pela oportunidade.

Interação do Grupo EAD II:

Bianca:

Professora e colegas do grupo, boa noite!

Segue minha proposta de tradução até a cláusula 11.

Utilizei o SmartCat, o WordReference e o ProZ.

Um bom feriado a todos.

Abraço.

Bianca

Estela:

Olá!

Demorei cerca de 1h para fazer a tradução; utilizei a ferramenta SmartCAT, o Google e o WordReference.

Bom feriado!

Lucas Henrique:

Boa tarde, Professora e aos demais do curso.

Segue anexa a minha proposta de tradução para esta aula.

Como havia traduzido até a Cláusula 8 antes, demorei cerca de 20 minutos para fazer a tradução até a Cláusula 11.

Um ótimo feriado a todos,

Abraços.

Stephany:

Boa tarde professora, como traduzi até a cláusula 8, levei cerca de meia hora para traduzir até a cláusula 11. Segue em anexo minha proposta de tradução. Abraços!

Milleny:

Olá, boa noite.

Segue o resto da minha tradução. Como já havia traduzido até a cláusula 9 anteriormente, demorei em torno de 40min para finalizar.

Nicole:

Boa Noite,

Segue minha tradução do contrato até a cláusula 11. Para minha tradução fiz uso do Oxford dictionary, Dicionário online de Português e a Lilt. Utilizei cerca de 5 horas para traduzir o contrato inteiro e utilizei 20 minutos para fazer as correções até a cláusula 11.

Nicole.

Mailson:

bom dia, professora!

Fiz a comparação com texto que você havia mandado e puder verificar os erros mais frequentes. Como já havia traduzido o texto todo, demorei cerca de 40 minutos para fazer a correção até a cláusula 11. Fiz a correção baseada no seu feedback anterior. Espero que tenha ficado melhor que a primeira parte.

abraços

Interação do Grupo EAD III:**Richard Wagner**

Boa tarde a todos!

Segue segunda parte anexa.

Realmente não tive problemas com a segunda parte. Visto que após traduzir a primeira parte, ficou mais fácil traduzir a segunda.

Parei poucas vezes para buscas em dicionários como Word Reference, Michaelis e Free Dictionary.

Levei cerca de 2 horas e meia nessa parte.

Abraços

Richard

Leticia:

Boa noite!

Segue a segunda parte da tradução.

Levei aproximadamente 2 horas e 30 minutos para concluir a tradução da peça, uma vez que muitos termos da primeira parte foram repetidos. Não realizei muitas consultas, pois não houve muitos termos novos, para essas consultas utilizei o site Free Dictionary e um site de sinônimos em português.

Levi:

Boa tarde, professora e colegas!

Fiz as alterações indicadas anteriormente, e o tempo gasto para a tradução também foi de três horas.

A continuação do texto está na quinta página do arquivo anexo.

Ana Márcia:

Alessandra,

Ficou mais fácil fazer a segunda parte, mas mesmo assim demorei cerca de 4 horas para concluir.

Até a próxima, boa noite,

Marcia.

Denise:

Boa noite a todos!!

Esta segunda parte foi mais tranquila. Levei mais ou menos 3 horas para completar, utilizando os sites > proz.com, wordreference e linguee.

Consegui corrigir também os erros de formatação da primeira parte.

Danielle:

Boa tarde, Professora Alessandra.

Muito obrigada pela oportunidade de poder fazer a postagem desta parte da peça.

Realmente houve uma facilitação ao traduzir o restante da peça por já estar mais familiarizada com a peça e por essa parte ser um pouco mais curta eu demorei aproximadamente 2 horas para realizá-la.

Abraços.

Denis:

Boa noite pessoal.

Segue minha proposta para esta aula.

Abraços.

Pelas informações publicadas, pode-se verificar que os participantes, no geral, melhoraram seu desempenho tanto no que se refere ao tempo de execução da tradução quanto no seu entendimento e apropriação. A sequência lhes pareceu lógica e, com isso, o trabalho foi facilitado. O intuito foi o de demonstrar que, quando se tem experiência em uma área de especialidade e a apropriação de seus termos, o trabalho flui melhor e seu rendimento aumenta. Isso também ficou demonstrado na terceira parte do contrato, quando os participantes já estavam mais capacitados quanto ao teor da peça e de seus termos e especificidades. Quanto à correção e feedback, o mesmo procedimento foi adotado de se fazer os apontamentos sobre o que havia sido produzido e solicitado que os participantes cotejassem as elaborações dos colegas assim como a sugestão de tradução da professora e fizessem a análise dos resultados. Esta solicitação foi tacitamente atendida, pelo retorno que houve sobre o que os participantes acertaram ou erraram, mas não houve publicação de suas impressões.

3.1.2 O Papel do Professor-Tutor na Modalidade EAD

Algo que deve ser salientado é que durante todas as etapas do processo de envio e de resposta aos participantes o discurso é pautado pela cordialidade, afabilidade, respeito e encorajamento. A professora-tutora procurou, em todos os momentos, deixar claro quão importante era a participação de todos para o desenvolvimento das atividades e para que se atingisse o objetivo de aprendizagem e aperfeiçoamento que foi inicialmente proposto. Procurou igualmente enfatizar e enaltecer os pontos positivos demonstrados e delicadamente apontar as falhas e erros de modo que as eventuais incorreções fossem vistas de modo natural e como parte da aprendizagem. Compreende-se que esta é uma das funções do professor na Educação e formação tanto na modalidade presencial quanto na modalidade à distância. As mensagens devem ser sempre claras, objetivas, precisas, mas pontuadas por respeito e por uma linguagem que aproxime o participante para que a distância não seja sentida como um empecilho para a aprendizagem e para que o participante sinta que poderá ter suas dúvidas dirimidas e suas propostas e soluções aceitas e bem colocadas para a comunidade.

Neste trecho a seguir, a proposta é a de se demonstrar como a participação no fórum pode ser proveitosa quando há motivação e também há incentivo e *feedback* por parte do instrutor. Dois dos participantes, no tópico da aula atividade 4 (quatro) que foi a primeira que versava sobre contratos, engajaram uma sequência de postagens que é um dos objetivos ideais da Educação à Distância: expor questionamentos e dúvidas assim como propor soluções e internalizar os conceitos e propostas pelo retorno dado em suas elaborações.

Bianca:

Em terça-feira, 25 de abril de 2017 23:19: 53 UTC-3, Bianca Scarparo Martins escreveu:

Professora, boa noite!

Levei muito tempo para traduzir as 5 primeiras páginas, já que estou acompanhando uma obra aqui em casa... O barulho atrapalha muito... Bem, utilizei a ferramenta SmartCat, o WordReference e o ProZ. Não sei se é relevante ou não, mas optei por ocultar o "significa, quer dizer/means" e no lugar coloquei dois pontos (:). Às vezes me atrapalho na tradução de hereof, hereby etc e muitas vezes voltei na tradução para corrigir pequenos enganos que eu estava cometendo. Enfim, gostei muito desta tarefa e anseio pelos comentários. Professora,

gostaria de saber se posso utilizar o material que estou traduzindo para fazer parte do meu portfólio, já que eu ainda não tenho. Quero selecionar cuidadosamente o que fará parte dele.

Uma boa noite!

Professora

Olá, Bianca.

De fato existem muitas repetições. Todavia, elas têm um propósito em contratos que é a de não causar nenhum tipo de ambiguidade na interpretação ou de dar brechas a se "envergar" a lei. Só que isso também pode ser relevado em formatação.

Os jargões, conectores e fraseologias também são de importância. Só que nos acostumamos com eles...

Reveja a questão de Gênero: veja quando se utiliza o masculino ou feminino para não causar essa inconsistência no corpo do texto. Em português, diferentemente do inglês, isso pode acontecer.

Oriento você a cotejar a sugestão de tradução enviada e então tecer seus comentários por aqui na análise do seu exercício e do que foi publicado.

Abraços e continuo à disposição.

Alessandra Harmel

Bianca

Em quarta-feira, 26 de abril de 2017 09:14: 48 UTC-3, Bianca Scarparo Martins escreveu:

Olá, professora! Muito bom dia!

Professora, ontem, quando enviei a minha tradução, não consegui fazer meus comentários porque já estava bem cansada... Espero que não seja tarde para fazê-los:

- "Vipo - As Aventuras do Cão Voador" é comercializado por livrarias, por isso mantive o mesmo título;
- Estava traduzindo "Term" por "Termo", mas não fazia sentido. Foi aí que vi num glossário que uma das traduções é "Vigência", o que coube no contexto.
- Achei que não cabia traduzir *recited* por recitado (a); optei por mencionado (a);
- Traduzi "Exhibit" por "Anexo" e quando deparei-me com "All exhibits and annexes" traduzi por "Todos os Apêndices e anexos". Devo uniformizar e utilizar apenas "Apêndice" no texto todo?
- Traduzi VLF (Valor Líquido Faturado) para NAI e LPP (Lista de Preços dos Produtos) para PPL;
- Fiquei na dúvida em "... and the Licensee hereby agree." Acho que minha solução ficou estranha "e o Licenciado desde já concorda.", para não ter de repetir o "neste ato";
- "Vipo Land on demand";
- Revisando com mais calma agora preciso corrigir "deverá fornecer Hologramas" por "deverão...";
- Fico confusa com os termos *hereinafter*, *hereof*, *thereof*, *hereby*, *therewith*, *thereto*. Estou precisando praticar mais para me familiarizar... rrs;
- Achei interessante as definições de *Contract/Agreement* no site do Migalhas: <http://www.migalhas.com.br/LawEnglish/74,MI68214,91041-A+diferenca+entre+contrato+contract+e+agreement>

Há algum dicionário que a senhora indica para a tradução desse tipo de texto, professora?

Quanto ao portfólio, a senhora tem alguma sugestão?

Um abraço!

Bianca

Professora

Cara Bianca.

Seus comentários são realmente muito pertinentes!

Quanto à sugestão de dicionários, o que uso impresso é o do Noronha. Faço minhas pesquisas mais com base nos dicionários e glossários online mesmo. Igualmente faço uso de corpus (outros instrumentos jurídicos) similares para ver como são construídos.

Os termos, em português, são até equivalentes... algumas vezes questão de estilo. No entanto, sempre presentes pelo caráter de estilística da área de especialidade.

Utilizamos "anexo" quando o documento não for de nossa autoria e "Apêndice" quando for. Termo realmente entra nos dois sentidos! Cuidado sempre...

Não se preocupe com as repetições. Elas ocorrem mesmo pelo motivo que lhe dei acima.

Sugiro aos colegas que também façam estes tipos de considerações em suas postagens, mormente nestas atividades que versam sobre o contrato!

Agradeço por sua contribuição e espero que as respostas possam continuar a preencher o conteúdo de forma satisfatória.

Abraços e continuo à disposição!

Alessandra Harmel

Mailson:

Em terça-feira, 25 de abril de 2017 22:51: 54 UTC-3, Mailson Gomes dos Santos escreveu:

Boa noite, professora!

Eu levei mais ou menos umas 5 horas para traduzir esse texto. Aqui estão algumas dúvidas que fiquei durante a tradução.

Fiquei na Dúvida se Traduziria o nome "VIPO-Adventures of the Flying Dog"

"Direitos Vipo" não sei se essa nomenclatura está correta em português

"NAI" (Valor Líquido Faturado) significa o valor faturado a todos os clientes do Licenciado.

Não sei se posso deixar essa parte dessa forma.

"Todas as exposições e anexos do presente Acordo fazem parte integrante do mesmo e deve ser lidas em conjunto" A palavra mesmo pode ser usado dessa forma? ela não sendo usada aí

como pronome?

a palavra "Term" me deixou confuso nesse texto. Não soube como traduzir.

Outra coisa que ficou confuso é se tem diferença entre "Acordo e Contrato". Eu posso usar os dois?

Professora

Olá, Mailson.

Agradeço por sua contribuição.

Vamos aos comentários sobre suas colocações:

Os nomes das empresas não são traduzidos a não ser que haja correspondência em português. Nos contratos geralmente não traduzimos por se tratarem de pessoas jurídicas e denominações e razões sociais específicas. No caso dos produtos, vale a mesma premissa. Aqui, se o nome do personagem já tem tradução/equivalência, pode ser traduzido sim, contanto que não interfira na razão social.

Verifique também o gênero utilizado para definição dos artigos (feminino ou masculino).

Direitos autorais seria mais específico. Ou ainda: marca registrada.

Pode usar sim a palavra "mesmo". Mas podemos ainda utilizar: "do presente acordo".

Lembre-se de que term pode ser "prazo"; depende de sua função no contexto.

Contrato é o nome do gênero; acordo é o que compõe o contrato. só que também dependerá de como é aplicado em português.

Lembre-se da revisão ortográfica: acentos e pontuação.

Oriento você a agora verificar a tradução sugerida e chegar às suas conclusões.

Continuemos a discussão!

Abraços e continuo à disposição!

Pela sequência aqui demonstrada, com os participantes fazendo uma narrativa suave sobre suas atividades e sobre como realizam suas tarefas, colocando suas dúvidas e suas dificuldades, assim como propondo as sugestões, torna-se visível a importância do papel da interação. Em tom de conversa amena, mas com o cuidado na articulação e exposição das

ideias, esses dois exemplos nos mostram as possibilidades de desenvolvimento. Pode-se notar isso quando a aluna Bianca diz que “se atrapalha com as traduções e que retoma a correção da tradução; também quando o participante Mailson expõe candidamente sua dúvida com relação à utilização de “Acordo e Contrato” que é uma questão terminológica bem recorrente na área jurídica. Com base nesses momentos pode-se analisar e verificar a importância do professor-tutor como o facilitador e intermediador do conhecimento. Vê-se de forma clara que o fato de a comunicação ser, na maioria das vezes, assíncrona, e a distância nem ser medida, a abertura para o diálogo deve ser constante e as informações devem ser enviadas de forma apropriada e em tempo hábil. Esse é um diferencial da Educação à Distância: ao aluno/participante é dada a oportunidade de ter suas dúvidas dirimidas e seus questionamentos respondidos antes do prazo de sua aula presencial. Significa também não ficar à mercê de eventualidades que poderiam prejudicar esse processo de atendimento às suas necessidades de informação e formação por questões de impossibilidade de presença – tanto dele mesmo quanto do professor – ou impossibilidades estratégicas de sala de aula, por exemplo. Diversas vezes, quando existe uma dúvida ou dificuldade, até que o aluno chegue em sala de aula para saná-la, podem ocorrer circunstâncias que inibam seu questionamento. Essas podem ir desde timidez ou mudança de ambiente ou de assunto em aula, até esquecimento do que gerou a dificuldade e o momento “passa”; porém, a dúvida fica. Na modalidade EAD esse momento pode ser gerido de modo mais dinâmico e otimizado, pois o aluno-participante tem a oportunidade de propor e enviar seus questionamentos e suas dúvidas no momento na qual elas surgem e a sua “comunidade” online terá a oportunidade de respondê-la mais prontamente.

3.1.3 Pesquisa de Opinião e *Feedback* dos Participantes dos Grupos EAD

Ao final das oito aulas de cada edição do curso, foram enviados formulários de pesquisa de opinião criados no assistente Formulários Google (Apêndices Y, Z, e AA) a todos os inscritos quer tivessem participado ou que não tivessem concluído o curso, com a finalidade de se obter a opinião dos participantes assim como os motivos pelos quais ocorreram as desistências.

A tabela a seguir mostra os números de inscritos nos grupos, o número que receberam certificados de participação e conclusão e o número de inscritos que responderam à pesquisa:

Curso	PILOTO	EAD II	EAD III
No. de Inscritos	11	11	13
No. de Concluintes	06	07	09
% de concluintes	54,4%	63,6	69,2
No. de respostas à pesquisa	06	08	09
% de retorno de opinião	54,4%	72,7	69,2

Tabela 4: No. de Inscritos e de Concluintes dos Grupos EAD Piloto, EAD II e III.

Na tabela a seguir, os resultados com as respostas à pesquisa de opinião e os percentuais por grupo:

Curso	PILOTO (6 de 11)	EAD II (7 de 11)	EAD III (9 de 13)
1. Participei do curso de Tradução Jurídica	Integralmente: 83,3% Parcialmente: 16,7%	Integralmente: 62,5 Parcialmente: 37,5	Integralmente: 100% Parcialmente: 0%
2. Se não participou desistência se deveu a:	Falta de Tempo: 16,7 Falta de Interesse: 0% Outros: 0%	Falta de Tempo: 25% Falta de Interesse: 12,5% Outros: 0%	Falta de Tempo: 33% Falta de Interesse: 0% Outros: 0%
3. O conteúdo satisfaz suas expectativas?	Sim: 83,3% Parcialmente: 16,7 Não: 0%	Sim: 100% Parcialmente: 0% Não: 0%	Sim: 88,9% Parcialmente: 11,1% Não: 0%
4. Número de encontros / atividades satisfaz suas expectativas	Sim: 100% Não: 0%	Sim: 100% Não: 0%	Sim: 100% Não: 0%
5. A modalidade contribuiu para o desenvolvimento proposto?	Sim: 100% Não: 0%	Sim: 100% Não: 0%	Sim: 100 % Não: 0%
6. Os recursos online atenderam as expectativas?	Sim: 100% Não: 0%	Sim: 100% Não: 0%	Sim: 100% Não: 0%

7. Participaria de outros cursos na modalidade?	Sim: 50%	Sim: 100%	Sim: 88,9%
	Talvez: 33,3%	Talvez: 0%	Talvez: 11,1%
	Não: 16,7%	Não: 0%	Não: 0%

Tabela 5: Resultado de Pesquisa de Opinião dos Grupos EAD.

No grupo Piloto foi registrado um percentual de desistência de 45%. No EAD II, o percentual foi de 36,4% e no EAD III foi de 31,8%. Vale aqui ressaltar que o percentual de desistência diminuiu na sequência dos cursos. Dos motivos relatados constam:

1. 3 respostas dadas pelos participantes, se justificando em sala de aula: “falta de tempo para realização das atividades concomitantes às da graduação no período do curso”;
2. 1 resposta à pesquisa: “não adequação ou insatisfação quanto ao conteúdo do curso”.
3. 1 evento: “trancamento de matrícula do aluno no curso de graduação por motivo de doença e internação”.

Na sequência à última pergunta do formulário de pesquisa, havia campo para acrescentar comentários ou sugestões. Não houve comentários no Grupo Piloto. No EAD II foram dadas 6 (seis) respostas/comentários, aqui reproduzidos:

Todos os trabalhos propostos trouxeram um valor significativo para mim, pude expandir meu vocabulário, conhecer como esses textos utilizados nas atividades são vistos em diferentes culturas e também aprimorar minhas técnicas de tradução. A leitura de textos que remetem ao tema também foi de extrema importância e acredito que possam ser acrescentados em outras atividades para auxiliar no aprendizado.

Foi uma ótima experiência poder participar deste curso. Creio que me proporcionou uma base maior sobre o tipo de texto e traduções utilizados na área Jurídica. Obrigada pela oportunidade e espero poder trabalhar com a senhora novamente.

Quero agradecer a professora Alessandra por sua dedicação aos alunos. Ela sempre responde de uma forma crítica muito positiva que faz com que sempre queremos aprender mais. Obrigado, professora!

Todo o conteúdo apresentado durante o curso foi bastante satisfatório, e as peças apresentadas cumpriram com o propósito de apresentar um pouco da tradução jurídica.

Professora, esse curso contribuiu muito para o meu desenvolvimento profissional e para o meu conhecimento. Diferenças como acordo e contrato; assentamento e registro foram esclarecidos. O estilo do texto jurídico, que é próprio, também ficou mais memorizado para mim. Gostei de todos os textos propostos e aprendi muito com cada um deles, pena que não consegui administrar meu tempo para realizar a última tarefa. Sugiro que a senhora inclua contratos empregatícios, nos quais são definidos salários, horas-extras, etc. Agradeço a oportunidade e caso a senhora ministrar outro curso, eu vou querer participar! rsrs Muito obrigada!

Obrigada pela oportunidade de participar do curso, professora. Contribuiu muito para o meu conhecimento e entendimento.

No EAD III houve 1 (uma) resposta/comentário:

O curso foi bastante satisfatório, atendeu as minhas expectativas, tive a oportunidade de trabalhar com documentos variados da área jurídica o que foi uma boa oportunidade de desenvolvimento na área.

Os resultados da pesquisa de opinião oferecida aos inscritos e participantes dos grupos mostram que houve uma evolução no número de concluintes do Grupo Piloto de 9,8% para o EAD II e de 14,8% para o EAD III. Para aqueles que a responderam, a modalidade satisfez praticamente em sua totalidade as expectativas, tanto no operacional com a ferramenta e os recursos, quanto em termos de conteúdo e desenvolvimento. As desistências ocorreram na sua maior parte devido à falta de tempo dos participantes. Em um dos casos somente, nos três grupos oferecidos, ela ocorreu devido ao desinteresse ou falta de motivação do participante com relação ao conteúdo oferecido. Não se tem dados das desistências que ocorreram antes de participação dos inscritos. Uma vez que eles tivessem realizado suas inscrições, foram adicionados aos grupos, mas não participaram de qualquer das atividades e nem ofereceram opinião no formulário a eles remetido.

3.2 Desenvolvimento do Curso com os Recursos Disponíveis na Modalidade Presencial

Para o desenvolvimento do curso na modalidade presencial, o grupo e a pesquisadora, conforme anteriormente relatado, tiveram como recursos:

1. Formação de um grupo do serviço Grupos do Google para envio das atividades, arquivos, abertura de Fórum de Discussão para estimular a interação dos participantes e para eventuais dúvidas e compartilhamentos. O serviço também disponibiliza o recurso de enviar a todos os participantes, simultaneamente, as mensagens postadas via email.
2. E-mail de todos os participantes pelo qual as atividades eram igualmente enviadas. Esses recursos online são já utilizados normalmente pelos alunos em suas atividades, e nos serviu para facilitar a comunicação além de fazer parte da proposta de sala de aula invertida que serve ao propósito de otimizar as atividades e desenvolvimento das metodologias ativas.
3. A sala de aula física, nas dependências da Instituição de Ensino Superior onde os participantes estudavam e a pesquisadora ministrava a disciplina do dia (as aulas eram às segundas-feiras). Após um breve intervalo em horário ao término de suas aulas na disciplina de graduação, os alunos se dirigiam à sala de aula que havia sido previamente selecionada pela pesquisadora, e se dava o início dos trabalhos que tinham duração de sessenta minutos. A sala de aula física contava com lousa, giz, tela para projeção e carteiras, que são o padrão da Instituição. A estrutura física também disponibiliza algumas tomadas (para fins de utilização de fontes de carga de dispositivos e aparelhos elétricos) e aparelho de ar condicionado. A professora levava seu notebook e seu *flashdrive* e fazia a reserva de aparelho de projeção *datashow*, também disponibilizado pela Instituição. Dessa forma, os arquivos dos textos, documentos e outras peças eram projetados para melhor visualização do grupo, assim como os arquivos com as sugestões de tradução para as tarefas propostas.

Ao chegarem em aula, os participantes assinavam uma lista de presença. Quanto às atividades, eram enviadas na semana anterior à aula de segunda-feira. Os participantes deveriam ter realizado a leitura dos textos teóricos, quando fossem solicitadas, e levar a atividade de tradução que tivessem realizado. Durante a aula, haveria discussão sobre a

leitura, quando tivesse sido proposta, a apresentação das traduções realizadas anteriormente com as sugestões das soluções tradutórias mais pertinentes, saneamento de dúvidas, e eventuais propostas de outras atividades.

As apresentações eram feitas individualmente e a todos os participantes era solicitado que mostrassem suas tarefas, que dessem suas sugestões, que discutissem sobre as escolhas feitas e apresentassem seus pontos de vista e seus achados, assim como também suas conclusões. O debate era sempre estimulado em sala de aula. Ao final, era apresentada uma sugestão de tradução feita pela professora/pesquisadora com os comentários e conclusões dos participantes. O arquivo com a sugestão era então enviado por email e postado no grupo para que os alunos os tivessem em seus arquivos pessoais como corpus de consultas futuras.

Para a aula seguinte, o ciclo se repetia: a atividade era enviada já na terça-feira subsequente à aula de segunda, para que os alunos tivessem uma semana para realizá-la. O processo se deu assim da primeira até a oitava semana de curso e na última aula as peças finais foram discutidas e eventuais correções foram feitas. Não houve um momento de avaliação formal, mas houve um momento de autoavaliação feita oralmente, com reflexão. Todavia, não foi pedido aos alunos que registrassem isso por escrito, pois havia a expectativa de que o fizessem na pesquisa de opinião, ao término do curso. Essa pesquisa de opinião foi enviada aos participantes do grupo via Formulários do Google, por e-mail, e foram respondidas online. Os resultados serão demonstrados em item mais adiante.

3.2.1 Observações Sobre o Desempenho e Desenvolvimento da Competência Tradutória na Modalidade Presencial

Conforme o que foi explanado no item anterior, o desenvolvimento do curso se deu em moldes mais tradicionalmente conhecido pelos alunos/participantes em suas aulas no curso de graduação. O percentual mínimo de presença/participação no curso era de 75%; porém, ausências ocorriam em todas as aulas, por motivos diversos. Por vezes, os participantes avisavam se faltariam; por vezes não. Quando isso ocorria, perguntavam sobre alguma dúvida em outra aula ou enviavam uma mensagem por email. Também pediam aos colegas para darem algum tipo de informação. Notou-se que, como os arquivos com sugestão de tradução eram enviados depois da aula ministrada, eles eventualmente faziam suas próprias correções e faziam comentários.

Quanto à verificação de produção, diferentemente do que ocorreu na modalidade EAD, como os participantes processavam suas traduções por vezes escritas à mão ou impressas, ou então na maioria das vezes em seus dispositivos móveis como celulares e *tablets*, não foi recolhido um acervo de suas elaborações. Em aula, a professora fez a solicitação de envio de arquivos utilizando-se o Fórum de Discussão, mas isso não ocorreu. A aula transcorria com a apresentação das elaborações dos que haviam executado as traduções e com as discussões e saneamento de dúvidas. Os participantes comparavam, no momento da aula, suas traduções e suas impressões oralmente e faziam algumas anotações. Durante o período de uma hora, a todos era dada a oportunidade de se pronunciar e oferecer seus achados. O recorrente foi, como em outras aulas presenciais, que alguns se pronunciavam mais do que outros, em momentos diferentes. A alguns era solicitado que participassem ao menos uma vez, pois como em turmas presenciais convencionais, existem perfis distintos e entre eles os daqueles que preferem se abster de comentários ou de participação oral mais ativa.

De qualquer forma, o que pode ser observado foi que as dúvidas sobre a elaboração e produção tradutórias se referem a tópicos sobre terminologia e adequações. Os erros e inconsistências foram, de forma similar, relacionados a questões de revisão, de ortografia e de sintaxe.

Para fins de análise de resultados, eventualmente uma pesquisa futura deveria contar com uma estratégia mais abrangente e convincente com relação ao envio das atividades pelos participantes. Talvez tirar fotos de suas produções ou então realizar em sala de aula uma atividade de produção de cunho avaliativo para se promover a oportunidade de colher material para demonstrar fisicamente na pesquisa. Ou ainda a possibilidade de se tornar obrigatória e condição para certificação o envio de pelo menos duas atividades via Fórum ou email. São possibilidades a serem ajustadas em próximas oportunidades. Provavelmente isso ocorreu devido ao fato de termos tido somente um grupo presencial a realizar o curso.

3.2.2 Pesquisa de Opinião e *Feedback* dos Participantes do Grupo Presencial

Ao final das oito aulas do curso, foi enviado formulário de pesquisa criado no assistente Formulários Google (Apêndice BB) a todos os inscritos quer tivessem participado ou que não tivessem concluído o curso, com a finalidade de se obter a opinião dos participantes assim como os motivos pelos quais ocorreram as desistências.

A tabela a seguir mostra os números de inscritos no curso, o número que receberam certificados de participação e conclusão e o número de inscritos que responderam à pesquisa:

Grupo	PRESENCIAL
No. de Inscritos	12
No. de Concluintes	11
% de concluintes	91,6%
No. de respostas à pesquisa	12
% de retorno de opinião	100%

Tabela 6: No. de Inscritos e Concluintes do Grupo Presencial.

Na tabela a seguir, os resultados com as respostas à pesquisa de opinião e os percentuais por curso:

Grupo	PRESENCIAL
1. Participei do curso de Tradução Jurídica	Integralmente: 83,3% Parcialmente: 16,7%
2. Se não participou desistência se deveu a	Falta de Tempo: 8,3% Falta de Interesse: 0% Outros: 0%
3. O conteúdo satisfaz suas expectativas?	Sim: 100% Parcialmente: 0% Não: 0%
4. Número de encontros / atividades satisfaz suas expectativas	Sim: 100% Não: 0%
5. A modalidade contribuiu para o desenvolvimento proposto	Sim: 100% Não: 0%
6. Os recursos online atenderam as expectativas?	Sim: 100% Não: 0%

7. Participaria de outros cursos na modalidade?	Sim: 91,7% Talvez: 8,3% Não: 0%
---	---------------------------------------

Tabela 7 – Resultado de Pesquisa de Opinião do Grupo Presencial.

Na sequência à última pergunta do formulário de pesquisa, havia campo para acrescentar comentários ou sugestões. No curso aplicado na modalidade presencial foram providos 2 (dois) comentários, aqui reproduzidos:

Quero apenas agradecer pelo aprendizado que tive. Sem dúvidas conseguirei agregar tudo o que aprendi nas aulas em minha rotina de trabalho e estudo.

As aulas foram muito dinâmicas e consegui aprender muito sobre essa modalidade.

3.3 Comparação entre as Pesquisas de Opinião das Modalidades EAD e Presencial

O que se notou na modalidade presencial é que, mesmo em sendo o número de participantes praticamente o mesmo do da modalidade de EAD no período de aplicação do curso nas duas modalidades simultaneamente, a interação e o falar sobre suas produções não se dá na mesma proporção. Na modalidade em EAD, todos os participantes postavam o que realizavam e a maioria publicava e compartilhava suas impressões. Na presencial, uma parte deles se absteve de comentar suas produções e simplesmente “concordava” com as produções dos colegas. Alguns ainda compareciam às aulas mesmo sem ter executado as tarefas; caso contrário, faltas seriam registradas inferindo na presença mínima de 75%. Essa é uma das diferenças que pode se considerada fundamental: na modalidade presencial, diferentemente da EAD, a presença no momento do encontro é a base para o desenvolvimento das atividades, para correção, cotejamento e *feedback* na íntegra. No caso de ausência, esse momento é perdido. Evidentemente, o conteúdo pode ser atualizado ou revisto e o cotejamento e autocorreção são processos continuados. Não obstante, o que foi dito, explicado, compartilhado e analisado no momento presencial não se repete. É um momento único. E o conteúdo que não tenha sido absorvido nesse momento virá posteriormente e já não depende tanto do preparo que foi, para essa finalidade, desenvolvido.

No que se refere à utilização de recursos, pode-se observar que assim como na modalidade EAD, os alunos participantes procuram utilizar ferramentas e pesquisar utilizando as referências e sugestões dadas. Notou-se também que alguns participantes imprimem os arquivos e realizam as traduções de forma manuscrita. Com a dinâmica desenvolvida em sala de aula não fica comprovada a verificação de que os participantes tenham feito uso dos recursos tecnológicos de pesquisa em glossários especializados ou corpora. Em verdade, o que se pode inferir é que eles eventualmente o fazem e como e se o demonstram em sala. Como não houve, no caso desta pesquisa especificamente, uma atividade avaliativa para se corroborar o resultado do aprendizado de maneira formal, pode-se tomar com base o que os participantes anunciaram na pesquisa: que o conteúdo satisfaz as expectativas assim como o desenvolvimento da modalidade atendeu o desenvolvimento proposto. Oportunamente, outra pesquisa com esse escopo pode mostrar mais e melhores índices.

A tabela a seguir mostra agora os números de inscritos em todos os cursos, o número dos que receberam certificados de participação e conclusão e o número de inscritos que

responderam à pesquisa, a fim de que possamos realizar uma comparação entre as duas modalidades:

Grupo	EAD Piloto	EAD II	EAD III	PRESENCIAL
No. de Inscritos	11	11	13	12
No. de Concluintes	06	07	09	11
% de concluintes	54,4%	63,6	69,2	91,6
No. de respostas à pesquisa	06	08	09	12
% de retorno de opinião	54,4%	72,7	69,2	12

Tabela 8: Comparação entre Inscritos e Concluintes nas modalidades. EAD e Presencial.

Na tabela a seguir, seguindo os critérios anteriores para módulo de comparação, os resultados com as respostas à pesquisa de opinião e os percentuais por grupo nas duas modalidades:

Grupo	EAD Piloto (6 de 11)	EAD II (7 de 11)	EAD III (9 de 13)	PRESENCIAL (12 de 12)
1. Participei do curso de Tradução Jurídica	Integralmente: 83,3% Parcialmente: 16,7%	Integralmente: 62,5 Parcialmente: 37,5	Integralmente: 100% Parcialmente: 0%	Integralmente: 83,3% Parcialmente: 16,7%
2. Se não participou desistências se deveu a	Falta de Tempo: 16,7 Falta de Interesse: 0% Outros: 0%	Falta de Tempo: 25% Falta de Interesse: 12,5% Outros: 0%	Falta de Tempo: 33% Falta de Interesse: 0% Outros: 0%	Falta de Tempo: 8,3% Falta de Interesse: 0% Outros: 0%

3. O conteúdo satisfaz suas expectativas?	Sim: 83,3% Parcialmente: 16,7 Não: 0%	Sim: 100% Parcialmente: 0% Não: 0%	Sim: 88,9% Parcialmente: 11,1% Não: 0%	Sim: 100% Parcialmente: 0% Não: 0%
4. Número de encontros / atividades satisfaz suas expectativas	Sim: 100% Não: 0%	Sim: 100% Não: 0%	Sim: 100% Não: 0%	Sim: 100% Não: 0%
5. A modalidade contribuiu para o desenvolvimento proposto	Sim: 100% Não: 0%	Sim: 100% Não: 0%	Sim: 100 % Não: 0%	Sim: 100% Não: 0%
6. Os recursos online atenderam as expectativas?	Sim: 100% Não: 0%	Sim: 100% Não: 0%	Sim: 100% Não: 0%	Sim: 100% Não: 0%
7. Participaria de outros cursos na modalidade?	Sim: 50% Talvez: 33,3% Não: 16,7%	Sim: 100% Talvez: 0% Não: 0%	Sim: 88,9% Talvez: 11,1% Não: 0%	Sim: 91,7% Talvez: 8,3% Não: 0%

Tabela 9: Comparação de pesquisa de opinião das modalidades EAD e Presencial.

O que se pode analisar dos dados expostos nessa comparação é que há o interesse em se participar de um curso de Tradução Jurídica. Verifica-se que o índice de inscrição e de participação no curso presencial é maior do que o do curso na modalidade EAD. Não obstante, deve-se levar em conta que, nos dois semestres e nos quatro horários nos quais foram oferecidos os cursos na modalidade presencial, ao mesmo número de *prospects* aos quais foi oferecido o curso EAD, somente uma turma se formou, no período da manhã, no primeiro semestre de 2017. Isso pode ser um indicador de que a modalidade presencial é atrativa, porém denota um limite de participação pelos motivos de tempo e de oportunidade. Alunos do período noturno, por exemplo, não puderam participar. No curso da modalidade à distância, tanto os alunos do período matutino quanto do noturno participaram.

Por falta de dados na pesquisa, não houve como avaliar o motivo pelo qual inscritos na modalidade EAD não chegaram a iniciar o curso. Eles não ofereceram seus formulários apesar do envio de da solicitação. Os alunos se inscreveram no curso EAD, que o iniciaram e

que não o concluíram, responderam que o motivo foi por falta de tempo. Nenhuma resposta foi coletada no sentido de não estarem satisfeitos com o conteúdo ou com a modalidade. Os dados mostram que em ambas as modalidades o índice de 90,7% de satisfação como conteúdo na EAD e de 100% na Presencial. A adequação dos recursos e as expectativas também foram alcançadas na sua totalidade, tanto na EAD quanto na presencial e o índice de satisfação também para participação futura foi interessante: uma média de intenção de participação certa de 79,3%, provável de 14,3 e somente de 16,7 de recusa de participação para a EAD. Para curso Presencial, um total de 91,7% de aceitabilidade e de 8,3 de probabilidade e não houve recusa.

Foram esses os dados colhidos durante o período de três semestres nos quais se ministrou o curso para os quatro grupos participantes. Espera-se ter com eles vislumbrado um panorama sobre os aspectos de sua aplicação nas duas modalidades e que o objetivo dos participantes tenha sido alcançado e os resultados tenham sido satisfatórios. Com isso pode-se almejar outras possibilidades. A possibilidade de coleta de mais dados relevantes quanto ao desempenho e desenvolvimento dos participantes, teria certamente tornado a pesquisa mais enriquecedora.

Considerações Finais

Em agosto de 2014 ocorreu o XI Congresso Brasileiro de Ensino Superior à Distância em Florianópolis, Santa Catarina. Na apresentação de Costa, Schaurich, Stefanan, Sales & Richter, todas elas professoras do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Santa Maria, discutiram sobre como os alunos percebem as diferentes características entre a Educação à Distância e a Educação Presencial. Em seu artigo, elas citam Gomes (2010):

No ensino presencial, o convívio entre as pessoas e a troca de experiências por meio de diálogo auxiliam no processo de ensino e podem fornecer a bagagem necessária para os desafios que serão enfrentados após a conclusão do curso. Contudo, paralelo a isso, no ensino a distância, o aluno tem a possibilidade de regradar o seu estudo e conciliar com sua condição de trabalho ou financeira, não tendo a necessidade de contato direto com outras pessoas diariamente, como no ensino presencial.

Apesar de a pesquisa ter enfoque no Ensino Superior, o que difere, em parte, do enfoque desta pesquisa que foi realizada com a proposta de um curso livre, elas apontaram um quadro deveras interessante desenvolvido por Aretio (Apud OLIVEIRA et al., 2004) sobre essas principais diferenças:

Presencial	À distância
1. Estudantes homogêneos em idade, em qualificação e em nível escolar.	1. Estudantes heterogêneos em idade, qualificação e nível de escolaridade.
2. Aprendizagem dependente, o aluno depende do professor e de uma estrutura curricular.	2. Aprendizagem independente que produz uma menor interação social e é o aluno que determina seu próprio currículo.
3. Somente um tipo de docente, basicamente um educador.	3. Vários tipos de docentes e estes são produtores de material.
4. Comunicação: uso limitado de meios e a comunicação é direta.	4. Comunicação: por ensino multimídia, sendo assim é diferenciada em espaço e tempo.
5. Nível universitário se torna menos democrático, mais elitista e seletivo.	5. Tendência deverá ser mais democrático, possibilitando maior acesso de estudantes por curso.

Tabela 10 – Comparação ensino presencial e à distância.

Percebe-se que ambas as modalidades têm suas vantagens e desvantagens e que a escolha por uma depende da necessidade e das preferências de cada aluno. Esta é uma das características que igualmente foram encontradas no perfil do público que participou do curso de Tradução Jurídica que foi a metodologia para esta pesquisa, ao considerar o quesito número 1 do quadro de Aretio. Eram todos basicamente alunos de Ensino Superior, cursando ou egressos, mas o perfil denotado pelo quadro foi majoritariamente o mesmo. Quanto à questão de número 2, o aluno/participante realmente, na modalidade à distância, determinava mais seu próprio currículo ao trazer e manifestar sugestões sobre outras possibilidades de realização das tarefas propostas, compartilhando as informações com os colegas de forma mais otimizada e abrangente. Ademais, suas postagens permaneciam disponíveis para acesso a qualquer tempo pelos outros colegas, efetivando assim uma interação. Quando da turma presencial, que foi a de controle para comparação, apesar de as tarefas terem sido enviadas pela ministrante por correio eletrônico e haver a disponibilização de um fórum, os participantes não fizeram uso dele e seus comentários ficaram restritos ao ambiente de sala de aula. Eles verbalizavam e compartilhavam, eventualmente, o que faziam e como o faziam, mas alguns não se manifestavam como os que participaram no ambiente online. Outro fator interessante é que algumas vezes os alunos da modalidade presencial não logravam executar ou elaborar as tarefas na sua totalidade no prazo estipulado de uma semana, que era o prazo igualmente estipulado aos participantes da modalidade EAD.

No quesito de número 3, no caso desta pesquisa, a produção de material ficou a cargo somente da docente pesquisadora e não de outros. Todavia, os materiais e os conteúdos utilizados foram sugeridos por outros docentes e especialistas e também foram utilizados nas aulas presenciais.

O quesito número quatro, no caso desta pesquisa, também se comprova, pois os alunos na modalidade EAD faziam uso dos meios de comunicação de forma ativa, diferentemente dos alunos da modalidade presencial que, apesar de terem acesso via e-mail e fórum de grupo formado, se comunicavam somente nas aulas, como descrito, de forma direta, tanto com a docente quanto com os colegas. Não houve relatos de compartilhamento de informações para a realização das atividades propostas, o que na modalidade à distância ficou registrado em todos os acessos e participações de fórum e troca de mensagens por correio eletrônico, tanto do grupo formado quanto, eventualmente, entre os participantes e a docente. E essas comunicações eram feitas igualmente para dirimir dúvidas operacionais e de acesso, assim como as advindas do conteúdo programático e das atividades.

O quesito número 5 traz um dado interessado em nível de análise: no caso da presente pesquisa, trata-se de um curso livre, que foi ministrado a um público que se compunha de alunos graduandos ou já graduados, que estão envolvidos com a área de tradução e tinham interesse na área de especialidade jurídica. Os alunos participantes advinham todos da mesma instituição. Não houve como denotar a questão de elitismo, mas, seguramente, a questão da possibilidade de maior acesso foi verificada. O curso foi oferecido e ministrado na modalidade à distância por três semestres consecutivos. O curso na modalidade presencial foi oferecido por dois semestres consecutivos, porém, ministrado somente em um semestre por falta de inscrições. Todos os alunos a quem foi oferecido preferiram a modalidade EAD no segundo semestre de oferta.

De acordo com Vianney (2006, p. 170), estudioso da Educação à Distância da Universidade Federal de Santa Catarina, a EAD é uma modalidade que propicia a facilitação dos estudos pelo fato de ser “flexível na liberdade de horário” tendo como característica a “comodidade e rapidez, o que torna o acesso facilitado”. Não obstante, exige que o aluno seja mais dedicado e mais proativo que o aluno presencial. Estudos realizados em metanálise por solicitação do Departamento de Educação dos Estados Unidos em 2010 (MEANS ET AL, 2010, p. xiv) identificaram, por uma pesquisa sistemática entre 1996 e 2008, que em média os alunos em condições de trabalho online demonstraram desempenho modestamente superior, comparados aos que cursaram em modalidade presencial. No Brasil, André Santos (2013) da Universidade Federal do Tocantins, em resultado de pesquisa com desempenho de alunos em curso de Educação Ambiental, obteve um resultado de avaliação dos alunos que todos “puderam se capacitar na temática” e que, além disso, tornaram-se “disseminadores da sensibilização da problemática ambiental despertando assim o interesse de seus alunos na preservação e manutenção do meio ambiente local” (p. 420).

Nesta pesquisa, temos nos participantes dos grupos exemplos de como a modalidade serve ao propósito de promover o aperfeiçoamento aos interessados por sua característica de autonomia, flexibilidade de horário para participação e oportunidade de interação e de aprendizagem. Falamos aqui da participante que residia em outro município e do participante que não pode continuar com o grupo piloto por motivo de doença. Esses dados podem demonstrar, de forma oportuna, a perspectiva de se comprovar duas das hipóteses da pesquisa: a necessidade daqueles que não possuem cursos em áreas de especialidade em suas regiões e a do aluno desistente na versão anterior ter retornado na versão seguinte. Esses dois casos

poderiam corroborar a justificativa de a eles oferecer o curso em EAD e isso pode nos levar a inferir que a modalidade é atrativa e pode satisfazer as necessidades dos interessados.

Pelos percentuais de resposta colhidos na Pesquisa de Opinião, também ficou estabelecido que a modalidade foi bem aceita e que contribuiu para o desenvolvimento proposto em sua totalidade. Pelo *feedback* dado pelos participantes nas respostas discursivas, pode-se verificar que os gêneros textuais oferecidos, assim como as leituras e postagens auxiliaram os participantes na introdução à esfera da tradução jurídica. Pode-se inferir também que os participantes exercem certa autonomia uma vez que expuseram suas opiniões e ainda ofereceram sugestões, de acordo com o proposto.

O procedimento que de fato ocorreu nas aulas, tanto no Piloto quanto nos outros dois cursos dados, foi o de interação mais com a professora do que entre eles. De qualquer modo, pode-se perceber pelos comentários que os participantes em diversos momentos, por meio de seus comentários e reflexões, conseguiram chegar a conclusões interessantes como, por exemplo, quando relatavam suas experiências com ferramentas de tradução, como utilização de corpus ou com as comparações encontradas com relação a termos e colocações. A interação com a ministrante do curso se deu de maneira satisfatória. A cada edição dada no respectivo semestre, alguns itens foram refletidos e procurou-se melhorar o desempenho tanto na avaliação do conteúdo quanto na forma de fornecer o *feedback*. Com a experiência adquirida a partir do Piloto, algumas questões ficaram mais claras de como, por exemplo, na modalidade EAD, o que esperar dos participantes em termos de produção, quais eram os problemas e dificuldades mais frequentes e como orientá-los com relação a isso. No curso presencial, esperava-se que em um segundo grupo algumas questões pudessem ser dirimidas mais satisfatoriamente como, por exemplo, ter amostras físicas das produções das atividades de tradução dos participantes para uma verificação mais apurada e objetiva. Para uma próxima oportunidade já se poderia pensar em realizar essas atividades no curso presencial com outro tipo de estímulo ou de condição de participação que poderia até justificar sua certificação, por exemplo. Uma sugestão muito interessante foi dada por umas das próprias participantes com relação a “portfólio”. Eventualmente isso agregaria valor tanto ao curso quanto ao currículo dos participantes.

O que a tecnologia nos proporciona hoje, de acordo com Morán (2015) é a integração entre o ensinar e o aprender de forma “simbiótica, profunda, constante entre o que chamamos de mundo físico e mundo digital”. Nessa relação tanto o professor quanto o aluno, mesmo estando em espaços diferentes, deverão estar ligados por meio das tecnologias de

comunicação a seu serviço e para se desenvolvimento. E este é o preceito que norteou a finalidade desta pesquisa.

Da experiência da pesquisadora com relação a esta experiência, ficou que a necessidade de planejamento, tendo o objetivo como fonte geradora e a metodologia como meio de atingi-lo, é questão fundamental para o desenvolvimento satisfatório do curso. Saber o que o público alvo espera e fornecer conteúdo em atividades que promovam a reflexão e a prática de acordo com essa expectativa poderá levar à boa aceitação e ao desenvolvimento da competência tradutória na área de especialidade proposta: quer seja em um curso mais aprofundado e especializado, quer seja em um curso mais introdutório ou de aperfeiçoamento como este que foi proposto. E o trabalho do ministrante é fundamental em todas as fases: na idealização do projeto, em seu desenvolvimento, na escolha efetiva dos meios, no acolhimento dos participantes, na proatividade e no compromisso em enviar as atividades e dar retorno delas aos participantes nos prazos estipulados e de forma generosa e amigável, com respeito e etiqueta, uma vez ser o mediador tanto do conhecimento quanto da interação dos participantes. O ministrante é o exemplo a ser seguido; propõe a linha norteadora; orienta e sana dúvidas. Assim, pode-se instar que o sucesso de um curso, tanto na modalidade EAD quanto presencial, está ligado ao incentivo e à conduta do ministrante, assim como à ação dos participantes.

Referências Bibliográficas:

ALCINA, A. Translation Technologies: Scope, tools and Resources. In: **Target** 20:1, John Benjamin Publishing, 2008, pp. 80-103.

AUBERT, F. Dilemas da Literalidade na Tradução Juramentada. **Unicamp - Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 2, n. 44, jul./dez. 2005. Semestral, pp. 247-263.

_____. Modalidades de Tradução: Teoria e Resultados. **Trad Term**, v5 (1), pp. 99-128, São Paulo, 1998.

_____. Tipologia e Procedimentos da Tradução Juramentada (1998) In: **Cadernos de Terminologia** nº 05, 2012, pp. 05-22.

_____. Tradução Técnico-Científica e Terminologia: um ensaio exploratório de uma via de mão dupla (1998). In **TradTerm** 7, 2001, pp 41-52. Disponível em: <<http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/tla/article/view/1972/1548>>. Último acesso em 10/07/2018.

BAKER, M. Corpora in Translation Studies: an overview and some suggestions for future research. In: **Target**, (7(2), Manchester, 1995. pp. 223-243.

BHATIA, V. K. Translating Legal Genres. In: TROSBORG, Anna. **Text Tipology and Translation**. The Aarhus School of Business, v. 26, Filadélfia, 1997, pp. 202-214.

BRENNER, F. Et al. Revisão Sistemática da Educação à Distância: Um Estudo de Caso da EAD no Brasil. In: **ESUD 2014 – Anais do XI Congresso de Ensino Superior à Distância**, Santa Catarina, 2014. Disponível em: - <http://esud2014.nute.ufsc.br/anais-esud2014/files/pdf/128187.pdf> Último acesso em 15/04/2018.

CAIS, F. O escopo educativo do processo e a linguagem dos juízes: bacharelismo versus instrumentalidade. In: **Revista de Processo** 117, 2004, pp. 340-364.

CAMARGO, Diva C. “Tradução e Tipologia Textual”. In: **Tradução e comunicação**. São Paulo, v. 16, pp. 46-52, 2007.

CARVALHO, L. Tradução Jurídica e Choque Cultural. Apresentação V Congresso ABRATES, 2014. Disponível em: http://www.tradjuris.com.br/media/files/ABRATES_Culture_Clashes_Ingles_Juridico_Luciana.pdf Último acesso em 30/04/2017.

CERVO, BERVIAN e DA SILVA, in: A definição de metodologia de Pesquisa, Banco de Teses da USP, p. 121 disponível em: file:///D:/Downloads/oriferc_Tese_Vers_apos_qualificacao_cap_IV.pdf Último acesso em 30/12/2018.

CHAFFEY, P. Language, Law and Reality. In: **Zofia Rybinska: On the Practice of Legal and Specialized Translation**, Varsóvia, 1997, pp. 69-83.

CHESTERMAN, A. Teaching Strategies for Emancipatory Translation. In: **Developing Translation Competence**, Benjamin Translation Library 38, 2000, pp. 77-88.

COSTA, V.M.F. et al. Educação à Distância X Educação Presencial: Como os alunos percebem as diferentes características. In: **ESUD 2014 – Anais do XI Congresso de Ensino Superior à Distância**, Santa Catarina, 2014, pp. 2088-2102. Disponível em: - <http://esud2014.nute.ufsc.br/anais-esud2014/files/pdf/126878.pdf> Último acesso em 15/04/2018.

FRADE, C. Legal Translation in Brazil: an Entextualization Approach. In: **Int. J. Semiot Law**, 2014, pp. 01-18. Disponível em: <https://slideheaven.com/legal-translation-in-brazil-an-entextualization-approach.html> Último acesso em 13/07/2018.

FREIGANG, Karl-Heinz (ed.). Translation Technology in Translation Classes. Iasi: Institutul European, 2008, pp. 12-27. Disponível em: http://usuaris.tinet.cat/apym/online/training/2007_tm_talk_to_me.pdf Último acesso em 10/07/2018.

GALÁN-MAÑAS, A. La Enseñanza de la Traducción en la Modalidad Semipresencial. In: **Departamento de Tradução e Interpretação da Universidade Autônoma de Barcelona, Volume 1**, 2009. Disponível em: <http://www.tdx.cat/bitstream/handle/10803/5275/aha1de2.pdf> Último acesso em 1/5/2017.

HALLIDAY, M. A. K. **Towards a theory of good translation in Exploring Translation and Multilingual Text production: Beyond Content**. Berlin, 2001, pp. 13-18.

HARMEL, A. C. G. **Inglês Jurídico em EAD: Público alvo, desenvolvimento e práticas**. pp. 3-15. São Paulo, 2012. Disponível em: http://www.researchgate.net/publication/281181337_INGLS_JURDICO_EM_EAD_PBLICO_ALVO_DESENVOLVIMENTO_E_PRTICAS Último acesso em 25/10/2017.

HURTADO ALBIR, A. **Enseñar a Traducir. Metodología en la formación de traductores e intérpretes. Teoría y fichas prácticas**, Edelsa, Madrid, 1999, pp. 10-41. Disponível em <https://pt.scribd.com/doc/307255450/Ensenar-a-Traducir-Amparo-Hurtado> Último acesso em 13/07/2018.

KNOWLES, M. S. **The adult learner: A neglected species**. Houston, TX: Gulf Publishing Co. (1973) pp. 45-49, 112-123. Disponível em <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED084368.pdf> Último acesso em 10/06/2018.

KNOWLES, M.S. **Andragogy in Action: applying modern principles of adult learning**, 1a. edição, Jossey-Bass, São Francisco, California, pp. xvi & 444, 1984.

LAVIOSA, S. **Corpus-based translation studies: theory, findings, applications**. Amsterdam - Nova York, 2002. pp. 1-8, 21-23, 26-27, 29-31, 33-34, 36-38. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=-oyl8CAIQisC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false Último acesso em 25/10/2017.

LITTO, F. e FORMIGA, M. (orgs.) **Educação à distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

MACHADO, G. J.C. (org) **Educação e Ciberespaço: estudos, propostas e desafios**. Editora Virtus, Aracaju, 2010. Disponível em: <http://www.fe.unb.br/catedraunescoead/areas/menu/publicacoes/livros-de-interesse-na-area-de-tics-na-educacao/educacao-e-ciberespaco-estudos-propostas-e-desafios> Último acesso em 25/10/2015.

MAGALHÃES, C. Estratégias de análise macrotextual: gênero, texto e contexto. In: Pagano, Adriana. **Traduzir com autonomia: estratégias para o tradutor em formação**. São Paulo: Contexto, 2000. 71-86.

MEANS, B. et al. (Prepared by). Evaluation of evidence-based practices in online learning: a meta-analysis and review of online learning studies. **Washington, D.C.: U.S. Department of Education, Office of Planning, Evaluation, and Policy Development; Center for Technology in Learning**, 2009 (revised September 2010), p. 14. Disponível em: <http://www2.ed.gov/rschstat/eval/tech/evidence-based-practices/finalreport.pdf>. Último acesso em 12/07/ 2018.

MENDES, M. et al. Andragogia, métodos e didática do ensino superior: novo lidar com o aprendizado do adulto em EAD. In: **Revista Eletrônica Gestão e Saúde**, São Luís, 2012, pp. 1366-1377. Disponível em: <file:///C:/Users/Alessandra/Downloads/Dialnet-AndragogiaMetodosEDidaticaDoEnsinoSuperiorNovoLida-5556528.pdf> Último acesso em 13/07/2018.

MORAN, J. M. **O ensino superior a distância no Brasil**. **Educação & Linguagem**, v. 12, n. 19, pp. 17-35, jan.-jun. 2009. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/view/811> Último acesso em 13/07/2018.

_____. **Metodologias ativas para realizar transformações progressivas e profundas no currículo**. 2016. Disponível em: Link: <http://www2.eca.usp.br/moran/?news=metodologias-ativas-para-realizar-transformacoesprogressivas-e-profundas-no-curriculo> Último acesso em: 04/05/2017.

_____. Mudando a Educação com metodologias ativas. In: **Coleção Mídias Contemporâneas. Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens**. Vol. II Carlos Alberto de Souza e Ofelia Elisa Torres Morales (orgs.). PG: Foca Foto-PROEX/UEPG, 2015, pp. 15-33. Disponível em http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/mudando_moran.pdf Último acesso em 10/07/2018.

MORÁN, J.M., YAEHASHI, S. et al. **Novas Tecnologias Digitais: Reflexões**

sobre mediação, aprendizagem e desenvolvimento. Curitiba: CRV, 2017, pp. 23-35. Disponível em http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2018/03/Metodologias_Ativas.pdf Último acesso em 25/06/2018.

NEWMARK, P. No global Communication without translation. In: **Translation today: Trends and perspectives**. Anderman, G. and Rogers, M. Inglaterra, 2003, pp. 55-67.

ORTH, M. A. As políticas educacionais à distância em uma sociedade globalizada. In: **Revista Educação em Questão**, Natal, V. 37, n. 23, pp. 76-98, jan-dez. 2010. Disponível em <http://www.revistaeduquestao.educ.ufrn.br/pdfs/v37n23.pdf> Acesso em 14 Fev 2018.

PRESAS, M. Bilingual Competence and Translation Competence. In: **Developing Translation Competence**, Benjamin Translation Library 38, 2000, pp. 19-31.

PYM, A. Redefining translation competence in an electronic age. In: **Defence of a Minimalist Approach**. Meta, v. 48 (4), pp. 482-496, 2003. Disponível em: http://www.tinet.cat/~apym/on-line/training/Pym_competence_meta.pdf Último acesso em 25/06/2018.

_____. Training translators. In: MALMKJAER, Kirsten; EINDEL, Kevine (eds). **The Oxford Handbook of Translation Studies**. Oxford: Oxford University Press, 2011, pp. 475-489.

_____. Translation skill-sets in a machine translation-age. **Intercultural Studies Group**, Terragona, Versão 1.2, 2012. Disponível em: http://usuaris.tinet.cat/apym/on-line/training/2012_competence_pym.pdf Último acesso em 25/06/2018.

_____. Aspects of Translation Education. **Intercultural Studies Group**, Terragona, 2012. Disponível em: http://usuaris.tinet.cat/apym/on-line/training/2010_interview_china.pdf Último acesso em 25/10/2015. Último acesso em 25/06/2018.

_____. Translator Training. **Intercultural Studies Group**, Terragona, 2009. Disponível em: http://usuaris.tinet.cat/apym/on-line/training/2009_translator_training.pdf Último acesso em 25/06/2018.

_____. Training translators – ten recurrent naiveties. **Intercultural Studies Group, Terragona**, 2006. Disponível em http://usuaris.tinet.cat/apym/on-line/training/10_naivetes.pdf Último acesso em 25/06/2018.

_____. El aprendizaje virtual y la formación de traductores. **Intercultural Studies Group**, Terragona, 2002. Disponível em: <http://usuaris.tinet.cat/apym/on-line/training/lisboa2000.pdf> Último acesso em 25/06/2018.

REICHMANN, T. Equivalências Funcionais na Tradução Juramentada 1, 2 e 3”. In: **Cadernos de Terminologia n. 05**, 2012, pp. 44-54. Disponível em: <http://citrat.fflch.usp.br/sites/citrat.fflch.usp.br/files/u10/Cadernos%2005%20arquivo%20C3%BAnico.pdf> Último acesso em 10/07/2018.

RODRÍGUES, R. E. C. La traducción colaborativa activista contemporânea em Canadá y em Brasil: comunidades de traducción 1.0 y 2.0 en evolución. In: **Tradução em Revista**, v. 18, 2015. Disponível em: <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/24852/24852.PDFXXvmi=qZsptkwO9V4lMDgxtbuiwgGVTNdvgtgPUgilKDSAMOF9CjpANB578mN5gCjN6AD2QWnCBgdo6SxIcZj1Bp8KMWP4z9RFKuICs6e4nrtul2ez2xADxJnLGePfnHV8dELGL0L9sfEOiSokrZZqImcpB2F0JC9WhUE3UpdoGRe0LDkeDkFIHRMjTrkE5tCmohqkHEJowxoiCKwf5cCN5o80RsEWWHkmzLHhqrGxq6g3QOiW2UL8jT8bnN9l6tIFgqxHS> Último acesso em 25/10/2015.

SANTIAGO, M.S. O léxico da Educação à Distância: parâmetros para o reconhecimento terminológico de uma área em desenvolvimento. Domínios de Linguagem. In: **Revista Eletrônica de Linguística**, volume 5, no. 2, 2011, Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/13680/8168>. Último acesso em 14/02/2018.

SANTOS, A. F. Avaliação de Alunos no Curso de Educação Ambiental na modalidade à Distância. In: **V Seminário Internacional de Educação à Distância, CAED -UFMG**, 2013, pp. 415-421 Disponível em: https://www.ufmg.br/ead/seminario/anais/pdf/Eixo_3.pdf Último acesso em 12/07/2018

SANTOS, P. K. Inclusão Digital de Professores: uma proposta de construção de trajetórias personalizáveis em cursos na modalidade à distância. 2012. 101f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://meriva.pucrs.br/dspace/handle/10923/2886> Último acesso em 13/07/2018.

_____. **A evasão na EAD: investigando causas, propondo estratégias**. Porto Alegre, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/313025207_A_EVASAO_NA_EAD_INVESTIGANDO_CAUSAS_PROPONDO ESTRATEGIAS Último acesso em 14/02/2018.

SARCEVIC, S. Tradução Jurídica. In: **SARCEVIC New Approach To Legal Translation**. Kluwer Law International. The Hague, 1997. Parte 5.13, p. 153-166.

SCHLÜZEN JR, K. Educação à Distância no Brasil: Caminhos, Políticas e Perspectivas. In: **ETD – Educação Temática Digital**, v. 10, n. 2. Campinas, pp. 16-36, jun 2009. Acesso em 14/02/2018.

SIMÃO NETO, A. Planejando EAD: uma tipologia das formas de educação à distância com base nos meios utilizados e no grau de interação entre os agentes. Colabora. In: **Revista Digital da CVA**, Curitiba, v.1, n. 4, p. 51-68, mai. 2002. Disponível em: <http://pead.ucpel.tche.br/revistas/index.php/colabora/article/viewFile/33/31> Acesso em 14/02/2018.

TAGNIN, E. E. O. **A Linguística de Corpus e o tradutor: uma relação de futuro. Parte I**, São Paulo: Edusp/CIATI, 2004.

VIANNEY, J. As representações sociais da educação à distância: uma investigação junto a alunos do ensino superior à distância e a alunos do ensino superior presencial. Florianópolis, 2006. 329 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2006, pp 170-180. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/thesis/view/311>. Último acesso em 13/07/2018.

ZAVAGLIA, A. Aspectos Culturais da Tradução Juramentada. In: **Cadernos de Terminologia** n. 05, 2012, pp. 54-83 Disponível em: <http://citrat.fflch.usp.br/sites/citrat.fflch.usp.br/files/u10/Cadernos%2005%20arquivo%20C3%BA%20nico.pdf> Último acesso em 10/07/2018.

Outros Recursos:

_____. Decreto Lei No. 9.057 de 25 de Maio de 2017. Diário Oficial da União, No. 100, 26 de Maio de 2017. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=65251-decreto9057-pdf&category_slug=maio-2017-pdf&Itemid=30192 Acesso em 14 Fev 2018.

E-ducação no Século XXI. Disponível em: <http://assessoriaticeducacionais.blogspot.com.br/2013/07/legislacao-sobre-cursos-livres.html?view=classic> Último acesso em 23/04/2017.

FGV ONLINE, <http://www5.fgv.br/fgvonline/> Último acesso em 23/04/2017.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. Disponível em:

<http://www.educacao.sp.gov.br/faq/faq.asp?pesq=1&intCodassun=1014&intClass=33&intAgrup=33> Último acesso em 14/02/2018.

GUIDE TO TRANSLATION OF LEGAL MATERIALS, NSCS National Center for State Courts. 2011. Disponível em <http://ncsc.contentdm.oclc.org/cdm/ref/collection/accessfair/id/232> Último acesso em 25/10/2015.

HARVARD EXTENSION SCHOOL. Cursos Oferecidos online.

<http://www.extension.harvard.edu/distance-education/online-course-offerings> Último acesso em 23/04/2017.

MAXWELL, PUC- RIO, Capítulo 3, Metodologia, Certificação Digital no. 0410700/CA, p. 48. Disponível em <file:///D:/BACKUP%20F/Backup%201952/Documents/1%20USP%20Mestrado/Projeto%20de%20Mestrado/Disserta%C3%A7%C3%A3o/Defini%C3%A7%C3%A3o%20de%20metodologia%20de%20pesquisa%20maxwell%20puc-rio.PDF>

_____. 1 De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023.

APÊNDICE A – Plano de Ensino da IES para o 1º. Semestre de 2017.

PLANO DE ENSINO

CÓDIGO DO CURSO	CURSO			
005	LETRAS			
CÓDIGO DA HABILITAÇÃO	HABILITAÇÃO			
001	Tradutor e Intérprete			
CÓDIGO DA DISCIPLINA	DISCIPLINA	SEM	CH	ANO
48011	Prática de Interpretação Consecutiva	6º.	80	2017/1
DOCENTE	Alessandra Cani Gonzalez Harmel			
EMENTA				
Introdução à teoria da interpretação e à prática de interpretação consecutiva. Formação Cultural e Linguística do Intérprete. Prática de Interpretação consecutiva nos dois sentidos: Inglês-Português e Português-Inglês. A preparação do intérprete antes de eventos de interpretação. Preparação e uso de glossários. Prática da interpretação com anotação.				
OBJETIVOS				
Dar formação ao profissional quanto à área de Interpretação de eventos no que tange ao cultural, linguístico e ético. Desenvolver a prática de apresentação pública, anotação e síntese para eventos.				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
Em princípio, os alunos lerão textos sobre a Interpretação com base e fundamentos históricos, bases culturais e de prática. Também lerão textos sobre as questões éticas e comportamentais do intérprete como profissional. Terão prática em sala de aula com atividades e estratégias que desenvolvam a memória, a tomada de nota, a síntese e a produção primeiramente no sentido inglês-português e eventualmente, no sentido português inglês.				

METODOLOGIA
Os alunos participantes escutarão textos e mensagens tanto faladas pelo professor quanto pelos próprios colegas, assim como de áudios gravados a fim de praticar tomada de notas e posteriormente efetuarem a interpretação. Sua base será em vídeos demonstrativos da prática por profissionais com estratégias para seu desenvolvimento. Terão também como conteúdo avaliativo a função de preparar, em duplas ou em trios, um evento de interpretação no qual deverão utilizar as estratégias praticadas e desenvolvidas no decorrer do curso.
AVALIAÇÃO
<p>Avaliação regimental do semestre composta por: prova da disciplina (até 7,0)</p> <p>Avaliação Continuada (Até 3,0) que consiste em:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Avaliação continuada Integrada com valor até 1,0 (um) ponto; b) Avaliação compartilhada com a disciplina de Língua Inglesa com valor até 0.5 (meio) ponto. O valor da nota em cada disciplina será de acordo com a discricionariedade de cada professor. c) Atividade de preparação e apresentação de um evento de interpretação feito em duplas ou em trios em datas especificadas durante o semestre e as notas dos integrantes serão atribuídas individualmente por sua participação tanto na elaboração do evento de acordo com as AEC's quanto em seu desempenho durante o evento. Valor da nota: até 1,5 (um ponto e meio).
ATIVIDADE COMPLEMENTAR
<ul style="list-style-type: none"> 1- Dissertação sobre a ética no trabalho de um intérprete, partindo de bibliografia indicada pelo professor. (CH: 10HS Obrigatórias) 2- Curso sobre Tradução Jurídica em EAD como voluntários para projeto de pesquisa. Apresentação de certificado juntamente com a documentação relativa à atividade complementar. (CH: 10HS Obrigatórias)
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
<p>GILE, Daniel. Basic Concepts and Models for Interpreter and Translator Training. The Netherlands. John Benjamins Publishing Co., 1995.</p> <p>HERBERT, Jean The Interpreter's Handbook. Genève. Librairie de L'Université. 1952.</p> <p>KUHIWCZAK, Piotr e LITTAU, Karin. A Companion to Translation Studies, Multilingual Matters Ltd, Toronto, Canada, 2007. Disponível em: http://bokane.org/misc/XlStCo.pdf Último acesso em 04/02/2016.</p> <p>LANDO, Isa Mara. Vocabulando: Vocabulário prático inglês-português, Ed amp, e ver., Barueri, SP, Disal Editora. 2006.</p> <p>PAGURA, Reynaldo José. A interpretação de conferências: interfaces com tradução escrita e</p>

implicações para a formação de intérpretes e tradutores. *Delta*, vol. 19 no. spe, São Paulo, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502003000300013&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt (Último acesso em 4/8/2016).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GILE, Daniel. **Research Proposals for Interpreters**. In Gran L. & C. Taylor (eds), 1990, p. 226-236.

CROOKER, C.E. **The Art of Legal Interpretation: A Guide for Court Interpreters**. Portland/Oregon. Portland State University, 1996.

KELLY, Dorothy. **A Handbook for Translator Trainers – A Guide to Reflexive Practice**, 2005, St. Jerome Publishing, Manchester, UK & Northampton, MA, p. 27.

MAGALHÃES JUNIOR, Ewandro. **Sua majestade, o Intérprete** – o fascinante mundo da tradução simultânea, São Paulo, Parábola, 2007.

MIKKELSON, Holly. **The Interpreter's Edge**. California. Acebo, 1995.

MORIN, Izak. **Strategies for New Interpreters: Interpreting in the Indonesian Environment**. *Bokor Translation Journal*, vol 9, n. 4, 2005. Disponível em <http://www.bokorlang.com/journal/34interpret.htm> (Último acesso em 4/8/2016).

OZOLINS, Uldis. **Descriptions of Interpreting and their ethical consequences**, University of Western Sidney, Australia FITISPos International Journal, vol. 1, 2014. Disponível em: http://www3.uah.es/fitispos_ii/OJS/ojs-2.4.5/index.php/fitispos/article/view/9 (Último acesso em 4/8/2016)

PAGURA, Reynaldo J. PAGURA, Reynaldo José. A Teoria Interpretativa da Tradução (Théorie du Sens) revisitada: um novo olhar sobre a desverbalização. **Tradterm**, [S.l.], v. 19, p. 92-108, june 2012. ISSN 2317-9511. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/tradterm/article/view/47347/51084>. Acesso em: 04 aug. 2016. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2317-9511.tradterm.2012.47347>.

PÖCHHACKER, Franz. **Introducing Interpreting Studies**. Ed. Routledge, 2014, p. 29-31.

ZHONG, Weihe. Memory Training in Interpreting. *Bokor Translation Journal*, vol 7, n. 3, 2003. Disponível em <http://www.bokorlang.com/journal/25interpret.htm> (Último acesso em 4/8/2016).

APÊNDICE B- Plano de Ensino da IES para o 2º. Semestre de 2017.

Curso	BACHARELADO EM TRADUÇÃO	2017/2	6º Semestre
Disciplina	Interpretação Consecutiva		
Carga Horária	66 horas		
Ementa			
Introdução à teoria da interpretação e à prática de interpretação consecutiva. Formação Cultural e Linguística do Intérprete. Prática de Interpretação consecutiva nos dois sentidos: Inglês-Português e Português-Inglês. Prática da interpretação com anotação. A preparação do intérprete antes de eventos de interpretação. Preparação e uso de glossários.			
Objetivos da Disciplina			
Objetivos Gerais: Objetivar a formação do profissional da área habilitando-o quanto à área de Interpretação de eventos no que tange ao cultural, linguístico e ético.			
Objetivos Específicos: Demonstrar instâncias da prática do profissional da área de interpretação consecutiva em eventos.			
Selecionar e proporcionar a análise de casos no que tange a postura profissional técnica e ética.			
Desenvolver as habilidades e competências concernentes à prática de interpretação consecutiva em eventos.			
Conteúdo Programático			
1	Apresentação da disciplina (plano de ensino e plano de aula)		
2	Texto sobre Interpretação – Comportamento e Atitude do Intérprete - Prática de Interpretação consecutiva – Técnicas de Memorização		
3	Interpretação consecutiva – Técnicas de Memorização - Prática de interpretação consecutiva a partir de áudio falado.		
4	Interpretação consecutiva – Técnicas de memorização e tomada de Notas - Prática de interpretação consecutiva e vídeo sobre a prática		
5	Texto sobre Processos de Interpretação -Interpretação consecutiva – Técnicas de memorização e tomada de Notas - Discussão sobre texto lido Prática de interpretação consecutiva e vídeo sobre a prática		

6	<p>Entrega da avaliação continuada 3 (0-1.0) em três vias;</p> <p>Prática de Interpretação consecutiva – Técnicas de Memorização e tomada de nota</p>
7	<p>A Interpretação em eventos - Interpretação consecutiva – Inglês > Português - Vídeo sobre a prática</p>
8	<p>Avaliação continuada - Apresentação dos eventos de Interpretação</p> <p>Interpretação consecutiva: Inglês - Português/ Português - Inglês</p> <p>Prática de interpretação consecutiva a partir de áudio falado/gravado.</p>
9	<p>Avaliação Regimental - Aplicação de prova</p>
10	<p>Vista de provas e segunda chamada</p>
11	<p>Reavaliação Regimental</p>
12	<p>Avaliação Integrada</p>
13	<p>Visita Técnica</p>
14	<p>Evento Acadêmico</p>
<p>Metodologia</p>	
<p>Prática em sala de aula com atividades e estratégias que desenvolvam a memória, a tomada de nota, a síntese e a produção primeiramente no sentido inglês-português e eventualmente, no sentido português inglês.</p> <p>Estratégias: Os alunos participantes escutarão textos e mensagens tanto faladas pelo professor quanto pelos próprios colegas, assim como de áudios gravados a fim de praticar tomada de notas e posteriormente efetuarem a interpretação. Sua base será em vídeos demonstrativos da prática por profissionais com estratégias para seu desenvolvimento.</p> <p>Terão como estratégia para conteúdo avaliativo a função de preparar, em duplas ou em trios, um evento de interpretação no qual deverão utilizar as estratégias praticadas e desenvolvidas no decorrer do curso.</p>	
<p>Forma de Avaliação da Disciplina</p>	
<p>Avaliação Continuada: 0 - 3.0 pontos</p> <p>a) Participação em aula: Até 0.5 (meio) ponto.</p> <p>b) Avaliação compartilhada com as disciplinas de Língua Inglesa - Produção Oral em</p>	

<p>Língua Inglesa e prática de Versão com valor até 1,0 (um) ponto. O valor da nota em cada disciplina será de acordo com a discricionariedade de cada professor.</p> <p>c) Atividade de preparação e apresentação de um evento de interpretação feito em duplas ou em trios em datas especificadas durante o semestre e as notas dos integrantes serão atribuídas individualmente por sua participação tanto na elaboração do evento de acordo com as AEC's quanto em seu desempenho durante o evento. Valor da nota: até 1,5 (um ponto e meio).</p> <p>Prova Integrada: 0 – 2.0 pontos</p> <p>Prova Regimental: 0 – 5.0 pontos.</p>

ATIVIDADE COMPLEMENTAR	CH	MOD
1- Dissertação sobre a ética no trabalho de um intérprete, partindo de bibliografia indicada pelo professor.	10h	O
2- Curso sobre Tradução Jurídica em EAD como voluntários para projeto de pesquisa. Apresentação de certificado juntamente com a documentação relativa à atividade complementar.	10h	O

Regime de Oferecimento

Semestral.

APS (Atividade Prática Supervisionada)

Leitura de Texto para discussão sobre Interpretação ou Pesquisa em glossários ou corpora sobre a atividade de interpretação sugerida (2 horas)

Preparação de um case de evento de interpretação consecutiva (4 horas)

Bibliografia

Nº	Descrição	Classificação
1	ABUIN GONZALEZ, MARTA. El proceso de interpretación consecutiva: un estudio Del binomio problema/estrategia . Comares, 2007.	Básica
2	KUHIWCZAK, Piotr e LITTAU, Karin. A Companion to Translation Studies , Multilingual Matters Ltd, Toronto, Canada, 2007. Disponível em: http://bokane.org/misc/XIStCo.pdf Último acesso em 04/02/2017.	Básica

3	PAGURA, Reynaldo José. A interpretação de conferências: interfaces com tradução escrita e implicações para a formação de intérpretes e tradutores. Delta, vol. 19 no. spe, São Paulo, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502003000300013&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt (Último acesso em 4/2/2017).	Básica
4	CROOKER, C.E. The Art of Legal Interpretation: A Guide for Court Interpreters. Portland/Oregon. Portland State University, 1996.	Complementar
5	OZOLINS, Uldis. Descriptions of Interpreting and their ethical consequences, University of Western Sidney, Australia FITISPos International Journal, vol. 1, 2014. Disponível em: http://www3.uah.es/fitispos_ij/OJS/ojs-2.4.5/index.php/fitispos/article/view/9 (Último acesso em 4/6/2017)	Complementar
6	PAGURA, Reynaldo J. PAGURA, Reynaldo José. A Teoria Interpretativa da Tradução (Théorie du Sens) revisitada: um novo olhar sobre a desverbalização. Tradterm, [S.l.], v. 19, p. 92-108, june 2012. ISSN 2317-9511. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/tradterm/article/view/47347/51084 . Acesso em: 04 aug. 2016. doi: http://dx.doi.org/10.11606/issn.2317-9511.tradterm.2012.47347 .	Complementar
7	PÖCHHACKER, Franz. Introducing Interpreting Studies. Ed. Routledge, 2014, p. 29-31	Complementar
8	ZHONG, Weihe. Memory Training in Interpreting. Bokor Translation Journal, vol 7, n. 3, 2003. Disponível em http://www.bokorlang.com/journal/25interpret.htm (Último acesso em 4/2/2017).	Complementar

APÊNDICE C- Recursos Online

Caixa de entrada de email da Professora contendo mensagens dos Interessados em realizar a inscrição:

APÊNDICE D- Recursos Online

Caixa de entrada de email da Professora contendo mensagens enviando aos Interessados a ficha de inscrição:

The screenshot shows an Outlook interface. On the left is the 'Caixa de Entrada' (Inbox) with a list of emails. The selected email is from Robson Carnevali, titled 'Inscrição', dated 'qua 11:27'. The email body contains a message from Alessandra C. Harmel, dated 'qua 21/09, 21:58'. The email content includes a greeting, a link to a registration form, and a signature block for Alessandra C. G. Harmel, a professor at FMU.

Caixa de Entrada

- Beatriz P. Santana; Maildp Fm...
Novo curso DTL disponível para aprimoramei...
Ao Corpo Docente, Para conhecimento. A Coordena...
qui 12:04
- Alessandra Harmel**
Texto de apresentação do museu...
Prezada Cintia, Primeiramente, gostaria muito de a...
qua 21:50
- Robson Carnevali**
Inscrição...
Bom dia, gostaria de confirmar meu interesse em par...
qua 11:27
- Semana passada**
- Ana L. Ventura; Beatriz P. Sant...
Nova data para encerramento de lançament...
Prof. Beatriz, Nossa Diretora Simone, conseguiu pro...
sex 16/09
- Roberta T. Silva; Ana M. Jesus;...
Prorrogação - Lançamento de faltas de Agost...
Prezados, boa tarde! Precisamos que os professores...
qua 14/09
- Neide A. Silva; Maria C. Lopes;...
Orientações para uso do blackboard na DP-...
Bom dia, Ana. Conforme consta em planilha enviada...
seg 12/09
- Duas semanas atrás**
- Beatriz P. Santana
ATENÇÃO AO PRAZO DE LANÇAMENTO DE...
Prezados(as) Professores(as), Por gentileza: (!) verif...
09/09/2016
- Maria C. Lopes
Visita Técnica_Planilha...
Boa tarde, Mary. Segue a planilha com 4 turmas do ...
08/09/2016
- [Rascunho] Maria C. Lopes

Inscrição

Alessandra C. Harmel
qua 21/09, 21:58
Robson Carnevali <76.robson@gmail.com>; alessandraharmel@hotmail.com

Itens Enviados

Olá, Robson.

Segue link para o formulário de inscrição. Preencha, envie-o e confirmarei sua inscrição com as demais orientações.

<https://goo.gl/forms/0I9xouYuzEqox1252>

Inscrição para Curso: Tradução Jurídica EAD

goo.gl

Formulário de Inscrição para Curso de Tradução Jurídica em EAD como parte de Horas Complementares do Curso de Letras / Tradução

Abraços,

Alessandra C. G. Harmel
Docente do Curso de Letras
alessandra.harmel@fmu.br
www.fmu.br

Robson Carnevali <76.robson@gmail.com>
qua 21/09, 11:27

Bom dia, gostaria de confirmar meu interesse em participar do curso online de tradução jurídica, sem mais, obrigado!

APÊNDICE E– Formulário de Inscrição

Disponível

em:

Formulários

Google:

<https://docs.google.com/forms/d/1l9WTosHHUdzLdHrnuDLdw5UOTdL6keg5RJXk0PswncM/edit>

Formulário de Inscrição EAD Segundo Semestre de 2016 – Piloto (I)

PERGUNTAS RESPOSTAS

Inscrição para Curso: Tradução Jurídica EAD

Formulário de Inscrição para Curso de Tradução Jurídica em EAD como parte de Horas Complementares do Curso de Letras / Tradução

Nome Completo *

Texto de resposta curta

Idade *

Texto de resposta curta

Data de Nascimento *

Mês, dia, ano

Sexo

☐ Masculino

☐ Feminino

Semestre do Curso *

PERGUNTAS RESPOSTAS

Semestre do Curso *

☐ 5o. Semestre

☐ 6o. Semestre

Desejo me inscrever para o Curso de Tradução Jurídica em EAD *

☐ Sim

☐ Não

Termos e Condições

Caso deseje participar do Curso de Tradução Jurídica em EAD, assinale as alternativas descritivas dos termos e condições do curso e que são obrigatórias. Por fim, ao enviar o formulário, este servirá como sua inscrição para o curso.

Ao optar pela inscrição tenho ciência de que participarei de um total de 08 aulas distribuídas em 08 semanas a serem iniciadas em 03/10/16 até 21/11/16. *

☐ Sim

Ao optar pela inscrição tenho ciência de que participarei das atividades a distância / online de acordo com o solicitado na plataforma do Google Group criado para essa finalidade. *

☐ Sim

Formulário de Inscrição EAD Segundo Semestre de 2016 – Piloto (II)

PERGUNTAS	RESPOSTAS
<p>Ao optar pela participação, estou ciente de que o curso é um projeto piloto, com limite de participantes (máximo de 12), que faz parte de um projeto de pesquisa acadêmica e que será disponível de forma gratuita. Que poderá ainda contar como 10 Horas de Atividade Complementar livre para a Disciplina cursada no semestre. *</p> <p>☐ Sim</p>	
<p>Ao optar pela participação, estou ciente de que não farei divulgação e nem compartilhamento dos materiais utilizados em seu conteúdo a fim de não ferir Direitos Autorais referentes aos mesmos.</p> <p>☐ Sim</p>	
<p>Ao optar pela participação no Curso de Tradução Jurídica em modalidade EAD, estou ciente de que seguirei na melhor forma os termos e condições acordadas e prescritas no corpo do curso. *</p> <p>☐ Sim</p>	
<p>Termo de Adesão</p> <p>Com o envio do formulário preenchido conforme especificação, declaro estar de acordo com os termos e condições descritos para a Participação do Curso de Tradução Jurídica em Modalidade EAD.</p>	

PERGUNTAS	RESPOSTAS
<p>Ao optar pela participação, tenho ciência de que realizarei as atividades e exercícios propostos, assim como a avaliação designada. *</p> <p>☐ Sim</p>	
<p>Ao optar pela participação, tenho ciência de que participarei dos fóruns de discussão e responderei às perguntas com lisura e ética, tanto de forma síncrona quanto assíncrona. *</p> <p>☐ Sim</p>	
<p>Ao optar pela participação, estou ciente de que o curso é um projeto piloto, com limite de participantes (máximo de 12), que faz parte de um projeto de pesquisa acadêmica e que será disponível de forma gratuita. Que poderá ainda contar como 10 Horas de Atividade Complementar livre para a Disciplina cursada no semestre. *</p> <p>☐ Sim</p>	
<p>Ao optar pela participação, estou ciente de que não farei divulgação e nem compartilhamento dos materiais utilizados em seu conteúdo a fim</p> <p>☐ Sim</p> <p>☐ Adicionar opção ou ADICIONAR "OUTRO"</p>	<p>Múltipla escolha</p>

APÊNDICE F— Alunos Inscritos para o Segundo Semestre de 2016 – Grupo Piloto

← Inscrição Curso de Tradução Jurídica EAD

PERGUNTAS

RESPOSTAS 11

Nome Completo

11 respostas

Robson Carnevali

Patrick Villares de Campos

Igor Luiz Nunes da Silva

Thiago José dos Santos

Lucas Henrique dos Santos

Rafaela de Paiva Silva

Lais de Oliveira Figueiroa da Silva

Carlos Henrique da Silva Araujo

Vanessa Mathias Gandini

Leandro Henrique de Freitas

Natália Oliveira Loureda

APÊNDICE G- Formulário de Inscrição

Disponível

em:

Formulários

Google:

<https://docs.google.com/forms/d/1V2MKqgHRKdbxZBQ4lxpve4xjlxSx-ZozQd6HRfHbIIQ/edit>

Formulário de Inscrição EAD Primeiro Semestre de 2017 - Grupo EAD II (I)

PERGUNTAS

RESPOSTAS

11

Inscrição para Curso: Tradução Jurídica EAD II

Formulário de Inscrição para Curso de Tradução Jurídica em EAD como parte de Horas Complementares do Curso de Letras / Tradução

Endereço de e-mail *

Endereço de e-mail válido

Este formulário coleta endereços de e-mail. [Alterar configurações](#)

Nome Completo

Texto de resposta curta

Idade *

Texto de resposta curta

Email: *

Texto de resposta curta

PERGUNTAS

RESPOSTAS

11

Data de Nascimento *

Mês, dia, ano

Sexo

☐ Masculino

☐ Feminino

Semestre do Curso *

☐ 5o. Semestre

☐ 6o. Semestre

☐ 7o. Semestre

Desejo me inscrever para o Curso de Tradução Jurídica em EAD *

☐ Sim

☐ Não

Termos e Condições

Formulário de Inscrição EAD Primeiro Semestre de 2017 - Grupo EAD II (II)

PERGUNTAS	RESPOSTAS	11
<p>Ao optar pela participação, estou ciente de que o curso é um projeto piloto, com limite de participantes (máximo de 12), que faz parte de um projeto de pesquisa acadêmica e que será disponível de forma gratuita. Que poderá ainda contar como 10 Horas de Atividade Complementar Obrigatória para a Disciplina cursada no semestre.</p> <p>☐ Sim</p>		
<p>Ao optar pela participação, estou ciente de que não farei divulgação e nem compartilhamento dos materiais utilizados em seu conteúdo a fim de não ferir Direitos Autorais referentes aos mesmos.</p> <p>☐ Sim</p>		
<p>Ao optar pela participação no Curso de Tradução Jurídica em modalidade EAD II, estou ciente de que seguirei na melhor forma os termos e condições acordadas e prescritas no corpo do curso.</p> <p>☐ Sim</p>		
<p>Termo de Adesão</p> <p>Com o envio do formulário preenchido conforme especificação, declaro estar de acordo com os termos e condições descritos para a Participação do Curso de Tradução Jurídica em Modalidade EAD II.</p>		

PERGUNTAS	RESPOSTAS	11
<p>Termos e Condições</p> <p>Caso deseje participar do Curso de Tradução Jurídica em EAD II, assinale as alternativas descritivas dos termos e condições do curso e que são obrigatórias. Por fim, ao enviar o formulário, este servirá como sua inscrição para o curso.</p>		
<p>Ao optar pela inscrição tenho ciência de que participarei de um total de 08 aulas distribuídas em 08 semanas a serem iniciadas em 27/03/17 até 15/05/17.</p> <p>☐ Sim</p>		
<p>Ao optar pela inscrição tenho ciência de que participarei das atividades a distância / online de acordo com o solicitado na plataforma do Google Group criado para essa finalidade.</p> <p>☐ Sim</p>		
<p>Ao optar pela participação, tenho ciência de que realizarei as atividades e exercícios propostos, assim como a avaliação designada.</p> <p>☐ Sim</p>		
<p>Ao optar pela participação, tenho ciência de que participarei dos fóruns de discussão e responderei às perguntas com lisura e ética, tanto de forma síncrona quanto assíncrona.</p> <p>☐ Sim</p>		

APÊNDICE H- Alunos Inscritos para o Primeiro Semestre de 2017 – Grupo EAD II

← Inscrição Curso de Tradução Jurídica EAD II

PERGUNTAS RESPOSTAS 11

11 respostas

RESUMO INDIVIDUAL

Aceitando respostas

Quem respondeu?

Enviar por e-mail

- lucashs.12@gmail.com
- nicoleonuaja@gmail.com
- estela.f.aquino17@gmail.com
- elainepoe@yahoo.com.br
- stephansantost@hotmail.com
- annaluisa542@yahoo.com.br
- millenyeinviller@outlook.com
- biancascarparomartins@gmail.com
- mailson.is.gomes@gmail.com
- flaviasp94@hotmail.com
- rodrigo.afgoncalves@gmail.com

APÊNDICE I- Formulário de Inscrição

Disponível

em:

Formulários

Google:

<https://docs.google.com/forms/d/1w3I8KYdGDycTl3U7NArP9hUdSFgME2wU8WnnaOzPuz8/edit>

Formulário de Inscrição EAD Segundo Semestre de 2017- Grupo EAD III (I)

Inscrição Curso de Tradução Jurídica EAD III

PERGUNTAS RESPOSTAS 13

Inscrição para Curso: Tradução Jurídica em EAD III

Formulário de inscrição para Curso de Tradução Jurídica em EAD como parte de Horas Complementares do Curso de Letras / Tradução

Endereço de e-mail *

Endereço de e-mail válido

Este formulário coleta endereços de e-mail. [Alterar configurações](#)

Nome Completo *

Texto de resposta curta

Idade *

Texto de resposta curta

Email: *

Texto de resposta curta

Data de Nascimento *

Mês, dia, ano

Inscrição Curso de Tradução Jurídica EAD III

PERGUNTAS RESPOSTAS 13

Sexo

☐ Masculino

☐ Feminino

Semestre do Curso *

☐ 1o. Semestre

☐ 5o. Semestre

☐ 6o. Semestre

☐ 7o. Semestre

☐ 6o. Semestre Licenciatura

☐ Outros...

Desejo me inscrever para o Curso de Tradução Jurídica em EAD III *

☐ Sim

☐ Não

Opção de Horas Complementares *

☐ Horas Complementares Livres

☐ Horas Complementares Obrigatórias

APÊNDICE J- Alunos Inscritos para o Segundo Semestre de 2017 – Grupo EAD III

Inscrição Curso de Tradução Jurídica EAD III

PERGUNTAS RESPOSTAS 13

13 respostas

Não está aceitando r

Mensagem para os participantes

Este formulário não aceita mais respostas

RESUMO INDIVIDUAL

Quem respondeu?

Enviar por e-mail

- leviassuncao_96@hotmail.com
- rayllensouza@hotmail.com
- jan_delima@hotmail.com
- joanna.lis@hotmail.com
- amarciasouza@uol.com.br
- richardwfsilva@gmail.com
- somatematicaeexatas@gmail.com
- malencar@gmail.com
- denipsouza@hotmail.com
- dan_amancio17@hotmail.com
- denis.lopasso@gmail.com
- lousuini01@gmail.com

APÊNDICE K- Formulário de Inscrição

Disponível em: Formulários Google:

https://docs.google.com/forms/d/1xOfrzF7YeRV7NW_Q-yVv5uhSIM1VDRh5v1NV3tiDf10/edit

Formulário de Inscrição Primeiro Semestre de 2017- Grupo Presencial (I)

PERGUNTAS
RESPOSTAS
12

Inscrição para Curso: Tradução Jurídica Presencial I

Formulário de Inscrição para Curso de Tradução Jurídica Presencial como parte de Horas Complementares do Curso de Letras / Tradução

Endereço de e-mail *

Endereço de e-mail válido

Este formulário coleta endereços de e-mail. [Alterar configurações](#)

Nome Completo *

Texto de resposta curta

Idade *

Texto de resposta curta

Email: *

PERGUNTAS
RESPOSTAS
12

Data de Nascimento *

Mês, dia, ano

...

Sexo

☐ Masculino

☐ Feminino

Semestre do Curso *

☐ 5o. Semestre

☐ 6o. Semestre

☐ 7o. Semestre

Desejo me inscrever para o Curso de Tradução Jurídica Presencial *

☐ Sim

☐ Não

Termos e Condições

Formulário de Inscrição Primeiro Semestre de 2017- Grupo Presencial (II)

PERGUNTAS

RESPOSTAS

12

Termos e Condições

Caso deseje participar do Curso de Tradução Jurídica Presencial, assinala as alternativas descritivas dos termos e condições do curso e que são obrigatórias. Por fim, ao enviar o formulário, este servirá como sua inscrição para o curso.

...

Ao optar pela inscrição tenho ciência de que participarei de um total de 08 aulas distribuídas em 08 semanas a serem iniciadas em 27/03/17 até 15/05/17. *

☐ Sim

Ao optar pela inscrição tenho ciência de que participarei das atividades presenciais e online de acordo com o solicitado para essa finalidade. *

☐ Sim

Ao optar pela participação, tenho ciência de que realizarei as atividades e exercícios propostos, assim como a avaliação designada. *

☐ Sim

Ao optar pela participação, tenho ciência de que participarei de no mínimo 75% das aulas e dos fóruns de discussão e responderei às perguntas com lisura e ética. *

PERGUNTAS

RESPOSTAS

12

Ao optar pela participação, estou ciente de que o curso é um projeto piloto, com limite de participantes (máximo de 12), que faz parte de um projeto de pesquisa acadêmica e que será disponível de forma gratuita. Que poderá ainda contar como 10 Horas de Atividade Complementar livre para a Disciplina cursada no semestre.

☐ Sim

...

Ao optar pela participação, estou ciente de que não farei divulgação e nem compartilhamento dos materiais utilizados em seu conteúdo a fim de não ferir Direitos Autorais referentes aos mesmos.

☐ Sim

Ao optar pela participação no Curso de Tradução Jurídica em modalidade presencial, estou ciente de que seguirei na melhor forma os termos e condições acordadas e prescritas no corpo do curso.

☐ Sim

Termo de Adesão

Com o envio do formulário preenchido conforme especificação, declaro estar de acordo com os termos e condições descritos para a Participação do Curso de Tradução Jurídica em Modalidade Presencial.

APÊNDICE L- Alunos Inscritos para o Primeiro Semestre de 2017 – Grupo Presencial

Inscrição Curso de Tradução Jurídica Presencial I

PERGUNTAS

RESPOSTAS 12

12 respostas

RESUMO

INDIVIDUAL

Quem respondeu?

Enviar por e-mail

76.robson@gmail.com

littleleticia@hotmail.com

tamires_akiyoshi@hotmail.com

stephansantost@hotmail.com

estefanyalberini@gmail.com

lukasmoutinho@gmail.com

annaluisa542@yahoo.com.br

gabrielokcarvalho@gmail.com

leleemilla@hotmail.com

graciolacoroker.larissa@yahoo.com.br

karlareginaferreiragama@gmail.com

ca.ioc@hotmail.com

APÊNDICE M- Idade dos participantes dos Grupos EAD e Presencial

EAD Piloto

Idade

11 respostas

EAD II

Idade

11 respostas

EAD III

Idade

13 respostas

Presencial

Idade

12 respostas

APÊNDICE N- Recursos Online – Grupos do Google

Participantes no Segundo Semestre de 2016 – Grupo Piloto

Grupos do Google

← Membros Banido Devolvido Ações ▾ Encontrar membros Exportar membros

Tradução Jurid... ▾

☐	Exibir nome ▾	Função	E-mail	Membro desde
☐	76.robson	Membro	76.robson@gmail.com	27/09/16
☐	Alessandra Harmel	Proprietário	alessandra.harmel@gmail.com	20/09/16
☐	chenrique.s.araujo	Membro	chenrique.s.araujo@gmail.com	27/09/16
☐	Igor	Membro	pascoa02@gmail.com	27/09/16
☐	lais.figueiroa	Membro	lais.figueiroa@hotmail.com	27/09/16
☐	leandrofreitas9	Membro	leandrofreitas9@gmail.com	02/10/16
☐	lucashs.12	Membro	lucashs.12@gmail.com	27/09/16
☐	naty.loureda	Membro	naty.loureda@hotmail.com	02/10/16
☐	patrickvillares	Membro	patrickvillares@uol.com.br	27/09/16
☐	psilvarafaela	Membro	psilvarafaela@gmail.com	27/09/16
☐	starlink4ever	Membro	starlink4ever@gmail.com	28/09/16
☐	thiagogsantos13	Membro	thiagogsantos13@gmail.com	27/09/16
☐	vmgandini	Membro	vmgandini@hotmail.com	27/09/16

▾ Membros
 Todos os me...
 Convidar me...
 Adicionar me...
 Convites pen...
 Solicitações ...
 ▸ Mensagens
 ▸ Detalhes
 ▸ Permissões
 ▸ Funções
 ▸ Informações

Grupos do Google

←

Membros

Banido

Devolvido

Ações ▾

Encontrar membros

Exportar membros

Tradução Jurídica

Exibir nome ▴

Função

E-mail

Membro desde

<div> <div>▼</div> <div>Membros</div> <div>Todos os membros</div> <div>Convidar membros</div> <div>Adicionar membros</div> <div>Convites pendentes</div> <div>Solicitações ...</div> </div>	<div> <div></div> <div>Alessandra Harmel</div> </div>	<div> <div>Proprietário</div> </div>	<div> <div>alessandra.harmel@gmail.com</div> </div>	<div> <div>20/03/17</div> </div>
	<div> <div></div> <div>annechizen</div> </div>	<div> <div>Membro</div> </div>	<div> <div>annechizen@gmail.com</div> </div>	<div> <div>01/04/17</div> </div>
	<div> <div></div> <div>Bianca Scarparo Martins</div> </div>	<div> <div>Membro</div> </div>	<div> <div>biancascarparomartins@gmail.com</div> </div>	<div> <div>26/03/17</div> </div>
	<div> <div></div> <div>elainepoe</div> </div>	<div> <div>Membro</div> </div>	<div> <div>elainepoe@yahoo.com.br</div> </div>	<div> <div>28/03/17</div> </div>
	<div> <div></div> <div>equirino.freire</div> </div>	<div> <div>Membro</div> </div>	<div> <div>equirino.freire@gmail.com</div> </div>	<div> <div>28/03/17</div> </div>
<div> <div>▶</div> <div>Mensagens</div> </div>	<div> <div></div> <div>Estela Aquino</div> </div>	<div> <div>Membro</div> </div>	<div> <div>estela.f.aquino17@gmail.com</div> </div>	<div> <div>26/03/17</div> </div>
<div> <div>▶</div> <div>Detalhes</div> </div>	<div> <div></div> <div>Lucas Henrique Santos</div> </div>	<div> <div>Membro</div> </div>	<div> <div>lucashs.12@gmail.com</div> </div>	<div> <div>27/03/17</div> </div>
<div> <div>▶</div> <div>Permissões</div> </div>	<div> <div></div> <div>Mailson Gomes dos Santos</div> </div>	<div> <div>Membro</div> </div>	<div> <div>mailson.is.gomes@gmail.com</div> </div>	<div> <div>27/03/17</div> </div>
<div> <div>▶</div> <div>Funções</div> </div>	<div> <div></div> <div>millenyeinviller</div> </div>	<div> <div>Membro</div> </div>	<div> <div>millenyeinviller@outlook.com</div> </div>	<div> <div>28/03/17</div> </div>
<div> <div>▶</div> <div>Informações</div> </div>	<div> <div></div> <div>Nicole Onuaja</div> </div>	<div> <div>Membro</div> </div>	<div> <div>nicoleonuaja@gmail.com</div> </div>	<div> <div>28/03/17</div> </div>
	<div> <div></div> <div>stephansantost</div> </div>	<div> <div>Membro</div> </div>	<div> <div>stephansantost@gmail.com</div> </div>	<div> <div>03/04/17</div> </div>

APÊNDICE P- Recursos Online – Grupos do Google

Participantes no Segundo Semestre de 2017– Grupo EAD III

Grupos do Google

← Membros Banido Devolvido Ações ▾ Encontrar membros Exportar membros

Tradução Juríd...

☐	Exibir nome ▴	Função	E-mail	Membro desde
☐	3v3raldo	Membro	3v3raldo@gmail.com	21/09/17
☐	Alessandra Harmel	Proprietário	alessandra.harmel@gmail.com	09/09/17
☐	amarcia.fr.souza	Membro	amarcia.fr.souza@gmail.com	24/09/17
☐	amarciasouza	Membro	amarciasouza@uol.com.br	13/09/17
☐	Camila Kelly	Membro	somatemticaeexatas@gmail.com	09/09/17
☐	Danielle Silva	Membro	dan_amancio17@hotmail.com	09/09/17
☐	Denis Lopasso Marques	Membro	denis.lopasso@gmail.com	11/09/17
☐	Denise Souza	Membro	denipsouza@gmail.com	11/09/17
☐	Leticia Mayumi Fukumoto	Membro	lemayumi01@gmail.com	10/09/17
☐	Levi Assunção	Membro	leviassuncao96@gmail.com	11/09/17
☐	leviassuncao_96	Membro	leviassuncao_96@hotmail.com	10/09/17
☐	Raul Alencar	Membro	rualencar@gmail.com	09/09/17
☐	Rayllen Souza	Membro	rayllensouza@hotmail.com	09/09/17
☐	richard wagner	Membro	richardwfsilva@gmail.com	09/09/17

▾ Membros
 Todos os me...
 Convidar me...
 Adicionar me...
 Convites pen...
 Solicitações ...
 Mensagens
 Detalhes
 Permissões
 Funções
 Informações

APÊNDICE Q- Recursos Online – Grupos do Google

Participantes no Primeiro Semestre de 2017– Grupo Presencial

Google

Grupos do Google **Membros** Banido Devolvido Ações Encontrar membros Exportar membros

Tradução Jurídica Presencial I

▼ Membros

Todos os membros

Convidar membros

Adicionar membros diretamente

Convites pendentes

Solicitações de participação

► Mensagens

► Detalhes

► Permissões

► Funções

► Informações

☐	Exibir nome	Função	E-mail	Membro
☐	Alessandra Harmel	Proprietário	alessandra.harmel@gmail.com	20/03/17
☐	annaluisa542	Membro	annaluisa542@yahoo.com.br	27/03/17
☐	Estefany Alberini	Membro	estefanyalberini@gmail.com	26/03/17
☐	Gabriel Carvalho	Membro	gabrielocarvalho@gmail.com	26/03/17
☐	graciolacoroker.larissa	Membro	graciolacoroker.larissa@yahoo.com.br	27/03/17
☐	Karla Regina Ferreira	Membro	karlareginaferreiragama@gmail.com	16/04/17
☐	littleleticia	Membro	littleleticia@hotmail.com	27/03/17
☐	Lukas Moutinho	Membro	lukasmoutinho@gmail.com	02/04/17
☐	stephanyasantost	Membro	stephanyasantost@gmail.com	03/04/17
☐	tamires_akiyoshi	Membro	tamires_akiyoshi@hotmail.com	26/03/17

APÊNDICE R- Lista De Presença - Grupo Presencial – Primeiro Semestre de 2017

CURSO DE TRADUÇÃO JURÍDICA PRESENCIAL

1º. SEMESTRE DE 2017 – TURMA: MATUTINO

Nome	Aula 1 Data: 27/03/17	Aula 2 Data: 03/04/17	Aula 3 Data: 10/04/17	Aula 4 Data: 17/04/2017	Aula 5 Data: 24/04/17	Aula 6 Data: 08/05/17	Aula 7 Data: 15/05/17	Aula 8 Data: 22/05/17
1. Anna Luisa Gonçalves Lorena	Anna L. G.	Anna L. G.	Anna L. G.	Faltou	Anna L. G.	Anna L. G.	Faltou	Anna L. G.
2. Camilla Cristina Garcia da Silva	Camilla C. Garcia	Faltou	Camilla C. Garcia	Camilla C. Garcia	Camilla C. Garcia	Camilla C. Garcia	Faltou	Camilla C. Garcia
3. Estefany Alberini	Faltou	Estefany Alberini	Estefany Alberini	Faltou	Estefany Alberini	Estefany Alberini	Faltou	Faltou
4. Gabriel Carvalho de Aguiar	Gabriel Aguiar	Faltou	Gabriel Aguiar	Gabriel Aguiar	Faltou	Gabriel Aguiar	Gabriel Aguiar	Gabriel Aguiar
5. Larissa Graciola Coroker da Silva	Larissa Graciola Coroker	Larissa Graciola Coroker	Larissa Graciola Coroker	Larissa Graciola Coroker	Larissa Graciola Coroker	Larissa Graciola Coroker	Faltou	Larissa Graciola Coroker
6. Letícia de Souza Gomes	Letícia Souza	Letícia Souza	Letícia Souza	Letícia Souza	Letícia Souza	Letícia Souza	Letícia Souza	Letícia Souza
7. Lucas Moutinho Mendes de Almeida	Lucas Moutinho	Faltou	Lucas Moutinho	Lucas Moutinho	Lucas Moutinho	Lucas Moutinho	Faltou	Faltou
8. Robson Carnevali	Robson Carnevali	Robson Carnevali	Robson Carnevali	Robson Carnevali	Robson Carnevali	Robson Carnevali	Faltou	Robson Carnevali
9. Stephany Santos Thomaz de Oliveira	Stephany S. T. de Oliveira	Stephany S. T. de Oliveira	Stephany S. T. de Oliveira	Stephany S. T. de Oliveira	Faltou	Stephany Santos Thomaz de Oliveira	Stephany Santos Thomaz de Oliveira	Faltou
10. Tamires Freire Akiyoshi	Tamires F. Akiyoshi	Tamires F. Akiyoshi	Tamires F. Akiyoshi	Tamires F. Akiyoshi	Tamires F. Akiyoshi	Tamires F. Akiyoshi	Tamires F. Akiyoshi	Tamires F. Akiyoshi

Nome	Aula 1 Data: 27/03/17	Aula 2 Data: 03/04/17	Aula 3 Data: 10/04/17	Aula 4 Data: 17/04/2017	Aula 5 Data: 24/04/17	Aula 6 Data: 08/05/17	Aula 7 Data: 15/05/17	Aula 8 Data: 22/05/17
11. Caio Cesar de Carvalho					Faltou	Faltou	Faltou	Faltou
12. Karla Regina Ferreira Gama	—	—	—	Karla Regina	Karla Regina	Karla Regina	Faltou	Karla Regina

APÊNDICE S— Amostra de Recursos Online – Grupos do Google

Interface do Fórum de Discussão – Grupo Piloto

Grupos do Google

NOVO TÓPICO

Marcar tudo como lido

Ações ▾

Filtros ▾

Meus grupos

Página inicial

Com estrela

Favoritos

Clique no ícone de estrela de um grupo para adicioná-lo aos favoritos

Visualizados recent...

GenerativeText

Tradução Jurídica...

Tradução Jurídica

Tradução Jurídica...

Tradução Jurídica...

Pesquisas recentes

Gerenciar (em tra...

Membros

letrastraducac-fmu

Postado recente... 5

Tradução Juri... 2

Tradução Juri... 1

Tradução Juri... 1

Tradução Juri... 1

Privacidade · Termos de Serviço

Tradução Jurídica

Compartilhado de modo privado

10 de 10 tópicos (1 não lidos) *

Gerenciar · Membros · Sobre ⓘ

Ola!

Sejam bem vindos ao Grupo de Estudos de Tradução Jurídica em EAD.

Esperamos ter bons trabalhos adiante e que o conteúdo lhes seja proveitoso.

Abraços a todos!

Professora Alessandra Hamel

[Editar mensagem de boas-vindas](#)
[Apagar mensagem de boas-vindas](#)

☐	<div>Atividade Aula 1</div> <div>Por eu - 34 postagens - 75 visualizações</div>	10/10/16
☐	<div>Atividade 8</div> <div>Por eu - 10 postagens - 19 visualizações</div>	30/11/16
☐	<div>Pesquisa de Opinião e Finalização (1)</div> <div>Por eu - 1 postagem - 3 visualizações</div>	29/11/16
☐	<div>Atividade 7</div> <div>Por eu - 12 postagens - 14 visualizações</div>	20/11/16
☐	<div>Atividade Aula 6</div> <div>Por eu - 16 postagens - 17 visualizações</div>	16/11/16
☐	<div>Atividade Aula 5</div> <div>Por eu - 16 postagens - 23 visualizações</div>	07/11/16
☐	<div>Atividade Aula 4</div> <div>Por eu - 9 postagens - 34 visualizações</div>	04/11/16
☐	<div>Atividade 3</div> <div>Por eu - 20 postagens - 33 visualizações</div>	23/10/16
☐	<div>Atividade Aula 2</div> <div>Por eu - 20 postagens - 28 visualizações</div>	17/10/16
☐	<div>Boas Vindas e Orientações Iniciais</div> <div>Por eu - 17 postagens - 28 visualizações</div>	09/10/16

APÊNDICE T- Amostra de Recursos Online – Grupos do Google

Interface da Proposta de Atividade – Amostra da Aula 1

Grupos do Google

Meus grupos

Página inicial

Com estrela

Favoritos

Visualizados recent...

Gerenciar (em tra...

Membros

letrastraducacao-fm...

Postado recente...

Privacidade - Termos de Serviço

Tradução Jurídica >

Atividade Aula 1

34 postagens de 11 autores

Usar Definir como duplicata Nenhuma ação necessária Mover

eu (Alessandra Harmel altera)

03/10/16

☆ Caros Alunos.

Esta é a proposta de nossa primeira aula. Conhecemos um pouco sobre a realidade da Tradução Jurídica. Seguem dois artigos para leitura para que nos afeiçoemos um pouco mais com os sistemas e terminologia.

Segue também aqui uma referência de dicionário online o qual costumo usar para minhas consultas: <http://www.thefreedictionary.com/> Ele possui uma guia especialmente voltada à terminologia/vocabulário jurídico em: <http://legal-dictionary.thefreedictionary.com/>

Há ainda este glossário bem interessante e completo disponível em: https://www.judiciary.state.nj.us/interpreters/11783_glossary_portuguese.pdf também anexo aqui.

Gostaria que vocês lessem o documento anexo que é um artigo de Chaffey sobre Legal English para que discutamos aqui em fórum neste tópico. Além desse, o arquivo de uma pequena introdução a uma peça para que possamos iniciar nossas atividades. Essa atividade de tradução deverá ser postada aqui até domingo, dia 09/10 até as 23:59. Após esse período a postagem não será avaliada.

Abraços e estou à disposição!

Alessandra Harmel

Anexos (3)

<p>11783_glossary_portuguese.pdf 128 KB Visualizar Download</p>	<p>chaffey1997_language_law.pdf 1 MB Visualizar Download</p>	<p>IN THE CIRCUIT COURT OF COLE COUNTY.doc 40 KB Visualizar Download</p>
---	--	--

Clique aqui para Responder

★ 76.robson "" Olá, eu já iniciei a tradução e gostaria de discutir sobre o termo respondent e o termo inicial "IN RE". Na minha pesquisa encontrei a tradução para respondent, "inquirido" e também "requerido", e IN RE defini como "em questão do", gostaria de 05/10/16

★ eu Muito bem, Robson. Quanto ao termo inicial, pense que pode ser abreviação de algo. "Rings a bell"? No caso de petitioner e respondent sim, respondent é requerido, E Petitioner, então? O que vem a ser? Lembre-se de que as partes são sempre polos 05/10/16

★ eu Em segunda-feira, 3 de outubro de 2016 15:21:11 UTC-3, Alessandra Harmel escreveu: >> Caros Alunos. >> Esta é a proposta de nossa primeira aula. Conhecemos um pouco sobre a >> realidade da Tradução Jurídica. Seguem dois artigos para leitura para 05/10/16

APÊNDICE U- Amostra de Recursos Online – Grupos do Google

Interface do Fórum com sequência de interação dos participantes (I, II e III)

←

POSTAR RESPOSTA

C

Ações ▾

1 de 10 (1) < > 👤 ▾

Clique aqui para Responder

76.robson

05/10/16

★

Olá, eu já iniciei a tradução e gostaria de discutir sobre o termos respondent e o termo inicial "IN RE". Na minha pesquisa encontrei a tradução para respondent, "inquirido" e também "requerido", e IN RE defini como "em questão do", gostaria de opiniões a respeito, obrigado.

✓ Marcar como concluído

eu (Alessandra Harmel altera)

05/10/16

★

Muito bem, Robson.

Quanto ao termo inicial, pense que pode ser abreviação de algo. "Rings a bell?"

No caso de petitioner e respondent sim, respondent é requerido, E Petitioner, então? O que vem a ser? Lembre-se de que as partes são sempre polos passivo e ativo.

O que acham os demais colegas? Aguardamos suas contribuições.

Abraços,

Alessandra Harmel

Em quarta-feira, 5 de outubro de 2016 12:57:11 UTC-3, 76.robson escreveu:

Olá, eu já iniciei a tradução e gostaria de discutir sobre o termos respondent e o termo inicial "IN RE". Na minha pesquisa encontrei a tradução para respondent, "inquirido" e também "requerido", e IN RE defini como "em questão do", gostaria de opiniões a respeito, obrigad

eu (Alessandra Harmel altera)

05/10/16

★

- mostrar texto das mensagens anteriores -

76.robson

05/10/16

★

Encontrei um site que fala sobre o termo IN RE, segue o link:

http://www.proz.com/kudoz/english_to_portuguese/law_general/4333049-in_re_marriage_of_bond.html

✓ Marcar como concluído

APÊNDICE V- Amostra de Recursos Online – Grupos do Google

Interface do Fórum de Discussão do Curso Presencial

Tradução Jurídica Presencial | Compartilhado de modo privado
7 de 7 tópicos (1 não lidos) ★
Gerenciar · Membros · Sobre

Olá!

Sejam bem vindos ao Grupo de Estudos de Tradução Jurídica em EAD.

Esperamos ter bons trabalhos adiante e que o conteúdo lhes seja proveitoso.

Abrços a todos!

Editar mensagem de boas-vindas
Apagar mensagem de boas-vindas

☐	Atividade Aula 7 (1) Por eu - 1 postagem - 0 visualização	15/05/17
☐	Atividade Aula 6 (2) Por eu - 2 postagens - 3 visualizações	14/05/17
☐	Atividade Aula 3 (2) Por eu - 2 postagens - 12 visualizações	30/04/17
☐	Atividade Aula 5 (1) Por eu - 1 postagem - 2 visualizações	30/04/17
☐	Atividade Aula 4 (2) Por eu - 2 postagens - 3 visualizações	30/04/17
☐	Atividade Aula 2 (2) Por eu - 2 postagens - 11 visualizações	09/04/17
☐	Boas vindas e orientações (2) Por eu - 2 postagens - 18 visualizações	02/04/17

APÊNDICE W- Amostra de Recursos Online – Grupos do Google

Interface do Fórum de Discussão – Devolutiva da Atividade 1 com arquivo de sugestão de tradução e comentários gerais.

eu (Alessandra Hamel [alterar](#))
17 de out

★ Caros alunos.

Muito bom ter visto as suas elaborações. Podemos chegar a algumas conclusões: o documento é único e mesmo assim algumas considerações foram interpretadas de forma diferente.

Geralmente utilizamos conceder e outorgar para evitar repetições.

No caso desta procuração especificamente, ela estará revogada com o falecimento do outorgante, mas caso haja pendências ainda ela relacionadas, a procuradora (sim, no gênero feminino) ainda terá plenos poderes.

Muito cuidado ao utilizar tradução de máquina! O sentido fica perdido...

A procuração pode ser intitulada como "Procuração com fins específicos" ou então "Amplios Poderes". Mesmo assim, os "poderes" são especificados no seu corpo.

Segue aqui um arquivo como modelo que está disponível no site: <https://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/Frankfurt-pt-br/file/ModelosGeraisProcuracoesPublica> para que vocês tenha acesso a um grande número de procurações em Língua Portuguesa. Há também um segundo arquivo de procuração com tradução em formato bicolunado, o que é bem requisitado por clientes para colecionamento.

Aos dois alunos, Carlos e Leandro que não fizeram suas postagens, peço que as façam até as 23:59 de amanhã para que a atividade possa ser considerada em sua avaliação.

Abraços a todos!

Alessandra Hamel

Em segunda-feira, 10 de outubro de 2016 03:28:44 UTC-3, Alessandra Hamel escreveu:

[- mostrar texto das mensagens anteriores -](#)

Anexos (2)

AMPLOS PODERES.docx
11 KB [Visualizar](#)
[Download](#)

**POWER OF ATTORNEY
bicolunado.docx**
23 KB [Visualizar](#)
[Download](#)

APÊNDICE X- Amostra de Recursos Online – Grupos do Google

Interface do Fórum de Discussão – Postagens dos alunos com as atividades e comentários e respostas com devolutivas da professora.

★ eu	Caros alunos, Aqui vai a segunda tarefa para a semana... Trata-se de Power of Attorney. Vocês já ouviram falar e trabalharam um pouquinho com esse gênero não é mesmo? Mas creio que será válido que continuemos com a evolução e com as discussões.	10 de out
★ psilvarafaela	Boa noite Professora, Estive traduzindo este texto e me surgiram algumas dúvidas, a primeira delas é se para "procurador" também devo respeitar o gênero, colocando no masculino ou feminino. Segunda é a respeito da Florida's Driver License, pois	14 de out
★ vmgandini	Olá professora Alessandra, Segue anexo a minha tradução da atividade 2. Fiz o meu melhor, porém tenho certeza de que preciso melhorar muito. Principalmente quanto aos termos técnicos. De qualquer forma, segue a tradução para sua avaliação.	15 de out
★ lais.figueiroa	Boa tarde, segue em anexo minha tradução para avaliação e consulta dos colegas. Alguns termos (em vermelho) têm comentários com minhas dúvidas, algumas coisas são dúvidas de tradução e outras de colocação. Att, Lais Figueiroa.	15 de out
★ 76.robson	Boa Tarde professora, aproveito a oportunidade para parabenizá-la pelo dia dos professores, Parabéns e Sucesso! Segue minha tradução, obrigado.	15 de out
★ psilvarafaela	Boa noite professora, Segue minha tradução do segundo texto. Admito que neste texto tive mais dificuldade do que no primeiro, mas espero ter alcançado uma tradução satisfatória. Feliz dia dos Professores e bom fim de semana. Att, Rafaela	15 de out
★ thiagojsantos13	Envio minha tradução para a tarefa número 2. Estou no aguardo de quaisquer comentários. Att. Thiago	16 de out
★ natyloureda	Bom dia, Professora! Segue anexa minha tradução da segunda tarefa. Em sala de aula no quinto semestre, tivemos a experiência de trabalhar com esse gênero, então já era um tipo de texto conhecido. Porém tive um pouco de dúvida com relação a alguns	16 de out
★ startlink4ever	Segue em anexo a tradução do segundo texto pedido. Estou tentando realizar um glossário para poder adicionar os termos já inseridos no texto que me foi passado na atividade 1. Espero que a tradução esteja aceitável! Att. Patrick Villares	16 de out
★ eu	Olá, Rafaela. Deve-se respeitar o gênero e traduzi-lo de acordo. Quanto à denominação do documento, pode traduzir assim mesmo, como uma equivalência à nossa. Abraços, Alessandra Hamel	16 de out
★ Igor	Olá Professora Alessandra, Segue anexa minha tradução. Como ressalva menciono o termo "Notary Public". Em classe discutimos que a tradução adequada seria "Tabelião". Entretanto, o glossário compartilhado sugere "Notário Público" (opção por mim	16 de out
★ eu	Olá, Vanessa. Sua procuração está bem aceitável. No entanto, por gentileza verifique os comentários feitos. Voc-e deve ainda atentar para questões de produção textual em língua portuguesa (uso da crase, por ex.) e também, como já revelou,	16 de out
★ eu	Olá, Lais. sua procuração também está bem aceitável. Veja no entanto os comentários feitos no anexo. Continue o bom trabalho com seu empenho de sempre! Abraços, Alessandra Hamel	16 de out
★ eu	Olá, Robson! Agradeço, primeiramente, pela lembrança e pelo carinho. O dia foi realmente feliz... Sua procuração está muito boa mesmo! Fiz somente alguns comentários que anexo; continue o bom trabalho! Abraços, Alessandra Hamel	16 de out
★ eu	Olá, Rafaela. Você atingiu sim um nível bem satisfatório em seu trabalho! Veja somente os comentários que correções. Abraços e continue o bom trabalho com seu empenho de sempre! Alessandra Hamel	16 de out
★ eu	Olá, Thiago. Sua procuração também está praticamente de acordo como proposto. No entanto, note que a procuradora é uma mulher e deve ser traduzido o gênero de acordo. Ademais, existem outros comentários a serem observados em sua procuração anexa.	16 de out
★ eu	Olá, Natalia. Realmente, tivemos esse g-erro no semestre passado. Você pode perfeitamente usar o que estudamos para ter como modo de comparação. Aqui vai o seu texto revisado com comentários. Abraços e continue o bom trabalho! Alessandra Hamel	17 de out
★ eu	Olá, Patrick. Considero que você esteja usando memória de tradução e um tradutor automático também. Muito de sua procuração demonstra isso pelo tipo de produção. Por gentileza, veja os comentários e estou à disposição. Abraços, Alessandra	17 de out
★ eu	Olá, Igor. Sua procuração está também apropriada. No entanto, sugiro correção ortográfica do padrão do gênero. Veja nos comentários, por gentileza. Abraços e continue o bom trabalho de sempre! Alessandra Hamel	17 de out

APÊNDICE Y– Pesquisa de Opinião

Formulário e Resultado da Pesquisa de Opinião do Grupo Piloto - 2o. Semestre/2016

(Disponível em [https://docs.google.com/forms/d/1OiW3ZN4gZw-](https://docs.google.com/forms/d/1OiW3ZN4gZw-DlD1nOJclXXf0UP6bg5Dq-8KK69aNjbs/edit)

[DlD1nOJclXXf0UP6bg5Dq-8KK69aNjbs/edit](https://docs.google.com/forms/d/1OiW3ZN4gZw-DlD1nOJclXXf0UP6bg5Dq-8KK69aNjbs/edit))

Pesquisa sobre Curso de Tradução Jurídica

PERGUNTAS RESPOSTAS 6

Pesquisa Sobre Curso de Tradução Jurídica Modalidade EAD I

Formulário destinado à pesquisa sobre o Curso de Tradução Jurídica ministrado online durante os meses de Outubro e Novembro de 2016.

Nome (opcional)

Texto de resposta curta

Realizei inscrição no Curso de Tradução Jurídica Online *

☐ Sim

☐ Não

Participei do Curso de Tradução Jurídica *

☐ Integralmente

☐ Parcialmente

☐ Não participei

Pesquisa sobre Curso de Tradução Jurídica

PERGUNTAS RESPOSTAS 6

Se não participou ou participou parcialmente, sua desistência se deveu a: *

☐ Falta de tempo para participar do curso

☐ Falta de interesse ou motivação com relação ao conteúdo

☐ Outros...

Se respondeu "outro" na pergunta anterior, descreva.

Texto de resposta longa

Se participou do curso mesmo que parcialmente, o conteúdo:

☐ Satisfez suas expectativas

☐ Satisfez parcialmente suas expectativas

☐ Não satisfez suas expectativas

O número de encontro/atividades

☐ Satisfez suas expectativas

☐ Satisfez parcialmente suas expectativas

☐ Não satisfez suas expectativas

Pesquisa sobre Curso de Tradução Jurídica

PERGUNTAS RESPOSTAS 6

A modalidade contribuiu para o desenvolvimento proposto?

☐ Sim

☐ Não

Os recursos online atenderam as expectativas e o desenvolvimento do curso?

☐ Sim

☐ Não

Você participaria de outros cursos na modalidade? *

☐ Sim

☐ Talvez

☐ Não

...

Caso deseje acrescentar comentários ou sugestões (inclusive de outros cursos na modalidade), por gentileza use este espaço.

Texto de resposta longa

Agradeço por sua participação!

PERGUNTAS

RESPOSTAS

6

Se não participou ou participou parcialmente, sua desistência se deveu a:

6 respostas

Se respondeu "outro" na pergunta anterior, descreva.

0 resposta

Ainda não há respostas para esta pergunta.

PERGUNTAS

RESPOSTAS

6

Se participou do curso mesmo que parcialmente, o conteúdo:

6 respostas

O número de encontro/atividades

6 respostas

PERGUNTAS

RESPOSTAS

6

A modalidade contribuiu para o desenvolvimento proposto?

6 respostas

Os recursos online atenderam as expectativas e o desenvolvimento do curso?

6 respostas

PERGUNTAS

RESPOSTAS

6

Você participaria de outros cursos na modalidade?

6 respostas

Caso deseje acrescentar comentários ou sugestões (inclusive de outros cursos na modalidade), por gentileza use este espaço.

0 resposta

Ainda não há respostas para esta pergunta.

Agradeço por sua participação!

0 resposta

Ainda não há respostas para esta pergunta.

APÊNDICE Z– Pesquisa de Opinião

Formulário e Resultado da Pesquisa de Opinião do Grupo EAD II - 1o. Semestre/2017

(Disponível em [https://docs.google.com/forms/d/1OiW3ZN4gZW-](https://docs.google.com/forms/d/1OiW3ZN4gZW-DlD1nOJclXXf0UP6bg5Dq-8KK69aNjbs/edit)

[DlD1nOJclXXf0UP6bg5Dq-8KK69aNjbs/edit](https://docs.google.com/forms/d/1OiW3ZN4gZW-DlD1nOJclXXf0UP6bg5Dq-8KK69aNjbs/edit))

Pesquisa sobre Curso de Tradução Jurídica EAD II

PERGUNTAS

RESPOSTAS 8

Se não participou ou participou parcialmente, sua desistência se deveu a: *

☐ Falta de tempo para participar do curso

☐ Falta de interesse ou motivação com relação ao conteúdo

☐ Outros...

Se respondeu "outro" na pergunta anterior, descreva. *

Texto de resposta longa

Se participou do curso mesmo que parcialmente, o conteúdo: *

☐ Satisfez suas expectativas

☐ Satisfez parcialmente suas expectativas

☐ Não satisfez suas expectativas

O número de encontro/atividades *

☐ Satisfez suas expectativas

☐ Satisfez parcialmente suas expectativas

☐ Não satisfez suas expectativas

Pesquisa sobre Curso de Tradução Jurídica EAD II

PERGUNTAS

RESPOSTAS 8

Pesquisa Sobre Curso de Tradução Jurídica Modalidade EAD II

Formulário destinado à pesquisa sobre o Curso de Tradução Jurídica ministrado online durante os meses de Abril e Maio de 2017.

Nome (opcional)

Texto de resposta curta

Realizei inscrição no Curso de Tradução Jurídica Online *

☐ Sim

☐ Não

Participei do Curso de Tradução Jurídica *

☐ Integralmente

☐ Parcialmente

☐ Não participei

Pesquisa sobre Curso de Tradução Jurídica EAD II

PERGUNTAS RESPOSTAS 8

A modalidade contribuiu para o desenvolvimento proposto? *

☐ Sim

☐ Não

Os recursos online atenderam as expectativas e o desenvolvimento do curso?

☐ Sim

☐ Não

Você participaria de outros cursos na modalidade? *

☐ Sim

☐ Talvez

☐ Não

Caso deseje acrescentar comentários ou sugestões (inclusive de outros cursos na modalidade), por gentileza use este espaço.

Texto de resposta longa

...

Agradeço por sua participação!

Texto de resposta curta

PERGUNTAS

RESPOSTAS

8

Se participou do curso mesmo que parcialmente, o conteúdo:

8 respostas

- Satisfez suas expectativas
- Satisfez parcialmente suas expectativas
- Não satisfez suas expectativas

O número de encontro/atividades

8 respostas

- Satisfez suas expectativas
- Satisfez parcialmente suas expectativas
- Não satisfez suas expectativas

PERGUNTAS

RESPOSTAS

8

A modalidade contribuiu para o desenvolvimento proposto?

8 respostas

- Sim
- Não

Os recursos online atenderam as expectativas e o desenvolvimento do curso?

8 respostas

- Sim
- Não

PERGUNTAS

RESPOSTAS

8

Você participaria de outros cursos na modalidade?

8 respostas

Caso deseje acrescentar comentários ou sugestões (inclusive de outros cursos na modalidade), por gentileza use este espaço.

6 respostas

PERGUNTAS

RESPOSTAS

8

Caso deseje acrescentar comentários ou sugestões (inclusive de outros cursos na modalidade), por gentileza use este espaço.

6 respostas

Todos os trabalhos propostos trouxeram um valor significativo para mim, pude expandir meu vocabulário, conhecer como esses textos utilizados nas atividades são vistos em diferentes culturas e também aprimorar minhas técnicas de tradução. A leitura de textos que remetem ao tema também foram de extrema importância e acredito que possam ser acrescentados em outras atividades para auxiliar no aprendizado.

Foi uma ótima experiência poder participar deste curso. Creio que me proporcionou uma base maior sobre o tipo de texto e traduções utilizados na área Jurídica. Obrigada pela oportunidade e espero poder trabalhar com a senhora novamente.

Quero agradecer a professora Alessandra por sua dedicação aos alunos. Ela sempre responde de uma forma crítica muito positiva que faz com que sempre queremos aprender mais. Obrigada, professora!

Todo o conteúdo apresentado durante o curso foi bastante satisfatório, e as peças apresentadas cumpriram com o propósito de apresentar um pouco da tradução jurídica.

Professora, esse curso contribui muito para o meu desenvolvimento profissional e para o meu conhecimento. Diferenças como acordo e contrato; assentamento e registro foram esclarecidos. O estilo do texto jurídico, que é próprio, também ficou mais memorizado para mim. Gostei de todos os textos propostos e aprendi muito com cada um deles, pena que não consegui administrar meu tempo para realizar a última tarefa. Sugiro que a senhora inclua contratos empregatícios, nos quais são definidos salários, horas-extras, etc. Agradeço a oportunidade e caso a senhora ministrar outro curso, eu vou querer participar! rsrs Muito obrigada!

Obrigada pela oportunidade de participar do curso, professora. Contribui muito para o meu conhecimento e

Agradeço por sua participação!

3 respostas

Obrigada pela oportunidade.

Eu que agradeço a oportunidade de poder conhecer um pouco mais da área Jurídica com você, professora Alessandra.

Eu que agradeço por proporcionar mais conhecimentos.

APÊNDICE AA – Pesquisa de Opinião

Formulário e Resultado da Pesquisa de Opinião do Grupo EAD III - 2o. Semestre/2017

(Disponível em [https://docs.google.com/forms/d/1OiW3ZN4gZw-](https://docs.google.com/forms/d/1OiW3ZN4gZw-DlD1nOJclXXf0UP6bg5Dq-8KK69aNjbs/edit)

[DlD1nOJclXXf0UP6bg5Dq-8KK69aNjbs/edit](https://docs.google.com/forms/d/1OiW3ZN4gZw-DlD1nOJclXXf0UP6bg5Dq-8KK69aNjbs/edit))

Pesquisa sobre Curso de Tradução Jurídica EAD III

PERGUNTAS RESPOSTAS 9

Pesquisa Sobre Curso de Tradução Jurídica na Modalidade EAD III

Formulário destinado à pesquisa sobre o Curso de Tradução Jurídica ministrado presencialmente durante os meses de Setembro a Novembro de 2017

Endereço de e-mail *

Endereço de e-mail válido

Este formulário coleta endereços de e-mail. [Alterar configurações](#)

Nome (opcional)

Texto de resposta curta

Realizei inscrição no Curso de Tradução Jurídica EAD III. *

☐ Sim

☐ Não

Participei do Curso de Tradução Jurídica EAD III. *

☐ Integralmente

☐ Parcialmente

☐ Não participei

Se não participou ou participou parcialmente, sua desistência se deveu a:

☐ Falta de tempo para participar do curso

☐ Falta de interesse ou motivação com relação ao conteúdo

☐ Outros...

Se respondeu "outro" na pergunta anterior, descreva.

Texto de resposta longa

Se participou do curso mesmo que parcialmente, o conteúdo: *

☐ Satisfez suas expectativas

☐ Satisfez parcialmente suas expectativas

☐ Não satisfez suas expectativas

Pesquisa sobre Curso de Tradução Jurídica EAD III

☆

PERGUNTASRESPOSTAS9

O número de encontro/atividades *

☐ Satisfezo minhas expectativas

☐ Satisfezo parcialmente minhas expectativas

☐ Não satisfezo minhas expectativas

A modalidade contribuiu para o desenvolvimento proposto? *

☐ Sim

☐ Não

Os recursos atenderam minhas expectativas e o desenvolvimento do curso? *

☐ Sim

☐ Não

Você participaria de outros cursos nesta mesma ou em outras áreas de especialidade com esse formato e especificidades na modalidade EAD? *

☐ Sim

☐ Talvez

☐ Não

← Pesquisa sobre Curso de Tradução Jurídica EAD III

☆

PERGUNTASRESPOSTAS9

☐ Não

Os recursos atenderam minhas expectativas e o desenvolvimento do curso? *

☐ Sim

☐ Não

Você participaria de outros cursos nesta mesma ou em outras áreas de especialidade com esse formato e especificidades na modalidade EAD? *

☐ Sim

☐ Talvez

☐ Não

Caso deseje acrescentar comentários ou sugestões (inclusive de outros cursos na modalidade), por gentileza use este espaço.

Texto de resposta longa

Obrigada por sua Participação no curso e na pesquisa!

Descrição (opcional)

PERGUNTAS

RESPOSTAS

9

Se participou do curso mesmo que parcialmente, o conteúdo:

9 respostas

- Satisfez suas expectativas
- Satisfez parcialmente suas expectativas
- Não satisfez suas expectativas

O número de encontro/atividades

9 respostas

- Satisfez suas expectativas
- Satisfez parcialmente suas expectativas
- Não satisfez suas expectativas

PERGUNTAS

RESPOSTAS

9

A modalidade contribuiu para o desenvolvimento proposto?

9 respostas

- Sim
- Não

Os recursos atenderam suas expectativas e o desenvolvimento do curso?

9 respostas

- Sim
- Não

APÊNDICE BB– Pesquisa de Opinião

Formulário e Resultado da Pesquisa de Opinião do Grupo Presencial - 1o. Semestre/2017

(Disponível em [https://docs.google.com/forms/d/1OiW3ZN4gZw-](https://docs.google.com/forms/d/1OiW3ZN4gZw-DlD1nOJclXXf0UP6bg5Dq-8KK69aNjbs/edit)

[DlD1nOJclXXf0UP6bg5Dq-8KK69aNjbs/edit](https://docs.google.com/forms/d/1OiW3ZN4gZw-DlD1nOJclXXf0UP6bg5Dq-8KK69aNjbs/edit))

Pesquisa sobre Curso de Tradução Jurídica Presencial

PERGUNTAS RESPOSTAS 12

Pesquisa Sobre Curso de Tradução Jurídica na Modalidade Presencial

Formulário destinado à pesquisa sobre o Curso de Tradução Jurídica ministrado presencialmente durante os meses de Abril e Maio de 2017

Endereço de e-mail *

Endereço de e-mail válido

Este formulário coleta endereços de e-mail. [Alterar configurações](#)

Nome (opcional)

Texto de resposta curta

Realizei inscrição no Curso de Tradução Jurídica Presencial *

☐ Sim

☐ Não

Pesquisa sobre Curso de Tradução Jurídica Presencial

PERGUNTAS RESPOSTAS 12

Particpei do Curso de Tradução Jurídica Presencial *

☐ Integralmente

☐ Parcialmente

☐ Não particpei

Se não participou ou participou parcialmente, sua desistência se deveu a: *

☐ Falta de tempo para participar do curso

☐ Falta de interesse ou motivação com relação ao conteúdo

☐ Outros...

Se respondeu "outro" na pergunta anterior, descreva.

Texto de resposta longa

Se participou do curso mesmo que parcialmente, o conteúdo: *

☐ Satisfez suas expectativas

☐ Satisfez parcialmente suas expectativas

☐ Não satisfez suas expectativas

O número de encontro/atividades *

- ☐ Satisfeiz suas expectativas
- ☐ Satisfeiz parcialmente suas expectativas
- ☐ Não satisfeiz suas expectativas

A modalidade contribuiu para o desenvolvimento proposto? *

- ☐ Sim
- ☐ Não

Os recursos atenderam suas expectativas e o desenvolvimento do curso? *

- ☐ Sim
- ☐ Não

Você participaria de outros cursos nesta mesma ou em outras áreas de especialidade com esse formato e especificidades na modalidade presencial?

- ☐ Sim
- ☐ Talvez
- ☐ Não

Realizei inscrição no Curso de Tradução Jurídica Presencial

12 respostas

Participei do Curso de Tradução Jurídica Presencial

12 respostas

PERGUNTAS

RESPOSTAS

12

Se não participou ou participou parcialmente, sua desistência se deveu a:

12 respostas

- Falta de tempo para participar do curso
- Falta de interesse ou motivação com relação ao conteúdo
- Participei integralmente
- participei integralmente
- Não houve desistência.
- Eu participei do curso
- Não existe
- problemas pessoais

Se respondeu "outro" na pergunta anterior, descreva.

4 respostas

Participei integralmente.

Eu participei do curso.

-

Não gostaria de compartilhá-los.

PERGUNTAS

RESPOSTAS

12

Se participou do curso mesmo que parcialmente, o conteúdo:

12 respostas

- Satisfez suas expectativas
- Satisfez parcialmente suas expectativas
- Não satisfez suas expectativas

O número de encontro/atividades

12 respostas

- Satisfez suas expectativas
- Satisfez parcialmente suas expectativas
- Não satisfez suas expectativas

APÊNDICE CC– Certificação

Certificado de Conclusão do Curso de Tradução Jurídica na Modalidade EAD

APÊNDICE DD– Certificação

Certificado de Conclusão do Curso de Tradução Jurídica na Modalidade EAD

ANEXO 1 – Conteúdo do Curso – Textos para leitura 1e 2 (Extratos)

Série IDP/Saraiva
Conselho Científico
Membros efetivos

Presidente: Gilmar Ferreira Mendes
 Secretário-Geral: Jairo Gilberto Schäfer
 Coordenador-Geral: Walter Costa Porto

Alberto Oehling de Los Reyes
 Arnaldo Wald
 Atala Correia
 Carlos Blanco de Moraes
 Everardo Maciel
 Felix Fischer
 Fernando Rezende
 Francisco Balaguer Callejón
 Francisco Fernández Segado
 Ingo Wolfgang Sarlet
 Jorge Miranda
 José Roberto Afonso
 Julia Maurmann Ximenes
 Katrin Möltgen
 Lenio Luiz Streck
 Ludger Schrappner
 Marcelo Neves
 Maria Alicia Lima Peralta
 Michael Bertrams
 Miguel Carbonell Sánchez
 Paulo Gustavo Gonet Branco
 Pier Domenico Logrosino
 Rainer Frey
 Rodrigo de Bittencourt Mudrovitch
 Rodrigo de Oliveira Kaufmann
 Rui Stoco
 Ruy Rosado de Aguiar
 Sérgio Bermudes
 Sérgio Prado
 Teori Albino Zavascki

António Francisco de Sousa

Fundamentos da tradução jurídica alemão-português

(Com incidência especial no direito administrativo)

2014

100 ANOS
 Saraiva

Status pessoal, isto é, posição na comunidade jurídica	Persönlicher Status	Personal status A person's legal standing or capacity	État et capacité
– estado pessoal (casado, solteiro etc.)	Persönlicher Stand		
– Posição como cidadão ou estrangeiro, com capacidade negocial ou capacidade de exercício.	Persönliche Rechtsstellung Personenstand		

Outro exemplo: "droit commun" e "common law". Tomar um por equivalente do outro constitui um erro grave que às vezes é cometido. A tradução correta será "ordinary law" ("direito geral" ou "direito comum" – "gewöhnliches Recht"), por oposição a "special law" ou "special statute" ("droit special", "loi d'exception" – "direito especial", "lei especial" – "spezielles Recht", "Sondergesetz") ("lex specialis derogat legi generali"). Não confundir também o "common law" com o "droit coutumier" ("direito costumeiro" – "Gewohnheitsrecht"). Por exemplo, um "prisonnier de droit commun" ("prisioneiro de direito comum") é um "prisoner convicted under the ordinary criminal law".

Outro exemplo: o termo inglês "magistrate" ou "magistracy" (ou "magistrature") significa apenas o cargo ou função de um "magistrate" ou dos "magistrates" (coletivamente), ou seja, um juiz de paz (de um julgado de paz) ou um juiz (ou tribunal) de polícia. Em francês ou em português os termos *magistrado* ou *magistratura* são bem mais amplos. Em português, "magistrado" significa "servidor do Estado" (por exemplo, na frase: "O Presidente da República é o mais alto magistrado da Nação") e membro da magistratura judicial (juiz) ou da magistratura do Ministério Público. Este significado também não tem qualquer correspondência com o termo alemão *Magistrat*, que é, nomeadamente, a designação de um cargo autárquico (sentido em que também é empregue na expressão "Magistratsverfassung")²⁹⁰.

290 No entanto, *Magistrat* pode também ser referido a um órgão autárquico, como

Já foi referido que a intraduzibilidade do direito, defendida por alguns, tem sido expressa de diversas maneiras, tais como "traduzir" o direito é "trair" o direito²⁹⁴, com base em argumentos não só jurídicos, como linguísticos (invocando-se as especificidades das línguas e culturas). Parte-se da ideia, em larga medida falsa²⁹⁵, de que é impossível na tradução jurídica assegurar a "identidade" e a qualidade da mensagem contida no texto jurídico. O texto traduzido (translado) é sempre outro texto. Tem-se com razão sublinhado a ideia de que conseguir a correspondência linguística não é o mesmo que conseguir a *tradução jurídica funcional*.

A *tradução jurídica funcional* a estabelecer deve, simultaneamente, não trair a língua nem trair a mensagem jurídica, o que por vezes não é fácil de conseguir. Na *tradução jurídica*, a *correspondência* a estabelecer tem caráter *funcional*²⁹⁶. O que importa é fazer passar a mensagem, independentemente da forma, de modo a poder ser fácil e integralmente compreendida pelos seus destinatários. O que verdadeiramente conta é o resultado da tradução e se ela permite a compreensão completa e perfeita aos seus receptores/leitores.

A *correspondência funcional* implica, dada a especificidade do direito, que certas regras e princípios gerais da tradução sejam secundarizados, de forma a ser possível garantir o resultado almejado da transmissão da mensagem jurídica subjacente. A tradução jurídica não está completa, quando apenas se transmitiram os aspectos formais de um sistema para o outro. Mais do que isso, ela exige igualmente a transmissão do sentido, com tudo o que isso possa implicar, desde logo, no plano formal. Por isso, a crítica à tradução jurídica tem de ser tolerante, flexível, desde que esteja salvaguardado o essencial, sob pena de o texto jurídico ser considerado intraduzível²⁹⁷. De fato, como reconheceu

294 VANDERLINDEN, 1995, p. 28.

295 Como bem demonstram os grandes instrumentos jurídicos internacionais, como a Carta da ONU ou a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão (DUDHC).

296 PIGBON, L.-Ph. "La traduction juridique. L'Equivalence fonctionnelle", citado por CÉMAR, 1996, p. 150.

297 Esta ideia de certa limitação genética à traduzibilidade jurídica é geralmente

Também o termo inglês "forfeiture" nada tem a ver com o termo francês "forfaiture". São muitos os casos em que parece fácil atingir uma *equivalência entre conceitos e expressões jurídicas*. Formalmente, a tradução parece aliciente. Por exemplo, a expressão alemã "höhere Gewalt" parece corresponder, sem dificuldades de maior, à "force majeure" do direito francês ou à "força maior" do direito português. No entanto, esta é sobretudo uma *correspondência formal*. Substancialmente, porém, as coisas podem ser diferentes, exigindo a correspondência material um estudo bem mais aprofundado. Assim, segundo Creifelds²⁹¹, a "höhere Gewalt" assenta na "suportabilidade econômica de medidas de prevenção" ("wirtschaftliche Zumutbarkeit von Abwehrmaßnahmen"). Segundo Guillien/Vincent²⁹² a "force majeure" assenta em um "acontecimento imprevisível e insuportável" ("événement imprévisible et insurmontable", que no direito alemão corresponde ao "nicht vorhersehbares Ereignis"). No direito administrativo português, Caetano definiu a "força maior", no âmbito do processo administrativo, como "fato imprevisível e não querido pelo agente que o impossibilita absolutamente de agir segundo as resoluções da vontade própria, quer paralisando-a, quer transformando o indivíduo em cego instrumento de forças externas irresistíveis"²⁹³. Acresce que a "force majeure" é um conceito do direito contratual, o que já não acontece com a "höhere Gewalt" do direito alemão. Portanto, a equivalência material será, neste caso, apenas parcial.

A conclusão a que chegamos após a análise feita é a de que, na falta de certeza, a tradução jurídica deve apoiar-se quanto possível em *textos correspondentes*.

2.2.4. A utopia da tradução jurídica

É perfeita utopia considerar a tradução jurídica como uma transferência plena.

conselho municipal ou assembleia municipal. Também a expressão *Magistratsbeamter* deve ser traduzida por funcionário municipal.

291 CREIFELDS, 2002, p. 1504.

292 GUILLIEN/VINCENT, 1978, p. 186.

293 CAETANO, 1973, p. 1281.

Hans Kelsen, "une traduction fidèle en esprit d'une langue dans l'autre est extrêmement difficile"²⁹⁸.

Transmitir o espírito dos textos jurídicos (mormente das normas jurídicas) tem como pressuposto necessário o seu entendimento correto e íntegro, o que só será possível mediante uma correta interpretação que deve ser global²⁹⁹. Por conseguinte, a lógica concorre com a interpretação e com o rigor linguístico (*dura lingua, sed lingua*) na tradução jurídica.

2.2.5. Caráter interdisciplinar da tradução jurídica

Da análise que fizemos da tradução jurídica, resultam três ideias fundamentais de grande efeito teórico e prático:

a) A tradução jurídica exige profundos conhecimentos dos sistemas jurídicos de partida e de chegada;

b) a tradução jurídica exige a segura familiarização com as culturas e o conhecimento (incluindo as suas regras e convenções de formulação escrita) das línguas envolvidas³⁰⁰;

c) na tradução jurídica a substância sobrepõe-se à forma, isto é, o jurídico prima sobre a forma de exprimir.

aceita. Assim, Kelsen concluiu: "La langue juridique française et la langue juridique allemande, et les notions juridiques qu'elles servent à formuler sont loin de toujours concorder", 1962, p. 54.

298 KELSEN, 1962, p. 84.

299 Referindo-se à tradução em geral, Franco (1994, p. 18), conclui que "compreender textos consiste em encontrarmos, nós, acesso àquelas formas linguísticas ("frames") produzidas por outros, partindo e apoiando-nos para isso nas nossas próprias experiências vividas ou adquiridas em determinadas situações ("scenes")". (...) "Scenes" e "frames" encontram-se ligados entre si por associação na mente de cada um de nós e ativamente reciprocamente".

300 No entanto, a tradução jurídica pode ser bem assegurada, sem grandes conhecimentos linguísticos ativos. São muitos os casos de grandes traduções feitas por pessoas que sobretudo têm um conhecimento passivo da língua de partida. Prova disso é o fato de a generalidade das (boas) traduções jurídicas alemão-português terem sido feitas por acadêmicos juristas, com poucos conhecimentos ativos da língua alemã.

ANEXO 2 – Conteúdo do Curso – Atividade de Tradução

Gênero: Petição de Divórcio

IN THE CIRCUIT COURT OF COLE COUNTY, MISSOURI

IN RE THE MARRIAGE OF)

Jean Alicia [REDACTED])

101 [REDACTED] Street)

Jefferson City, Missouri 65101)

SS#: [REDACTED])

Petitioner,)

CASE NO. _____

And)

Division _____

John [REDACTED])

123 [REDACTED] Drive)

Jefferson City, Missouri 65101)

SS#: [REDACTED])

Respondent.)

PETITION FOR DISSOLUTION OF MARRIAGE

This Petition is for dissolution of marriage and it is alleged on oath as follows:

1. Petitioner resides at 101 [REDACTED] Street, Jefferson City, Missouri 65101 and has resided in the State of Missouri for at least ninety (90) days immediately prior to the filing of this Petition.

2. Petitioner and Respondent were married on January 14, 2000 in the state of Missouri and the marriage is registered in Cole County, Missouri.

3. The parties separated on or about March 24, 2001.

4. There are two minor children born to or adopted by the Parties. The names and dates of birth are: Cindy [REDACTED], 01/21/01; Mark Anthony [REDACTED], 02/28/03. The wife is not now pregnant.

5. Petitioner and Respondent entered into an Agreement resolving all issues of the marriage, which is recorded in their Property Settlement Agreement and Child Care Plan, a true and correct copy of which is attached to this Complaint as Exhibit A.

6. Petitioner is employed by [REDACTED] Cleaners, 1879 [REDACTED] Street, Johnson City, Missouri 65102 and Petitioner's social security number is [REDACTED]. Respondent is employed by Mason Brick Construction, 1769 Crescent Avenue, Jefferson City, Missouri 65103 and Respondent's social security number is 298-56-5032.

7. There is no reasonable likelihood that the marriage between Petitioner and Respondent can be preserved, and therefore, the marriage is irretrievably broken.

WHEREFORE, Petitioner prays for its orders:

a. dissolving the marriage between the Petitioner and Respondent;

b. dividing the marital property between Petitioner and Respondent according to law and settling all marital and non-marital property and debts of the parties and resolving child issues as specified in the attached Property Settlement Agreement and Child Care Plan;

c. and granting such other and further relief as to this Court seems just and proper in the circumstances. Wife wishes to retain the last name of [REDACTED] upon the date of the divorce.

Signature of Petitioner

Jean [REDACTED]

STATE OF MISSOURI)

)ss.

County of Jefferson)

On this _____ day of _____, _____ before me the undersigned notary public, personally appeared _____, the Petitioner herein, who executed the foregoing Petition and acknowledged that the statements contained therein are true and correct.

Notary Public

My commission expires:

ANEXO 3 – Conteúdo do Curso – Atividade de Tradução

Gênero: Procuração

Commentary

This form is the broadest of all the POA forms because it conveys unlimited powers to your appointed attorney-in-fact. Once appointed, the person can act on your behalf for all legal purposes. Occasionally, someone representing another party in a transaction will require specific acts to be spelled out in the document before he or she will accept the POA. This has occasionally happened to me when I have worked with a lender's attorneys. They wanted specific language in the POA regarding a specific piece of property being conveyed. By being overly cautious, the attorneys became an obstacle to the transaction. In one case, it was easy to get the POA to conform the way they

wanted, and I complied in order to move things along. In another instance, it would have been impossible to get the POA changed in time, and I held ground, citing chapter and verse. In this case, they gave ground. Since this is a good example of the way law is practiced, I would suggest that you be prepared for modifications in your forms when they become necessary.

The General Power of Attorney I have included in this book has boxes (☐) throughout the form for you to check. I have added these because they give additional proof of your specific intent and give more credence to your desire. Obviously, you need to check the appropriate boxes.

General Power of Attorney

Debi Cade , of 347 W. Reynolds , city of Sanford , state of Florida , hereby grants a general power of attorney to Donna Pierce, of 342 Storey Lane , city of Lansing , state of Michigan , to act as my attorney-in-fact.

(Check all appropriate boxes below.)

In granting this general power of attorney, I am authorizing my attorney-in-fact full authority to do and undertake all acts on my behalf that I could do personally, including but not limited to ☐ sell, deed, buy, trade, lease, mortgage, assign, rent, or dispose of my present or future real or personal property; ☐ the right to execute and perform any contracts in my name; ☐ the right to deposit, endorse, and withdraw funds to and from my bank accounts, depositories, or safe deposit boxes; ☐ the right to borrow, lend, or invest any funds; ☐ the right to initiate, defend, commence, or settle legal actions on my behalf; ☐ the right to vote any shares or beneficial interest I may have; ☐ the right to obtain any accountant, attorney, or other adviser deemed necessary to protect my interest generally or relative to any foregoing unlimited power.

My attorney-in-fact hereby agrees to accept this appointment subject to terms and conditions and to act and perform her duties in a fiduciary capacity consistent with my best wishes as she in her best discretion deems advisable, and I am affirming and ratifying all acts she so undertakes.

This power of attorney is subject to revocation by me at any time and shall be automatically revoked upon my death, provided that any person relying on this power of attorney before or after my death shall have the full right to accept the authority of my attorney-in-fact until receipt of actual notice of revocation.

ANEXO 4 – Conteúdo do Curso – Atividade de Tradução

Gênero: Extrato de Balanço Patrimonial

BALANCE SHEET			
Company:	COMPANY - 00.000 000.0001-00		12/31/2000
Account			R\$
ASSETS			11.232.313,48
CURRENT ASSETS			11.038.576,49
AVAILABLE ASSETS			8.952.505,84
	BANK CHECKING ACCOUNTS		798,11
	BANCO ITAÚ S/A - C/C 00000-8		593,11
	BANCO ITAÚ S/A - C/C 00000-0		55,00
	BANCO ITAÚ S/A - C/C 00000-3		150,00
SHORT-TERM INVESTMENTS			8.951.707,73
	BANCO ITAÚ S/A - C/C 00000-8		7.396.081,35
	BANCO ITAÚ C/C 00000-3 - CDB		1.555.626,38
SHORT-TERM ASSETS			2.086.070,65
	ADVANCES		2.086.070,65
NON-CURRENT ASSETS			193.736,99
PERMANENT ASSETS			193.736,99
TANGIBLE FIXED ASSETS			363.284,82
	VEHICLES		146.880,00
	MACHINERY AND EQUIPMENT		35.920,80
	FACILITIES		29.940,35
	FURNITURE AND UTENSILS		72.173,47
	INFORMATICS EQUIPMENT		78.370,20
(-) ACCUMULATED DEPRECIATION			(169.547,83)
	(-) ACUMM. DEP. VEHICLES		(54.942,00)
	(-) ACUMM. DEP. MACHINERY AND EQUIPMENT		(19.054,15)
	(-) ACUMM. DEP. FACILITIES		(8.135,44)
	(-) ACUMM. DEP. FURNITURE AND UTENSILS		(24.551,25)
	(-) ACUMM. DEP. INFORMATICS EQUIPMENT		(62.864,99)

ANEXO 5 – Conteúdo do Curso – Atividade de Tradução

Gênero: Alteração Contratual

**1ST AMENDMENTO TO GENERAL CONDITIONS CELEBRATED IN NOVEMBER,
2012 BETWEEN DURATEX S.A. AND VITS TECHNOLOGY GMBH
FOR ORDER PT 920**

This 1st Amendment to General Conditions is made by and between **Duratex S.A.**, a Brazilian Corporation having its place of business at Avenida Paulista, 1938, 5th floor, São Paulo/SP, Brazil ("PURCHASER"), and **Vits Technology GmbH**, a German Corporation having its principal office at Winkelsweg 172, 40764, Langenfeld, Germany ("SUPPLIER").

Whereas PURCHASER and SUPPLIER settled the referred General Conditions on November 23rd, 2012, for the supply of 01 (one) VITS – Two-Stage Impregnation Plant, type IPA/S/II (the "Supplies") into PURCHASER's facility, in Brazil;

Whereas the Parties wish to clarify the scope of the supply;

The Parties therefore agree and covenant as follows:

1. OBJECT OF THE AMENDMENT

1.1 Purpose of this Amendment is to include the following sub item to the Contract:

"9.1.1. The Parties agree that, at PURCHASER's request, SUPPLIER may furnish and use its own equipment and materials necessary for the assembly and commissioning of the Supplies. In this case, such equipment and materials shall be imported by PURCHASER, under Temporary Admission Regime, solely for the installation of the Supplies, against no payment due to SUPPLIER, which shall remain their owner."

1.2 This Amendment shall not revoke any of the conditions thereby stated at the General Conditions, unless for what is settled above.

1.3 This Amendment shall come into force on June 10th, 2013.

Vits Technology GmbH
Winkelsweg 172 40764 Langenfeld
Postfach 1661 40741 Langenfeld

DURATEX S.A.

VITS TECHNOLOGY GMBH

Witnesses:

1.

Name:
ID n.:

2.

Name: *Volker Reidegeld*
ID n.: *(Managing Director)*

ANEXO 6 – Conteúdo do Curso – Atividade de Tradução

Gênero: Contrato de Licenciamento

EXCLUSIVE LICENSE AGREEMENT

THIS EXCLUSIVE LICENSE AGREEMENT ("Agreement") is made on theof..... **201....**
BETWEEN VIPOLAND INCORPORATED a limited liability company incorporated in Panama and having its principal place of business at Padilla & Associates 32nd East Street No 3-32, City of Panama, Republic of Panama ("**Vipo Land**") of the first part, and _____ a limited liability company incorporated under the laws of _____ and having its principal place of business in _____ (the "**Representative**") of the second part, and _____ a limited liability company incorporated under the laws of _____ and having its principal place of business in _____ (the "**Licensee**") of the third part. Vipo Land together with the Licensee and the Representative shall hereinafter collectively refer to as the "**Parties**".

WHEREAS:

- A) Vipo Land is the developer and owner of all the intellectual, merchandising, exploitation, utilization and industrial property rights in and in respect of the name 'VIPO' and the 3D animated cartoon series known as and related to the characters appearing in the 26 Episodes known as the first season of "VIPO-Adventures of the Flying Dog" including all of the figures and characters ("**Vipo Rights**").
- B) Vipo Land has appointed the Representative as its Exclusive representative for Vipo Rights in the Territory;
- C) The Licensee wishes to be licensed by Vipo Land to use Vipo Rights in the manufacture of the Products.
- D) Vipo Land has agreed to grant the Licensee a License on the terms and conditions hereinafter contained.

1. DEFINITIONS

In this Agreement, except where the context otherwise requires, the following terms and expressions shall have the following meanings:

- 1.1. "**Accounting Periods**" mean monthly periods for each year of the Term;
- 1.2. "**Currency**" means the currency recited in Exhibit "A" in which the payments under this Agreement shall be calculated and paid in equivalent value in Brazilian Reais;
- 1.3. "**Minimum Guarantee**" means advance payment of License Fee payable by the Licensee in Exhibit "A" and pursuant to Clause 4 hereof;
- 1.4. "**Launching Date**" means the launching date of each Product as recited in Exhibit "A" and pursuant to Clause 3 hereof;
- 1.5. "**License**" means the exclusive License to manufacture and sale of Products granted to the Licensee under Clause 2 of this Agreement and Exhibit "A";
- 1.6. "**License Fee**" means a percentage from the NAI or a fixed amount per unit payable by the Licensee in respect of Products sold by it as recited in Exhibit "A" and pursuant to Clause 3.2 hereof;
- 1.7. "**Manufacturer's Undertaking**" means the undertaking attached as Exhibit "B" and which has to be signed by manufacturers of products engaged by the Licensee prior to the commencement of manufacturing;
- 1.8. "**Minimum Yearly Sales**" means a minimum sales' volume to be achieved by the Licensee in each Calendar year as recited in Exhibit "A";
- 1.9. "**NAI**" ("**Net Amount Invoiced**") means the amount invoiced to all Licensee's customers as well as affiliates and other intermediaries of the Licensee for the Products and shall be based on the PPL for the relevant Products less sales taxes (including ICMS, PIS and COFINS), discounts and rebates but without further deduction of whatsoever kind (e.g., bonuses, fees, , freight, packaging etc);

- 1.10. **“PPL”** means the wholesale Products’ Prices List published by the Licensee;
- 1.11. **“Products”** mean the products recited in Exhibit “A” and such other products which the Licensee has the written approval of Vipo Land to manufacture with the use of the Property or any part thereof;
- 1.12. **“Property”** means the Vipo Rights, Logo, name, any ornamental design, patented design, trademarks, brand, designs, layout, artwork, samples, models, style guide, the and Vipo Rights and any other industrial rights of Vipo Land, all whether patentable or not, which the Licensee is authorized to use under this Agreement;
- 1.13. **“Sell off Period”** means a period of three (3) months in which the Licensee is permitted to sell off stock of the Products after the termination of this Agreement;
- 1.14. **“Term”** means the term of this Agreement which is the number of month/years recited in Exhibit “A” commencing as of the Launching Date;
- 1.15. **“Territory”** means the territory recited in Exhibit “A” in which the Licensee is authorized to exploit the Property;

All exhibits and annexes to this agreement form an integral part thereof and shall be read in conjunction therewith.

2. GRANT OF LICENSE

- 2.1. Vipo Land hereby grants the Licensee the Exclusive License to use the Property in the manufacture and sale of the Products under the terms and conditions contained in this Agreement and in Exhibit “A”, and the Licensee hereby agree.
- 2.2. The Licensee’s exclusivity is subject to the Licensee’s fulfilment of this Agreement with respect to each Product. Any failure by the Licensee to comply with the above shall cause the automatic termination of the Licensee’s Exclusivity with regard to the said Product.

3. PRODUCTS/MARKET LAUNCH

- 3.1. The Licensee shall cause to appear on the Products and any publicity material produced or published in connection therewith in an easily readable manner and in a customary position the following legal notices:

© (*year of product launch*) Vipoland Incorporated

Licence through (*the Representative*)

All rights reserved

Join Vipo Club at www.vipoclub.com

- 3.2. The Licensee shall introduce each Product to the market on the Launching Date and with the Minimum Quantity.
- 3.3. Licensee shall ensure that it always has sufficient stocks of the Products.
- 3.4. Where it’s applicable as per Exhibit “A” Licensee shall apply Holograms in the Products.
- 3.5. Licensee shall purchase the Hologram from Vipo Land at a cost of 0.05 American Dollars each.

4. LICENSE FEE, MINIMUM GUARANTEE

- 4.1. The Licensee shall pay the Representative the License Fee on a monthly basis, no later than the 10th day of each month for License Fee due from the previous month and based on the Monthly Accounts as per Clause 10.
- 4.2. The Licensee shall pay the Minimum Guarantee recited in Exhibit “A” to the Representative on account of the License Fee and according to the terms recited thereto. The Minimum Guarantee is non-refundable.
- 4.3. The License Fee and the Minimum Guarantee shall be paid net of all taxes except Withholding Tax.

- 4.4. In the event Vipo Land shall notify the Licensee in writing that the agreement between Vipo Land and the Representative is terminated, the Licensee shall pay all the payments due under this Agreement directly to Vipo Land on the same terms.
- 4.5. All payments under this Agreement shall be free of all bank charges or remittance fees and shall be paid in the Currency only.
- 4.6. In the event that the Licensee should be in default with or delay the payment of License Fees, the Licensee shall pay interest on the outstanding sum of one percent (1%) per month. The right to make additional claims for damages caused by delay is hereby reserved.
- 4.7. In the event that the Licensee should be in default with or delay the payment of the Minimum Guarantee, Vipo Land shall have the right to terminate this Agreement with immediate effect.
- 4.8. Upon approval by Vipo Land for the sale of Products to customers outside the Territory, Licensee shall pay Vipo Land additional License Fee which shall not be recouped against the Minimum Guarantee and shall not be accounted as part of the Minimum Yearly Sales. Any commission to be paid as a result of the said sales shall be paid by the Licensee.

5. MINIMUM YEARLY SALES

The Licensee undertakes to achieve the Minimum Yearly Sales recited in Exhibit "A". At the beginning of each calendar year during the Term, for which a Minimum Yearly Sales was not set, the Licensee shall meet with Vipo Land in good faith to agree on a revised Minimum Yearly Sales for the following year.

6. LICENSE / RESTRICTIONS

- 6.1. Any Vipo Land rights which are not expressly granted to the Licensee under this Agreement are hereby excluded from the License.
- 6.2. Any use of the Products by the Licensee for package deals, bonuses, giveaways, free gifts or similar sales or advertising promotions shall entitle Vipo Land and/or the Representative to receive the full License Fee.
- 6.3. Unless an approval is given by Vipo Land the Licensee shall not sell and/or cause the sale or any other exploitation of the Products outside the Territory and shall not sell the Products in the Territory knowing that same are to be sold outside the Territory.
- 6.4. The Licensee shall cause its purchasers to comply with the restrictions stipulated under Clauses 6.2 and 6.3 above. For the purposes of this Agreement the Licensee shall do its utmost to ensure that its customers perform and comply with the Licensee's obligations hereunder.
- 6.5. The Licensee shall oblige the Manufacturer, who manufactures the Products for him, to sign the Manufacturer's Undertaking prior to the commencement of manufacturing. Two (2) signed copies of the Manufacturer's Undertaking shall be presented to Vipo Land for its files, before production of the Products shall commence.
- 6.6. The Licensee undertakes to inform Vipo Land and the Representative of any order for the Products issued by it, and shall specify, with respect to each Product the quantity ordered, delivery date and the expected wholesale price. In the event the order will include Products which are recited in Exhibit "A" as Products which require the attachment of Holograms, Vipo Land or the Representative shall provide the Licensee with the Hologram based on the order quantities and shall debit the Licensee with the amount of the Holograms cost.

7. DESIGNING AND APPROVAL OF THE LICENSE PRODUCT/SAMPLES

- 7.1. The Licensee shall submit samples and layouts of the Products to Vipo Land for approval and, in addition, the Licensee shall provide Vipo Land with samples of the Products produced on the basis of the approved artwork for further approval. The Licensee shall not commence with commercial or series production and presentation of the Products at trade fairs or to its customers before obtaining the said approvals in writing from Vipo Land. Vipo Land shall have up to ten (10) working days for approval of the design of the Products and or the art work
- 7.2. The Licensee shall manufacture all Products in strict accordance with the design, standard and quality of the product sample approved by Vipo Land pursuant to Clause 7.1.

- 7.3. Unless otherwise agreed in writing, immediately after approval of any Product as per Clause 7.17.1 but in any event before delivery of the Products to customers, the Licensee shall provide Vipo Land with Ten (10) samples of the Products manufactured in compliance with Clause 7.2, free of charge while shipment will be paid by Licensor, and photographs (digital on data file) of each Licensed Product. In addition, Vipo Land shall be entitled to purchase from the Licensee additional samples of Products at its wholesale price. The procedure and provisions under Clauses 7.1 and 7.2 shall apply accordingly with respect to the Products in all different motifs and/or colours, if any. In the event of the Licensee redesigning any Products, Vipo Land shall be given Five (5) free samples of every version. Should the Licensee fail to supply Vipo Land with samples, and such failure is not cured after written reminder from Vipo Land, a contractual penalty payment of twenty five percent (25%) of the Minimum Guarantee shall be paid by the Licensee to Vipo Land on demand.

8. PUBLICITY

- 8.1. The Licensee shall be entitled to integrate the Property in publicity material (advertisements, brochures, packaging material) for the advertisement of the Products. All publicity material (especially texts and graphic designs) must be submitted to Vipo Land for approval in writing before publication of the same. The provisions under Clause 7 shall apply accordingly in this regard.
- 8.2. The Licensee hereby undertakes to supply Vipo Land with two (2) samples and one photograph (on data file) of all publicity material free of charge and carriage-paid.
- 8.3. The Licensee shall endeavour to cooperate with Vipo Land's licensees in the Territory for the advertising and promotion of the Products and the Vipo Rights in the Territory.

9. SELL OFF PERIOD

- 9.1. The Licensee shall have the Sell off Period following the expiration of the Term to sell the Products still in stock, provided however, that any exclusive rights for the exploitation of the Products which may have been granted hereunder shall expire upon the beginning of the Sell off Period.
- 9.2. The Sell off Period shall not apply in the event of a termination of this Agreement by the Licensee's withdrawal pursuant to Clause 0 or for cause in accordance with Clause 14.
- 9.3. Upon expiration of the Term the License shall fully revert to Vipo Land without any further declaration to be made or instrument to be signed by the Parties.

10. ACCOUNTING

- 10.1. Before market launch of any Product, the Licensee shall supply Vipo Land and the Representative with a list of the valid PPL in respect thereof and shall keep Vipo Land informed about any changes in the PPL. Any proposed sale at a price that is ten percent (10%) or more below the PPL, ("low-price") including low-price sales during the Sell off Period, shall require prior written approval by Vipo Land. The same applies in the event of a planned increase of the PPL and/or the recommended retail price by ten percent (10%) or more.
- 10.2. The Licensee will render to Vipo Land and the Representative monthly accounts (the "**Monthly Accounts**") for each Accounting Period during the Term. Monthly Accounts and payment of any balance of License Fees due for each Accounting Period during the Term must be received by Vipo Land within ten (10) days after the end of the relevant Accounting Period. The Licensee shall render complete, detailed, true and accurate statements of account of the Net Sales for the relevant Accounting Period, including details of sold quantities, prices and agreed deductions, if any, separately reported for wholesale and retail trade channels and for each country within the Territory.
- 10.3. Vipo Land and the Representative shall be entitled to have the books, on which the Monthly Accounts is based, inspected by a sworn auditor and, in the event that an audit discloses that Vipo Land has been underpaid by more than three percent (3%), Vipo Land shall be reimbursed by the Licensee for its actual audit costs in addition to the amount by which it has been underpaid plus interest at the rate specified in Clause 4.5 above.

11. SUB-LICENSE / ASSIGNMENT

- 11.1. The Licensee may sub-license or assign the License to third parties, either wholly or in part, but only with the prior approval of Vipo Land in writing, which approval shall not be unreasonably withheld. It is expressly agreed by the Licensee that it shall remain fully responsible for due performance of any and all terms of this Agreement by its assignees.
- 11.2. Any attempted sublicense of the License without Vipo Land's prior written consent shall be null and void and may in the absolute discretion of Vipo Land be considered as a material breach of this Agreement, in which event, the Term of the License shall be deemed to have ended with immediate effect on the date of the first attempted unauthorised sub-license.

The provisions under Clauses 11.1 and 11.2 shall apply accordingly if the Licensee plans to assign and transfer the License to an affiliated company or to third parties in the event of a change in the ownership of the Licensee. If Vipo Land disapproves such proposed assignment, the Licensee shall have the right to withdraw from this Agreement by written notice to Vipo Land. Upon receipt of such withdrawal notice by Vipo Land, Clause 9.3 shall apply accordingly and the Term shall end immediately without any Sell off Period as provided in Clause 9.1.

12. LEGAL ACTIONS/DAMAGES

- 12.1. Each party agrees to notify the other in writing of any and all claims, actions or proceedings asserted or instituted, by third parties relating to the License and/or the Products. The Parties shall collaborate in the prevention of and defence against such claims.
- 12.2. The right to institute any and all claims and proceedings to prevent and/or restrain any infringements of the Property vests with Vipo Land. Only upon written approval by Vipo Land shall Licensee be entitled to institute such proceedings in the name and on behalf of the Licensee and at Licensee's own cost and expense, provided that the License Fee agreed hereunder shall be payable on all compensation recovered by Licensee in respect thereof.
- 12.3. Vipo Land shall not be liable to the Licensee for damages of any kind occurring or accruing before Vipo Land has had reasonable notice and opportunity to adjust or correct such matters and neither shall it be liable for loss of profits and/or consequential losses. Furthermore the liability of Vipo Land to the Licensee shall be limited to the amount of proven actual damages. Any further claims against Vipo Land are hereby excluded.
- 12.4. The Licensee shall be liable for all claims, suits, actions, expenses, liabilities, demands or proceedings relating to the Licensee, the Manufacture and/or handling of the Products in the Territory, the services granted by it and the performance of the Licensee's obligations and undertakings under this Agreement, and shall hold harmless, indemnify and compensate Vipo Land and the Representative fully for all costs, expenses, losses and damages incurred by Vipo Land as a result thereto.
- 12.5. This Clause 12 shall survive termination of this Agreement.

13. INDUSTRIAL PROPERTY RIGHTS

- 13.1. Unless otherwise approved by Vipo Land in writing, the Licensee shall not be entitled to register or use any ornamental design, patented design, trademark, brand or other industrial property rights in connection with the Products and/or the Vipo Rights. If Vipo Land agrees in writing to such use or registration, the Licensee shall not use such rights to institute any claims or proceedings against other Licensees of Vipo Land. In any event Vipo Land may demand that upon expiry of the Term the Licensee shall cease any use and delete or transfer any registered rights to Vipo Land without any claim for reimbursement of the costs incurred in this regard.
- 13.2. Vipo Land shall remain the exclusive owner of any and all property and exploitation rights, other than the License, in and to all material (e.g. lay-outs, artwork, designs, samples, models) placed at Licensee's disposal for the designing and/or manufacturing of the Products and/or the use of the Vipo Rights. All such material shall be held in trust and custody by the Licensee for Vipo Land and, if so requested by Vipo Land, Licensee at its own cost shall return all material to Vipo Land.
- 13.3. The Licensee hereby assigns to Vipo Land all exploitation rights other than the License in and to all material (e.g. lay-outs, artwork, designs, samples, models) produced by Licensee for the

design, manufacturing and/or production of the Products. The Licensee shall provide Vipo Land with such material against reimbursement of costs for duplicates and shipping.

13.4. This Clause 13 will survive the termination of this Agreement.

14. CONFIDENTIALITY

14.1. The Licensee shall maintain in strict confidence and cause any other person acting on its behalf, to maintain in strict confidence, all commercial and technical information related to Vipo Land, the Vipo Rights, the Products, the Property and any other matter related thereto, including but not limited to any and all copyrights, trademarks, patents and all other right related thereto (the "**Information**").

14.2. The Licensee shall not use, and cause any other person acting on its behalf not to use and/or assign, and/or sell, or otherwise transfer any part of the Information, nor disclose or make the Information available to others, in any manner whatsoever, other than as set forth in this Agreement. The Licensee acknowledges and accepts that other than for the use of the License as contemplated hereby, it has received no license, whether direct or implied, to use, reproduce, modify, reverse engineer or alter in any other way the Vipo Rights and/or the Property and/or the Products or to make any modification to or reproduce or create derivative works relating thereto.

14.3. This Clause 14 will survive the termination of this Agreement.

15. TERMINATION OF THE AGREEMENT

15.1. This Agreement shall be valid throughout the Term unless terminated according to this Agreement.

15.2. Vipo Land shall be entitled to terminate this Agreement or part of it forthwith by a thirty (30) days prior notice in writing to the Licensee and/or terminate the Licensee's exclusivity for specific Product, in the event: (i) the Licensee fails to the Launching Date of the Product; and/or (ii) the Licensee does not fulfil any of its obligations under this agreement.

15.3. In the event that the Licensee should be in breach of the contractual stipulations as to (i) Products/Market Launch and/or (ii) License Fee and Minimum Guarantee; and/or (iii) Minimum Yearly Sales and/or (iv) License Restrictions and/or (v) Designing and Approval and/or (vi) Publicity and/or (vii) Accounting and/or (viii) any other material provision of this Agreement, and if Licensee should fail to cure any such breach within fourteen (14) days after written notice thereof by Vipo Land, Vipo Land may cancel this Agreement forthwith by written notice without further warning, and Vipo Land shall be entitled to keep any Minimum Guarantee received before termination as a conventional penalty. Additional claims by Vipo Land for damages shall remain unaffected.

15.4. If the Licensee is adjudicated as bankrupt or insolvent or becomes insolvent or if a petition in bankruptcy or similar petition is filed against Licensee and is not immediately contested, or if proceedings for a compromise with creditors should be instituted by or against Licensee, or the Licensee stops payment or is unable to pay its debts as they fall due, the License shall automatically terminate and revert to Vipo Land.

15.5. The termination rights granted by this Clause are without prejudice to any other right or remedy of either party in respect of the breach concerned (if any) or any other breach.

15.6. Upon termination of this Agreement:

15.6.1 The Licensee shall at its own expense return all samples, advertising, promotional and sales materials in respect of the Products which are in its possession or under its control to Vipo Land;

15.6.2 All outstanding sums in respect of the Products ordered and shipped prior to termination shall become immediately due and payable;

15.6.3 The Licensee shall have no claim against Vipo Land and/or the Representative for compensation for loss of License rights or any other loss whatsoever;

Except as otherwise provided in this Agreement and subject to antecedent rights and obligations neither party shall have any further obligation to the other hereunder.

16. GENERAL PROVISIONS

- 16.1. A waiver by either party of any term or condition of this Agreement in any instance shall not be deemed or construed to be a waiver of such term or condition for the future, or any subsequent breach thereof.
- 16.2. If any provision of this Agreement as applied to either party or any circumstances shall be adjudged by a court to be void and unenforceable, such shall in no way affect any other provision of this Agreement, the application of such provision in any other circumstance, or the validity or enforceability of this Agreement.
- 16.3. This Agreement contains the entire understanding of the Parties relating to the subject matter, and this Agreement cannot be amended or varied except by written agreement executed by or on behalf of both Parties.
- 16.4. The Parties agree hereby that all disputes arising out of or in connection with this Agreement which cannot be settled amicably shall be referred to an arbitrator to be appointed by the Brazil chamber of commerce at the request of either or both Parties. Such arbitrator shall terminate the hearing of the Parties and give his decision within three (3) months of the date of his appointment. The arbitrator's decision shall be final and the Parties hereby forsake the right of appeal of any kind.

IN WITNESS WHEREOF the Parties hereto have executed this Agreement in the manner hereinafter appearing the day, month and year first above written.

SIGNED

On behalf of

VIPOLAND INCORPORATED

BY: Yaakov Chai

SIGNED

SIGNED

On behalf of

REPRESENTATIVE

On behalf of

BY:

BY:

EXHIBIT "A"

N o.	Product	Territ ory	MG	L- Date	M Q	MYS	Licens e Fee	HG
1.								

MG means Minimum Guarantee

L-Date means Launching Date

MQ means Minimum Quantity at the Launching Date

MYS means Minimum Yearly Sales in Quantity

License Fee means the above percentage from the Net Amount Invoiced or fix amount per units

HG means Hologram

Currency means Dollars

Term means Months/years commencing as of the L-Date.

Terms of Payment of the MG	
Amount/%	Date of Payment

EXHIBIT "B"**Manufacturer's Undertaking**

This Undertaking is signed and executed as of , 201_ by having its office at (hereinafter: the "**Manufacturer**").

WHEREAS VIPOLAND INCORPORATED (hereinafter " **Vipo Land** " or "**Licensors**") is the developer and owner of all the intellectual, merchandising, exploitation, utilisation and industrial property rights in and in respect of the name 'VIPO' and the 3D animated cartoon series known as "VIPO-Adventures of the Flying Dog" including all of the figures and

characters as well as the designer, developer and promoter of a wide variety of edutainment products produced or to be produced and marketed under the brand name 'VIPO' ("**VIPO Rights**"); and

WHEREAS Vipo Land has granted a limited license to [REDACTED] (hereinafter the "**Licensee**") to manufacture and sell in specific territories the Products as described in Exhibit 1, and such other products which the Licensee has the written approval of Vipo Land to manufacture with the use of the VIPO Rights or any part thereof; and

WHEREAS the Manufacturer received a written order from the Licensee and agreed to manufacture [REDACTED] [insert kind of Vipo product] (hereinafter the "**Products**") in order to sell them to the Licensee according to the commercial terms agreed between the Manufacturer and the Licensee; and

WHEREAS Manufacturer declares that it has the know how, experience, means and qualified personnel in order to manufacturer the Products according Vipo Land Style Guide and protect Licensors rights with respect to the Products;

NOW THEREFORE, THE MANUFACTURER UNDERTAKES AS FOLLOWS:

1. Manufacturer will only manufacture Products according to a written order sent to it by the Licensee and will only sell and supply the Products to the Licensee. Any change to the above proceeding requires the Licensors written consent.
2. As per Licensors instructions, the Licensee shall provide the Manufacturer with Holograms to be attached by the Manufacturer to the Products according to Licensors instructions.
3. Upon Completion the manufacturing of the order received from the Licensee, the Manufacturer will notify Licensors in writing the quantity of Products it manufactured and shipped.
4. During the term of this License Agreement and for a period of Ten (10) years thereafter, Manufacturer undertakes that it will not, without Licensors prior written consent, directly or indirectly, design, develop, produce, manufacture, import, sell, promote, represent, market, distribute or otherwise deal or render services in respect of any products which are identical or similar to the Products.
5. This undertaking, and any other information and documents disclosed by Licensors and Licensee to Manufacturer in connection with this undertaking and the manufacturing of the Products, shall be deemed as confidential information (hereinafter the "**Confidential Information**"). The Manufacturer undertakes not to use the Confidential Information disclosed to it for any purpose other than for the performing of its obligations to Licensors or Licensee, and not to disclose the Confidential Information or any part thereof to any third party without the prior written consent of Licensors.
6. Licensors shall retain all rights, title and interests in and to the Products (and any part thereof) throughout the world, including, without limitation, any patent, copyright, trade name, trademark, trade secret or other proprietary rights of any kind therein. Nothing in this License Agreement or in any of its implementations shall be construed as granting the Manufacturer or Licensee any IP and/or licensing rights with regard to any of Licensors Products unless otherwise explicitly provided herein or in a separate agreement.
7. Licensors may inform Manufacturer in writing that it is required to stop manufacturing and selling the Products to Licensee and Manufacturer will cease within 2 (two) days to Manufacture and sell the Products to the Licensee.
8. Licensors may inform Manufacturer in writing that it is required to make changes in the Products and Manufacturer will make such changes immediately
9. A failure of Manufacturer to comply with any of the above undertakings will entitle Licensors to receive at minimum liquidated damages in the amount of US\$100,000 (one hundred thousand United States Dollars).

10. Manufacturer will not perform any part of the manufacture of the Products through sub contractors without the written approval of Licensor. In any case a subcontractor is approved by Licensor; the subcontractor will be required to sign a similar undertaking towards the Licensor.
11. This undertaking shall obligate irrevocably the undersigned and its employers, affiliates, subsidiaries, parent company, nominees, representatives, employees, successors etc.

IN WITNESS WHEREOF the Manufacturer has signed this undertaking.

By: _____

ANEXO 7 – Conteúdo do Curso – Atividade de Tradução

Gênero: Despacho Judicial

2015 Folio 363

IN THE HIGH COURT OF JUSTICE
QUEENS BENCH DIVISION
COMMERCIAL COURT

BEFORE MR. JUSTICE POPPLEWELL

BETWEEN:

WTW ADVISORS LIMITED

Claimant

- and -

(1) TIM CELULAR S.A.

(2) TIM PARTICIPAÇÕES S.A.

Defendants

ORDER

UPON the Claimant's without notice application dated 27 April 2015

AND UPON reading those documents recorded on the Court file as having been read

IT IS ORDERED THAT:

- 1 The Claimant has permission to serve the Amended Claim Form, Particulars of Claim and any other document in these proceedings on the First Defendant out of the jurisdiction at its registered office at Avenida Giovanni, Gronchi, 7143, 4º Andar, Vila Andrade, Sao Paulo, SP 05724-006, Brazil and on the Second Defendant out of the jurisdiction at its registered office at Avenida das Américas, 3434, Bloco 1, 7º Andar, Barra da Tijuca - 22640-102, Rio de Janeiro – RJ, Brazil.
- 2 The First and Second Defendants each have:
 - 2.1 22 days after service of the Particulars of Claim to file an acknowledgment of service under CPR 10 and/or an admission under CPR 14; or

ANEXO 8 – Conteúdo do Curso – Atividade de Tradução

Gênero: Certidão de Nascimento I

STEPHEN

CL 402715

CERTIFIED COPY of an ENTRY OF BIRTH
Pursuant to the Births and Deaths Registration Act 1953

Registration District <u>Stoke-on-Trent</u>										
1956 . Birth in the Sub-district of <u>London Road</u>				in the <u>County Borough of Stoke-on-Trent</u>						
No.	When and where born	Name, if any	Sex	Name and surname of father	Name, surname and maiden surname of mother	Occupation of father	Signature, description and residence of informant	When registered	Signature of registrar	Name entered after registration
182	Twenty Second April 1956 518 Newcastle Road Stoke-on-Trent	Stephen William	Boy	William Joseph Bradeley	Constance Jean Eileen Bradeley Formerly Forrester of 18 Bird Road, Meir Stoke-on-Trent	Television Service Engineer (Journeyman)	W.J. Bradeley Father 18 Bird Road Meir	Third May 1956	H.C. Lawton	
									Registrar	

Certified to be a true copy of an entry in a register in my custody.

J. Sultman Superintendent Registrar
 9th August 1999 Date

CAUTION: THERE ARE OFFENCES RELATING TO FALSIFYING OR ALTERING A CERTIFICATE AND USING OR POSSESSING A FALSE CERTIFICATE. ©CROWN COPYRIGHT
 WARNING: A CERTIFICATE IS NOT EVIDENCE OF IDENTITY.

ANEXO 9 – Conteúdo do Curso – Atividade de Tradução

Gênero: Certidão de Nascimento II

STATE OF MONTANA
CERTIFICATION OF VITAL RECORD

CASCADE COUNTY
**** MONTANA BIRTH CERTIFICATE ****

File No. 125-201607-004651

Name: Michael Edward Oliveira Larson

Date of Birth: May 07, 2016

Sex: MALE

Place of Birth: County- Cascade

Date Filed: May 24, 2016

Mother's Maiden Name: Nataly Christina De Oliveira

Father's Name: Justin Scott Larson

Date Issued: June 24, 2016

By: *Brenda K. Clark Deputy*

1963559

This certifies that this document is a true replication of the original information on file with the Department of Public Health and Human Services.

Not Valid Unless Raised Seal Is Present

Rina
Clerk and Recorder

SEAL

SEAL OF THE STATE OF MONTANA

ANY ALTERATION OR ERASURE VOIDS THIS CERTIFICATE

ANEXO 10 – Conteúdo do Curso – Atividade de Tradução

Gênero: Atestado de Antecedentes Criminais em Português para versão

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 63509702016

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **ALESSANDRA CANI GONZALEZ HARMEL**, nacionalidade brasileira, filho(a) de **JOAQUIM GONZALEZ CÁCERES** e **EMÍLIA CLARA CANI GONZALEZ**, nascido(a) aos 23/03/1964, natural de SÃO PAULO/SP, Documento de identificação 147147475 SSP-SP/SP, CPF 064.420.858-99.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. “Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes”;
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 3) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 4) A autenticidade desta certidão **DEVERÁ** ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>);
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 1:16 de 22/11/2016|

"63509702016"